

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LEANDRO GASPAR PEIXOTO

**Empresa Estatal como Instrumento de Apoio ao Desenvolvimento
Econômico: Estudo de caso sobre o Banco do Brasil -1995-2009**

Florianópolis
2010

LEANDRO GASPAR PEIXOTO

**Empresa Estatal como Instrumento de Apoio ao Desenvolvimento
Econômico: Estudo de caso sobre o Banco do Brasil -1995-2009**

Monografia submetida ao Departamento de
Ciências Econômicas para obtenção de carga
horária da disciplina CNM 5420 – Monografia.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Antônio Ferraz Cário.
Área de Pesquisa: Economia Industrial.

Florianópolis
2010

Empresa Estatal como Instrumento de Apoio ao Desenvolvimento Econômico: Estudo de caso sobre o Banco do Brasil-1995-2009

A Banca Examinadora resolveu atribuir nota _____ ao aluno Leandro Gaspar Peixoto na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho. Em _____ de julho de 2010.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Silvio Antônio Ferraz Cário
Presidente - UFSC

Prof. Dr. Wagner Leal Arienti
Membro - UFSC

Prof. Dr. Valdir Alvin da Silva
Membro - UFSC

*Aos meus pais, Guilherme e Solange,
por todo o amor, apoio e exemplo de trabalho e dignidade.*

RESUMO

O objetivo deste estudo é investigar a empresa estatal como instrumento de desenvolvimento econômico através de um estudo de caso sobre o Banco do Brasil, constituída na forma de sociedade de economia mista, no período 1995 a 2009. Para tanto, investigou-se as políticas de crédito do Banco ao longo dos períodos, analisadas por carteiras e segmentos de clientes. Apontou-se também as ações de desenvolvimento dentro desse intervalo. Desta forma analisou-se o papel do Estado como financiador do desenvolvimento econômico, buscou-se mostrar a dimensão do seu papel como articulador e fomentador do país. Percebe-se que desde a sua criação, o Banco vem se moldando para melhor atender seus clientes. Atualmente o Banco possui sua sede na capital Federal, e sua rede distribuída em 4.960 agências e 18.030 pontos de atendimento. No exterior, a rede externa é composta por 45 dependências localizadas em 23 países. Sua rede de atendimento atende hoje uma base de 53.535 mil clientes.

PALAVRAS-CHAVE: Banco do Brasil. Estado. Crédito. Desenvolvimento.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Composição da carteira de crédito do Banco do Brasil S.A. – 2006/2007	93
Figura 2 – Evolução das Operações de Varejo do Banco do Brasil S.A. / R\$ bilhões 2000/2001.	100
Figura 3– Evolução Produto Carteira Varejo do Banco do Brasil S.A – 2004/2005.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Avaliação geral do capítulo – Função do Estado, crise e Estado Schumpeteriano ...	45
Quadro 2 – Acontecimentos importantes do Banco do Brasil S.A.– 1808/1994	72
Quadro 3 - Carteira rural do Banco do Brasil S.A – Principais acontecimentos – 1995-2002....	87
Quadro 4 – Síntese dos principais acontecimentos na carteira de agronegócios do Banco do Brasil S.A. – 2003/2009	96
Quadro 5 – Principais acontecimentos na carteira pessoa física do Banco do Brasil S.A. – 2003/2009.....	108
Quadro 6- Principais acontecimentos na carteira pessoa jurídica do Banco do Brasil S.A. 2003/2009.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Empréstimos e financiamentos da CREAM do Banco do Brasil S.A.– 1938-1952.....	65
Tabela 2 - Participação do Banco do Brasil S.A. e dos demais bancos comerciais nos créditos totais dos bancos comerciais e nos créditos ao setor público – Brasil - 1936-1970 - %	71
Tabela 3 - Participação das instituições no patrimônio da área bancária no Brasil – 1994/2000 (%).....	76
Tabela 4 – Participação dos bancos no patrimônio, ativos, créditos e depósitos no Brasil – (%)	79
Tabela 5 - Financiamentos rurais e agroindustriais do Banco do Brasil S.A., Brasil - 1995/2002	86
Tabela 6 - Contratações por produto pelo Banco do Brasil S.A.– Safra 2002/2003	89
Tabela 7 – Carteira de crédito de agronegócios por item financiado do Banco do Brasil S.A. - 2004.....	90
Tabela 8 - Recursos liberados pelo Banco do Brasil S.A. na Safra 2004/2005 por segmento	90
Tabela 9 - Financiamentos rurais e agroindustriais do Banco do Brasil S.A. 2003/2009	92
Tabela 10 – Carteira de crédito de agronegócios do Banco do Brasil S.A. por região - 2007	93
Tabela 11 – Recursos liberados na safra 2008/2009 pelo Banco do Brasil S.A. por porte de cliente	94
Tabela 12 – Carteira de crédito do Banco do Brasil S.A. (conglomerado) 2008/2009	95
Tabela 13 – Carteira de crédito de agronegócios do Banco do Brasil S.A. por destinação 2008/2009.....	95
Tabela 14 – Operações de crédito na carteira Varejo do Banco do Brasil S.A. – 1995/2002.....	98
Tabela 15 – Operações de crédito para PF do Banco do Brasil S.A. – 2003/2009 – R\$ milhões	102
Tabela 16 – Evolução da carteira de crédito de varejo do Banco do Brasil S.A. -2003/2004... ..	103
Tabela 17 – Carteira de crédito de varejo do Banco do Brasil S.A. - 2006.....	105
Tabela 18 – Composição – Mix das operações de crédito do Banco do Brasil S.A. – 1999/2007 - %	105
Tabela 19 –Carteira de crédito de varejo do Banco do Brasil S.A. - 2007.....	106
Tabela 20 – Carteira de crédito Banco do Brasil S.A. – 2008 – R\$ milhões.....	107
Tabela 21 – Carteira de crédito pessoa física do Banco do Brasil S.A. - 2009	108

Tabela 22 – Carteira pessoa jurídica e operações totais de crédito do Banco do Brasil S.A. – 1995/2009.....	116
Tabela 23 – Rede de distribuição do Banco do Brasil S.A. no período 1995-200 121	121
Tabela 24 – Rede de distribuição do Banco do Brasil S.A. no período 2003/2009	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACL - Antecipação de Crédito ao Lojista
BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina
BB – Banco do Brasil
BEP – Banco do Estado do Piauí
BESC – Banco do Estado de Santa Catarina
BNC- Banco Nossa Caixa
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BV – Banco Votorantim
CACEX – Carteira de Comércio Exterior
CAMOB – Caixa de Mobilização Bancária
CARED – Carteira de Redesconto
CDC – Crédito Direto ao Consumidor
CEXIM – Carteira de Exportação e Importação
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMN – Conselho Monetário Nacional
CPR – Cédula de Produto Rural
CREAI – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
DIREN – Diretoria Menor Renda
DRS – Diretoria Regional Sustentável
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCO – Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro Oeste
FGO – Fundo de Garantia de Operações
FINAME – Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais
FMI – Fundo Monetário Internacional
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
MEP – Micro e Pequenas Empresas
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAA – Posto Avançado de Atendimento
PAB – Posto de Atendimento Bancário
PAE – Posto de Atendimento Eletrônico

PAP – Posto de Arrecadação de Pagamentos

PGNI – Programa de Geração de Negócios Internacionais

PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

PROEX – Programa de Financiamento às Exportações

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROES – Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Estadual

SAA – Sala de Auto-Atendimento

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.2 OBJETIVOS	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.3 JUSTIFICATIVA	15
1.4 METODOLOGIA	16
1.5 ESTRUTURA	18
CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO – ESTADO E ECONOMIA	19
2.1 INTRODUÇÃO	19
2.2 FUNÇÕES DO ESTADO	20
2.3 CRISE DO ESTADO	28
2.4 GLOBALIZAÇÃO E ESTADO	33
2.4.1 Fatores Externos e Internos da Agenda Neoliberal	34
2.4.2 Implicações da Globalização	35
2.4.3 Enfraquecimento da Ótica Neoliberal	37
2.5 RECUPERAÇÃO E O NOVO PAPEL DO ESTADO	39
2.6 SÍNTESE CONCLUSIVA	45
CAPÍTULO 3 – BANCO DO BRASIL S.A.: PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM SUA TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO – 1808 A 1994	47
3.1 INTRODUÇÃO	47
3.2 BANCO DO BRASIL: DE SUA FUNDAÇÃO EM 1808 À 1930	48
3.2.1 A criação do Banco do Brasil	48
3.2.2 Financiamento agrícola e crise	56
3.2.3 Terceira e atual fase jurídica do Banco do Brasil	59
3.2.4 Aperfeiçoamento do sistema monetário	61
3.3 A TRAJETÓRIA DO BANCO DO BRASIL DE 1930 À DÉCADA DE 90	62

3.3.1 Atuação do Banco no pós-crise	62
3.3.2 A criação da SUMOC e a política monetária	66
3.3.3 A criação do Banco Central	68
3.3.4 Principais eventos na trajetória do Banco do Brasil após a criação do Banco Central ..	69
3.3.5 Análise da participação do Banco do Brasil nos créditos totais e no crédito ao setor público.....	70
3.4 SÍNTESE CONCLUSIVA.....	72
CAPÍTULO 4 – PADRÃO DE COMPORTAMENTO DO BANCO DO BRASIL NO PERÍODO 1995-2009.....	74
4.1 INTRODUÇÃO	74
4.2 A CONTEXTUALIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL NA DÉCADA DE 1990	75
4.2.1 O PROES e o Banco do Brasil.....	77
4.3 CRÉDITO RURAL E AGRONEGÓCIOS.....	80
4.3.1 Período 1995/2002 – Postura criteriosa e conservadora de crédito.....	81
4.3.2 Período 2003/2009 – Crescimento constante da carteira	88
4.4 CRÉDITO PESSOA FÍSICA	97
4.4.1 Período 1995/2002 – Foco na diversificação de risco do Banco.....	97
4.4.2 Período 2003/2009 – Foco no cliente de menor renda.....	101
4.5 CRÉDITO PESSOA JURÍDICA.....	110
4.5.1 Período 1995/2002 – Lançamento de novas linhas e segmentação da carteira.....	110
4.5.2 Período 2003/2009 – Aumento significativo do volume de crédito.....	113
4.6 CAPILARIDADE DOS PONTOS DE ATENDIMENTO	119
4.6.1 Período 1995/2002 – Foco nas regiões com maior potencial de negócios.....	119
4.6.2 Período 2003/2009 - Continuidade do crescimento na rede.....	122
4.6.3 Processos de aquisições do Banco do Brasil.....	124
4.6.4 Perspectivas de desenvolvimento.....	125
4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	129

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Para atuar como promotor do desenvolvimento, o Estado deve assumir a posição de mediador, impulsionador e financiador dos processos de produção. As suas ações como indutor desse crescimento se fazem presente com a aplicação de políticas públicas orientadas a fortalecer a capacidade produtiva em setores de maior prioridade para o fomento do desenvolvimento.

Garantir o crescimento econômico do país, exige do Estado a sua apresentação como o agente representativo do interesse nacional na busca de um consenso, mediando acordos e conflitos, coordenando as mudanças estruturais necessárias e características do desenvolvimento. O Estado no centro das decisões fundamentais para a economia assume a liderança na formulação da política econômica de industrialização.

As ações do Estado, enquanto planejador e promotor de uma vontade representativa do corpo social, fazem emergir a intervenção pública como ferramenta para a promoção de um crescimento respeitoso. Na qualidade de instituição, para qual confluem o poder econômico e político, o Estado se tornou um órgão indispensável à dinamização dos setores produtivos.

Ao comportar-se como agente representativo do interesse nacional, o Estado busca atuar na solução das falhas de mercado, em setores que não despertam o interesse do capital privado, bem como servir de instrumento de promoção do desenvolvimento. Desse modo, se faz necessário, através de suas instituições, viabilizar um projeto de desenvolvimento por meio de sua capacidade de financiamento.

Como veículo essencial para a viabilização de um projeto de desenvolvimento, o Banco do Brasil S.A., constituído na forma de sociedade de economia mista e principal agente financeiro da União, foi fundado em 1808 com o objetivo, na época, de financiar o setor público e estimular a indústria nacional. Hoje, sua estrutura busca fomentar o desenvolvimento, através do crédito, de diversos setores da economia brasileira, apoiando empreendimentos geradores de emprego e renda, nos mais diversos

segmentos, de grandes empresas ao cliente de menor renda, com intervenções ativas numa economia de mercado.

Tendo marcante posição e vocação no apoio aos investimentos da agricultura familiar e agroindústrias, nas micro, pequenas e médias empresas, a pessoa física, e nos investimentos sociais, mantém a liderança na concessão de crédito no país. Atuando como agente de políticas públicas, suas linhas de apoio contemplam financiamentos de longo prazo e custos competitivos, apoiando também o desenvolvimento de projetos de investimentos das grandes empresas privadas.

Atualmente, o Banco possui sua sede na cidade de Brasília e uma rede de atendimento constituída de 4.960 agências e 18.030 pontos de atendimento. No exterior, a rede é composta por 45 dependências localizadas em 23 países. Com uma carteira que atinge 35.234 contas correntes, ao fim do primeiro semestre de 2010, a instituição apresenta-se como um dos maiores empregadores do país, com 113.942 colaboradores.

Como instituição de maior capilaridade entre os bancos brasileiros, o Banco do Brasil é desde sua fundação, o principal agente financeiro da agricultura nacional e mantém hoje a estratégia de aumentar a sua participação no mercado do crédito.

Conforme os fatos apresentados, verifica-se a importância do Estado no desenvolvimento econômico do país, em particular pelo exercício das funções do Banco do Brasil. Neste sentido, este estudo procura responder a seguinte questão de pesquisa:

Qual tem sido o desempenho do Banco do Brasil como importante instrumento de apoio a política de desenvolvimento nacional, no período de 1995-2009?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Com o presente trabalho procura-se compreender a importância do Estado como indutor e colaborador do desenvolvimento econômico, a partir do estudo sobre o desempenho do Banco do Brasil no financiamento deste desenvolvimento.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Discutir o papel do Estado em relação ao desenvolvimento econômico;
- Avaliar a trajetória do Banco do Brasil desde sua fundação até o ano de 2009;
- Mensurar o comportamento das políticas de crédito do Banco do Brasil nas carteiras de agronegócios, pessoa jurídica e pessoa física; e
- Apontar as ações de desenvolvimento no período 1995/2009 no tocante as atividades relacionadas de forma direta ou indireta com o Banco do Brasil.

1.3 JUSTIFICATIVA

O Estado está no centro das tensões entre os setores de produção, as classes sociais, a economia nacional e a externa, e discorrer sobre o seu papel é a principal preocupação da economia política desde sua origem. Para que as nações se desenvolvam trazendo benefícios igualitários aos seus indivíduos, é de grande importância uma atuação mais incisiva do Estado. É passível de crítica a capacidade do mercado em promover uma acumulação regular e não permeada por constantes flutuações e crises, visto que, apesar de importante, o mercado gera desigualdades de acesso à produção e desenvolvimento.

Na busca do crescimento econômico de um país, é importante que o Estado atue como agente do processo produtivo, estando no centro das decisões fundamentais para a economia e assumindo a liderança na formulação da política econômica de industrialização. Comportando-se como agente representativo do interesse nacional, as ações do Estado voltam-se em intervenções ativas para a promoção do desenvolvimento. Torna-se necessário que o Estado, através de seu aparato, viabilize um projeto de desenvolvimento, servindo de instrumento no fornecimento de crédito à base produtiva.

Para tanto, é de fundamental importância o estudo do Banco do Brasil como instrumento financiador do desenvolvimento do país, dado a sua grande capacidade de multiplicar o crédito e possibilitar o seu acesso aos diversos segmentos produtivos. Buscar identificar os setores e os níveis de maior atuação da estrutura do Banco em relação às suas políticas de crédito permitirá responder qual a contribuição e participação que o Banco do Brasil teve como indutor do crescimento econômico no período compreendido entre 1995 a 2009.

1.4 METODOLOGIA

Este trabalho utiliza um método de abordagem descritivo analítico, com foco em um estudo de caso, com o propósito de alcançar cada objetivo específico proposto. No tocante ao primeiro objetivo, estudar o papel do Estado como promotor do desenvolvimento econômico de um país, utiliza-se uma revisão teórica das principais teorias que envolvem o desenvolvimento do Estado. Busca-se apresentar as funções do Estado, a crise do Estado, globalização e Estado e recuperação e o novo papel do Estado. Tira-se proveito das contribuições de autores como: Bresser-Pereira (2009), Dathein (2008), Draibe (1985), Ianni (1996), Diniz (2007), Arienti (2003), Boyer (1992), Iglesias (2006), Genro (1998), Oliveira (1998), Coutinho (2002) e Erber e Cassiolato (1997).

Em relação ao segundo objetivo, que visa avaliar a trajetória do Banco do Brasil desde sua fundação até o ano de 2009, procurou-se fazer uma retrospectiva dos principais acontecimentos do Banco por meio de intervalos selecionados, dividindo-os entre os períodos 1808/1930, 1930/1994 e 1995/2009. Para tanto, recorre-se a relatórios

de diretoria e site do próprio Banco, bem como livros sobre a trajetória histórica da instituição financeira, de historiadores como Pacheco (1979), Magalhães (1988), Cavicchini (2007) e Franco (1973).

Para atender o terceiro objetivo referente à análise do comportamento das políticas de crédito do Banco do Brasil nas carteiras de agronegócios, pessoa jurídica e pessoa física, recorreu-se ao site do próprio Banco, a relatórios de diretoria, análises de desempenho e relatórios anuais publicados anualmente pela empresa, bem como artigos, dissertações e teses de doutorado sobre as operações desta instituição financeira, buscando verificar a evolução da participação do Banco no fornecimento de crédito.

Por fim, para atender o quarto objetivo, foram apontadas as ações de desenvolvimento no período 1995/2002 e 2003/2009 no tocante as atividades relacionadas de forma direta ou indireta com o Banco do Brasil. Através de relatórios anuais e de desempenho da diretoria, buscou-se avaliar as ações desenvolvidas e o sistema de financiamento empreendido durante a abordagem descritiva.

1.5 ESTRUTURA

O trabalho está estruturado e dividido em quatro capítulos, sendo que no capítulo um, apresenta-se a introdução, objetivos, justificativa e metodologia; no capítulo dois faz-se o referencial teórico; no capítulo três averigua-se o comportamento histórico da instituição apontada para o estudo; e no quarto capítulo analisa-se o estudo de caso proposto e as considerações finais.

CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO – ESTADO E ECONOMIA

2.1 INTRODUÇÃO

Discorrer sobre o papel do Estado e do seu desenvolvimento tem sido a principal preocupação da economia política desde sua origem. Uma abordagem de sua maior ou menor intervenção na economia caberá como proposta de estudo deste capítulo, pautando os princípios da escola liberal e desenvolvimentista, que se distinguem pelas funções que atribuem ao Estado. De fato, países em desenvolvimento carecem de políticas peculiares e diferentes de países já desenvolvidos, visto que necessitam de ações para regular, incentivar e prover a atividade econômica para que superem sua condição estrutural atrasada.

No intuito de discutir a importância e as funções do Estado, este capítulo será dividido em seis seções, sendo que na seção 2.1 faz-se a introdução, na seção 2.2 busca-se detalhar as funções do Estado, na seção 2.3 averigua-se a crise do Estado, na seção 2.4 analisa-se a globalização e o Estado, na seção 2.5 trata-se da recuperação e o novo papel do Estado e por fim, na seção 2.6 faz-se uma síntese conclusiva.

2.2 FUNÇÕES DO ESTADO

Uma definição teórica de Estado envolve inúmeros problemas, derivados principalmente da dificuldade de analisar exaustivamente as múltiplas relações que se criaram entre o Estado e o complexo social.

No mundo moderno, o homem, desde que nasce e durante toda a existência, faz parte, simultânea ou sucessivamente, de diversas instituições ou sociedades, formadas por indivíduos ligados pelo parentesco, por interesses materiais ou por objetivos espirituais. [...] A primeira em importância, a sociedade natural por excelência é a família. [Há porém] uma sociedade mais vasta do que a família, menos extensa do que as diversas igrejas e a humanidade, mas tendo sobre [elas] uma proeminência que decorre da obrigatoriedade dos laços com que envolve o indivíduo: a sociedade política, o Estado (AZAMBUJA, 2008, p.17).

Esta afirmação pode servir bem como ponto de partida para a difícil tarefa que é compreender as reais funções do Estado – incluindo a crise do Estado e a globalização – se não compreendermos sua teoria, seus fundamentos e sua história.

Uma abordagem que cabe a proposta deste estudo e se revela particularmente útil na investigação referente aos problemas subjacentes ao desenvolvimento e as funções propriamente ditas do Estado é observarmos a intrínseca relação Estado-economia e, de um ponto de vista teórico fazermos a análise e crítica da política econômica do estado (composta .da política monetária, fiscal e social).

Segundo IANNI (1988) ao fazermos a análise de determinados aspectos da estrutura econômica, das políticas estatais feitas para enfrentar os desequilíbrios, observamos que essas estruturas não se esgotam em seu conteúdo econômico, pois acabam por exprimir, além disso, as suas dimensões históricas: “ela [a estrutura econômica] apresenta conteúdos sociais de grande importância (...). As discontinuidades, desequilíbrios e distorções são outros tantos aspectos notáveis das estruturas, que lhe dão características históricas, que a interpretação precisa incorporar” (IANNI, 1988, p.56).

A realidade econômica e social como sabemos, não é imutável, ela é dinâmica e varia através do tempo e do espaço. Em todas as épocas o homem desejou modificar e quase sempre modificou a realidade em que vive, como quando escreve IANNI (1988), “as forças sociais que predominam na sociedade em dada época, podem não só

influenciar a organização do estado como inculcá-lhe tendências que influenciem o jogo das forças sociais e o conjunto da sociedade”.

Se nas sociedades agrárias a referência principal era o controle da terra, assim como na nascente sociedade industrial do século XVIII, o eixo de discussão era a propriedade dos meios de produção, nos dias de hoje, com uma economia marcada pela grande concentração de empresas e da conseqüente união das formas antes separadas de capital (o industrial, o comercial e o bancário) resultando na figura de capital financeiro, não é mais possível pensar na estranheza da política ao intercâmbio de mercado (GOZZI, 2004).

Com o poder econômico se tornando o elemento central dos processos de decisão política, e a presença das grandes corporações convertendo-se em grupos de pressão, o paradigma mudou, e, de acordo com GOZZY (2004): “a política econômica do estado interfere agora diretamente, não só através de medidas protecionistas em relação ao capital monopólico, mas também das manobras monetárias do Banco Central e, pouco a pouco, mediante a criação de condições infra-estruturais favoráveis a valorização do capital industrial.”

A mudança na estrutura material acaba então por alterar a lógica da política estatal, Karl Polanyi (2000) nos sintetiza o panorama ao afirmar que antes, durante todo o século XVIII o Estado contribuiu para a ascensão do mercado à principal protagonista da vida econômica transformando tudo em mercadoria, das terras ao trabalho, e depois se limitou a garantir formalmente, desde fora, a estrutura da livre-troca, e sucede agora, com todas as transformações acima citadas, a um Estado que intervém ativamente dentro do processo de valorização capitalista.

Extraímos das palavras de Draibe (1985) que devemos analisar o papel do Estado no processo de industrialização, observando alguns aspectos da formação das estruturas capitalistas e perceber as “relações entre este movimento e as alternativas político-econômicas de consolidação de uma economia fundada no trabalho assalariado e na acumulação industrial” (DRAIBE, 1985, p.18).

Nesse sentido, Ianni (1988) é incisivo, “o Estado não é apenas mediação nas relações de classe e elemento de preservação do predomínio de uma sobre a outra classe.” Pois quando trata-se da conversão da estrutura econômica baseando-se na industrialização, o Estado surge como agente do processo produtivo.

Ele opera, também e principalmente, no nível infra-estrutural, diretamente no processo de formação de capital, isto é, de acumulação capitalista. Na medida em que o processo produtivo, em sentido amplo, exprime a forma pela qual se organiza e cristaliza a práxis coletiva, segundo as determinações do mercado, o poder público participa intensamente na formulação das possibilidades e na própria dinamização das forças produtivas (IANNI, 1988, p.240).

Parece aqui evidente que discorrer sobre papel do Estado, do desenvolvimento e o problema da lógica de mercado dentro desse sistema capitalista, marcado por constantes crises cíclicas de desajustes e reajustes do capitalismo é a principal preocupação da economia política desde sua origem. Boyer (1992, p.10) nos aponta quanto antigo é esse debate pois “William Petty, François Quesnay e Adam Smith interrogavam-se: o mercado precisa do Estado? Ou, ao contrário, o vigor do mercado irá privar o Estado de seus atributos? Para favorecer o desenvolvimento é preciso mais ou menos Estado?”. Tentar compreender o papel do Estado à luz das mais diversas interpretações teóricas do desenvolvimento é assunto que não se esgota para a ciência econômica, em termos de resposta e estratégias adotadas nos mais diversos períodos históricos.

Em seu conteúdo mais geral, percebemos duas correntes principais que se opõem pelas funções que atribuem ao Estado. Expressam-se em diferentes orientações políticas, ou nuances, que interferem na atividade do Estado de modo a dar-lhe distinta substância. Elas se distinguem pelas suas implicações estruturais e configuram-se através das chamadas políticas econômicas:

A política econômica é uma técnica de interferência em certos processos da realidade, com um alvo ou uma seqüência de objetivos determinados, numa orientação pré-formulada. Destina-se a tornar possível eficaz a manipulação de ‘fatores e condições’ ou processos relacionados direta e indiretamente com as forças produtivas. (...) propicia a atuação sobre fenômenos econômicos, interfere, em grau variável, nas relações dos homens entre si. (...) A política econômica estatal, em particular, destina-se a realizar modificações reais no sistema econômico nacional, incentivando, fazendo diferenciar ou corrigindo as tendências gerais ou particulares do sistema (IANNI, 1988, p.212).

A corrente liberal, quando trata de discutir o papel do Estado na economia, admite que o livre mercado não leva necessariamente à plena eficiência e o ótimo de pareto (DATHEIN, 2008), e de certo modo, colocando em cheque a matriz dessa visão liberal, fundamentada no individualismo: o interesse privado não coincide necessariamente com o interesse público. Entretanto ao justificar seus modelos, autores

neoclássicos concebem a idéia de “falhas de mercado” que surgiriam pela existência de bens públicos, de mercados não competitivos e de algumas externalidades positivas e negativas, e caberia ao Estado somente corrigir estas falhas (DATHEIN, 2008). Podemos também somar a visão liberal da Escola austríaca, onde

O Estado ideal é o estado mínimo, garantidor apenas da segurança, das leis, da propriedade privada e dos bens públicos, sendo produto de contratos voluntários entre indivíduos livres. A concorrência seria o mecanismo de coordenação eficiente e não violador da liberdade (DATHEIN, 2008, p.52).

As concepções liberais sobre as funções do Estado, seu papel na constituição e regulação do mercado e os ciclos de intervenção na vida econômica e social, partem da hipótese de que o mercado, mesmo sujeito a falhas, segue em última instância, como garantidor da eficiência e equilíbrio. O Estado é concebido exercendo funções discretas, muito mais como órgão que “estabelece as regras do jogo mas não joga” (IANNI, 1988, p.217).

De um modo geral, essa estratégia econômica prega que o papel do governo é o de sustentar o crescimento econômico de uma maneira mais sutil do que através do gasto governamental, oferecendo então, somente alguns instrumentos para que indivíduos e empresas prosperem com seus próprios esforços, ou seja, que a intervenção governamental sirva para complementar, e nunca substituir o mercado e o setor privado (BOYER, 1992).

Há uma rejeição completa à criação de empresas estatais, creditando aos capitais e empresários externos a melhor solução para os investimentos industriais de vulto, “referem-se ao clientelismo, à administração nem sempre eficaz ou outros fatos, para comprovar a tese de que o Estado é ‘mau gerente’” (IANNI, 1988, p.218).

Essa visão, responde “direta e imediatamente as novas tendências de concentração e centralização do capital, processos esses com epicentro nas nações capitalistas dominantes” (IANNI, 1988, p.218).

Em outro extremo, em alternância a concepção liberal, muitos economistas que se interessavam pela temática do desenvolvimento, demonstravam grande ceticismo quanto a capacidade do mercado em promover uma acumulação regular e não permeada por constantes flutuações e crises. É a chamada corrente desenvolvimentista:

Em suas linhas gerais, (...) essa é a corrente que põe, aberta e deliberadamente, o Estado no centro das decisões fundamentais para a economia [e assume] a liderança na formulação da política econômica de industrialização. Na qualidade de instituição para a qual confluem o poder político e o poder econômico, e pelas técnicas de que pode lançar mão, o Estado se tornou um órgão indispensável à dinamização das forças produtivas (IANNI,1988, p. 220).

Mesmo reconhecendo os extraordinários progressos das análises macroeconômicas, cujo avanço no campo monetário e financeiro tem sido notável, principalmente pelo melhoramento das formulações de preços, da determinação da inflação e do comércio exterior, que tem auxiliado em alto grau a formulações de políticas públicas, Iglesias (2006) percebe que em muitos casos parece que se sacrifica a realidade em detrimento do indiscutível rigor matemático e apuro formal dos modelos macroeconômicos, que em sua maioria não captam a complexidade da realidade econômica, social e política.

E ainda acrescenta que, entre os fatores condicionantes desse complexo corpo social, as instituições tem um papel crucial, e entre elas se destaca o papel do Estado, pois ao considerar os problemas políticos do desenvolvimento, Iglesias percebe o papel protagônico do Estado, “para lo cual se crearon ministerios especializados, oficinas de planificación, y bancos de desarrollo destinados a movilizar recursos financieros y tecnologias” (IGLESIAS, 2006, p.10). A ampliação e fortalecimento do aparato estatal foi o instrumento básico da política econômica desenvolvimentista.

Ianni (1989) compartilha deste ponto de vista ao afirmar que “em face das flutuações das atividades econômicas, em especial das flutuações mais violentas, o Estado surge como o órgão todo-poderoso, em condições de jogar com os elementos principais da situação e restabelecer a ‘eunomia’ do sistema”. Enquanto em épocas tranquilas se demonstra mais ausente, quando as forças produtivas se chocam, e as relações de apropriação e de produção entram em dissonância, o estado ganha novas tarefas e acaba por impor-se nos mais diversos setores da vida social e econômica.

Segundo Boyer (1992), o domínio do mercado deve ser limitado, não abrangendo nem os bens de equipamentos, nem o crédito. Deste raciocínio geral surge uma valorização da ação do Estado enquanto planejador e promotor de uma vontade representativa do corpo social, emergindo a intervenção pública como a ferramenta para

a promoção de um crescimento respeitoso da autonomia nacional e da justiça social, reorientando a lógica do universo do interesse privado para o público.

Dathein (2008) também chama a atenção para outro debate essencial entre as concepções liberais e as desenvolvimentistas, que é o problema dos países subdesenvolvidos que necessitariam além de uma elaboração teórica específica, também de políticas diferenciadas. De acordo com Ianni (1988), “no país subdesenvolvido, a industrialização é simultaneamente um processo de ruptura com o presente” e o *desenvolvimentismo* é a ideologia que move esta ruptura:

Nacionalista ou associado ao capital externo, esse desenvolvimentismo faz parte da corrente de idéias característica dessa etapa de transição do sistema econômico-social nacional. No processo de conversão do capital agrícola, comercial e bancário em capital industrial, essa doutrina constituiu como uma visão prospectiva da civilização industrial (IANNI, 1988, p.98).

Dathein (2008) destaca a opinião de Kalecki (1983), que já enfatizava que os problemas dos países não desenvolvidos vão além de políticas de demanda, mas sim políticas de superação de sua estrutura atrasada.

Nesse ponto, cabe apresentar a linha de argumentação de Chang (1994 p. 23-25 *apud* DATHEIN, 2008, p.44) quando sustenta que para superar o atraso dos países não desenvolvidos, o Estado desenvolvimentista deve assumir quatro funções fundamentais:

- 1) Deve ser o agente representativo do interesse nacional, adotando mecanismos políticos e técnicos que busquem a promoção de grandes consensos nacionais, ou seja, que haja uma afinidade entre o Estado, a empresa privada, sindicatos e a sociedade civil sobre os interesses econômicos em jogo.
- 2) Coordenar as eventuais mudanças estruturais características do desenvolvimento, que exige transformações sistêmicas, e como o mecanismo de preços não gera coordenação para esse tipo de processo, cabe ao Estado promover tais transformações, via planejamento indicativo e demais incentivos.
- 3) A construção de instituições, veículos essenciais para a viabilização de um projeto de desenvolvimento. Tomando o devido cuidado para não fazer somente a cópia das instituições dos outros países, o Estado deve inovar e as adaptar a sua realidade.

- 4) Administrar as contradições intrínsecas ao processo schumpeteriano de destruição criativa. É a administração de possíveis conflitos, onde os ganhadores compensem os perdedores, reduzindo a oposição às mudanças. Seu processo exige um certo grau de politização da economia, o que só o Estado pode fazer.

Acrescentamos a esse rol, as idéias de Iglesias (2006) que acredita que o Estado deve ser o impulsor da capacidade produtiva, com a aplicação de políticas públicas orientadas a fortalecer a capacidade produtiva em setores de maior prioridade para o fomento do desenvolvimento, cita no caso, aqueles ligados a inovação tecnológica e produtiva. O Estado deve ser capaz de fazer viável a eficiência de mercado, garantidor do equilíbrio entre os interesses públicos e privados, chamando a maior atenção para as privatizações de estatais, pois há experiências que mostram o quão nefastas podem ser os resultados de um monopólio que antes público agora se torna privado, sem as devidas ferramentas regulatórias e fiscalizadoras.

Com Ianni (1988) percebemos que o Estado está no centro das tensões entre os setores de produção, as classes sociais, a economia nacional e a externa, ou seja, o Estado, que ao se apresentar como instituição fundamental do sistema social global, está na base da cúpula do sistema de apropriação e dominação. “Na ordenação da relação entre os homens, ele toma a iniciativa das reordenações, controles, estímulos e assim por diante” (IANNI,1988, p. 50).

Torna-se necessário então, um Estado que tenha a responsabilidade de diminuir as desigualdades sociais. Para Iglesias (2006) o Estado cumpre um papel indispensável na defesa ativa na luta contra a pobreza. A eficiência dos direitos políticos e civis depende de um aparato estatal que garanta as condições de vida material digna para as populações. A “questão social” também consegue abrir dificultosamente uma alternativa ao liberalismo: o Estado interventivo, cada vez mais envolvido no financiamento e administração de programas de segurança social.

Nesse contexto, e aproximando a discussão para a realidade latino-americana, tivemos das décadas de 1960 até 1970, um Estado que cumpria um papel de protagonista nas definições das estratégias de desenvolvimento, para o qual se criaram ministérios especializados, bancos de desenvolvimento destinados especificadamente a mobilizar recursos financeiros e tecnológicos (IGLESIAS, 2006). A ampliação e fortalecimento das empresas estatais foram o instrumento básico da política econômica da época, cujos resultados foram:

El desarrollo impulsado por esta estrategia transformo profundamente el perfil económico y social latinoamericano. Un aspecto destacado de la transformación social lo constituyó el intenso proceso de urbanización. En el plano económico, el sector manufacturero aumentó su gravitación en el producto global y en el empleo, mientras declinaba o se estancaba la producción agrícola, se aceleraba la expansión de los servicios e inclusive el aumento del empleo en el sector público, y adquirirían una ponderación cada vez mayor las burocracias y La absorción de recursos por parte del Estado” (IGLESIAS, 2006, p. 10).

Nesse curto período e principalmente após a segunda guerra mundial, assistimos a um período de prosperidade econômica e de aumento dos padrões de vida sem precedentes na história da humanidade (BRESSER- PEREIRA, 2008). O Estado é o principal propulsor do desenvolvimento econômico e social, mas a partir do fim da década de 1970, porém, devido ao seu crescimento distorcido e ao processo de globalização, o Estado entra em crise e “se transformou na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação” (BRESSER- PEREIRA, 2008, p. 1).

É sobre as transformações que o Estado passou em suas formas e funções para responder a crise da economia, bem como analisarmos mais profundamente as origens dessa crise, é o que trataremos na seção seguinte.

2.3 CRISE DO ESTADO

Nos últimos anos, particularmente a partir da década de 1970, houve mudanças significativas nas economias capitalistas, o mundo passou a presenciar uma crise do sistema de produção capitalista. Após um período próspero de acumulação de capitais, no chamado o auge do fordismo e do keynesianismo das décadas de 1950 e 1960, o capital passou a dar sinais de um quadro crítico, que pode ser observado por alguns elementos como: a tendência decrescente da taxa de lucro decorrente do excesso de produção; o esgotamento do padrão de acumulação fordista de produção.

Nas análises regulacionistas, o fordismo está relacionado à aplicação dos conceitos de regime de acumulação e modo de regulação na análise da dinâmica econômica e social dos países desenvolvidos nos trinta anos após a II Guerra Mundial. Neste sentido, fordismo é [...] a combinação de produção e consumo em massa do regime de acumulação fordista [difundindo] o método de produção de Henry Ford para vários setores da economia [além de] novos compromissos salariais e de classe, ampliação das ações estatais e reorientação das políticas econômicas, reformas nas relações econômicas internacionais e novos hábitos culturais (ARIENTI, 2003, p. 99).

Ainda segundo Arienti (2003), nesse período os Estados caracterizados como Estados fordistas cumpriam três importantes funções, primeiro pelo lado da oferta, como o grande investidor de infra-estrutura, ítem essencial para a ampliação da produção e circulação de bens de consumo duráveis. Segundo, pelo lado da demanda, em que adotou políticas keynesianas de gastos, garantindo assim uma demanda sempre próxima do pleno emprego, e por último, pelo lado do controle social, regulando as leis trabalhistas, garantindo um salário vinculado com as oscilações de inflação e produtividade e ampliando a proteção legal do trabalhador via sistemas de seguridade social. Este sistema aumentou a inclusão das pessoas até então marginalizadas, elevou substancialmente o salário e, em termos das democracias sociais, ampliou significativamente a participação do trabalho, pois a expansão dos gastos sociais “possibilitou a concessão de salário indireto e acesso a bens públicos que permitiram, de um lado, a integração de vários grupos a sociedade de consumo em massa, e de outro lado, o controle social para a regulação da ordem capitalista” (ARIENTI, 2003).

O Fordismo que funcionou perfeitamente da metade da década de 50 até o final da década de 60 se expõe a sérias contradições no começo dos anos 70. Segundo

Lipietz (1997, p.24 *apud* ARIENTI, 2003, p. 100) são vários os indicadores que apontam para a crise:

a estagnação das economias desenvolvidas [...] o rompimento dos pontos centrais do acordo internacional de Bretton Woods, a crescente reivindicação salarial de trabalhadores sindicalizados para além do controle do Estado e da moderação esperada pelos capitalistas, a rebeldia da juventude de classe média aos padrões de produção e cultura tipicamente fordistas.

Na década seguinte, entramos em um período caracterizado como “A grande crise Econômica dos anos 80”, conhecida também como a “década perdida”, onde, segundo Bresser-Pereira (2008), o mundo viu a taxa de crescimento dos países centrais cair pela metade, ocasionando inclusive a estagnação da renda de seus habitantes por mais de uma década.

A todos esses fatores, podemos somar o colapso dos regimes estatistas do bloco soviético, a crise do petróleo, onde a OPEP, em decisão autônoma resolve aumentar seus preços. Houve também o aumento da competitividade nos mercados internacionais (resultante da recuperação total da Europa e da Ásia devido aos estragos provocados pela Segunda Guerra Mundial), insuficiência de investimento de capital em novas tecnologias e estagnação organizacional, o fracasso do desenvolvimento da política industrial em muitos países não desenvolvidos deu forte impulso a esta crise (BRESSER-PEREIRA, 2008). O autor ainda ressalta que se há uma grande crise no sistema, sua origem deverá ser encontrada ou no mercado, ou no Estado, pois quando argumenta que essa grande crise teve como causa fundamental a crise do Estado - seja fiscal, administrativa, burocrática, ou de formas de intervenção do Estado no econômico e no social – está pressuposto que o Estado, “além de garantir a ordem interna, a estabilidade da moeda e o funcionamento dos mercados, tem um papel fundamental de coordenação do sistema econômico” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.2).

Entretanto, a onda neoconservadora e as reformas econômicas voltadas para o mercado foram a resposta a esta crise, “reformas que os neoliberais em um certo momento imaginaram que teriam como resultado o Estado mínimo.” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 1). A crítica neoliberal via nas políticas keynesianas, que usava o aparelho estatal como principal viabilizador da oferta de bens e de serviços (o chamado sistema de bem estar-social), uma pesada carga a já delicada situação financeira dos Estados (ARIENTI 2003). Compreendemos então, que a crise do modo de intervenção estatal manifestou-se na crise do welfare state nos países centrais, no esgotamento da

industrialização por substituição de importações nos países em desenvolvimento e finalmente, na falência do estatismo nos países ditos comunistas (BRESSER-PEREIRA, 2008).

O Estado passa então por um período de fortes reformas, que não eliminaram ou reduziram suas funções econômicas básicas, porém o modificaram em seu papel e forma.

Arienti (2003) nos distingue quatro tipos de reforma a que o Estado foi alvo: a primeira “orientada a lidar com a crise financeira dos Estados e com os desequilíbrios macroeconômicos”. Com a crise fiscal, o Estado perde o crédito público ao mesmo tempo em que vê sua possibilidade de poupança forçada diminuir, para sanar esses problemas a reorientação foi a de restrição fiscal e monetária aliada a uma franca abertura comercial, em outras palavras, são efetivados “programas de desregulamentação” que transformam o Estado em “um promotor da capacidade de competição do país a nível internacional ao invés de protetor da economia nacional contra a competição internacional” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.6).

No segundo, ao tratar da delimitação do tamanho do Estado, consideram-no excessivo e idéias como privatização, “publicização” e terceirização¹ tornaram-se a pauta da vez. Transfere-se para as empresas privadas a oferta de bens e serviços, limitando a intervenção estatal pelo lado da oferta.

O terceiro tipo de reforma se realizou a partir de uma série de medidas visando “critérios de eficiência” para empresas que ainda se mantiveriam sob a responsabilidade estatal, em uma clara tentativa de modernização da administração pública, introduzindo métodos de gerenciamento e controle típicos das empresas privadas.

E por último, a redução drástica de gastos na chamada “área social”, em uma tentativa clara de impor disciplina financeira e aumentar a produtividade na prestação dos serviços sociais.

As críticas ao Estado fordista e mais especificamente ao regime de bem estar social foram tanto pelo lado financeiro, dado o elevado custo do regime de assistência social, que ultrapassava as receitas das contribuições dos trabalhadores, quanto pelo argumento do desestímulo ao trabalho e a eficiência que a proteção social pode gerar (ARIENTI, 2003, p.103).

¹ “Privatização é um processo de transformar uma empresa estatal em privada. Publicização, de transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não estatal. Terceirização é o processo de transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio.” (Bresser-Pereira, 2008:6)

A medida em que esse processo amadurece, percebemos que essa readequação das funções do Estado é acompanhada pelo processo de mundialização da economia, com predomínio do capital financeiro onde “ as modificações e reformas visavam abrir mais espaços para a ação das grandes empresas, ainda amarradas a certas limitações de ordem nacional e sequiosas para ampliar os seus mercados” (ALBERT, 1991, p.170, *apud* GENRO, 1998, p.42). É o capital financeiro, nas mãos das grandes corporações e especuladores, que passa a ser o protagonista da cena.

No seio da sociedade, as transformações tecnológicas em curso imprimiam enormes mudanças culturais e macroeconômicas, onde

as reformas tornavam-se um dogma na esfera da política. As grandes corporações de comunicação passavam a potencializar um novo senso comum, antiestatista, anti-serviço público, antioletivista e profundamente individualista. A fragmentação do processo produtivo, a alienação cultural e a dominação fantástica do capital financeiro ajudavam a desagregar os padrões de sociabilidade e o imaginário político ancorados na modernidade (GENRO, 1998, p.42)

No Brasil, os argumentos para a realização de tais “façanhas”, nas palavras de Francisco de Oliveira citando os “economistas de plantão”:

Foi que a capacidade de investimento do governo havia chegado a zero em virtude precisamente do descontrole inflacionário com suas seqüelas sobre as contas públicas. Esse argumento cauciona as aceleradas privatizações, o severo corte de gastos, a criação de “reservas de caça” [antes de emergência, agora de estabilidade] (...). Na seqüência, as ‘reformas’ administrativas e da previdência, as quais necessariamente se seguirá “reforma” das relações capital-trabalho [CLT] (1998, p.14).

Se Bresser-pereira (2008) nos assegura que “a coordenação do sistema econômico no capitalismo contemporâneo não é, de fato, realizado apenas pelo mercado, como quer o neoliberalismo conservador de alguns notáveis economistas neoclássicos, mas também pelo Estado.” Com Francisco Oliveira (1998), temos a certeza de que toda ideologia antiestatizante, neoliberalizante é na verdade uma intervenção total e desapietada sobre a sociedade:

Constitui um equívoco, (...) pensá-lo [a política governamental de FHC] como antiestatista. Aliás, em parte nenhuma o neoliberalismo pode se impor sem uma forte intervenção estatal. Esta é uma de suas contradições. Dá-se, assim, o primado da política sobre todas as outras esferas, o que constitui um

dos traços mais autoritários do capitalismo contemporâneo. Quem pensa que é o mercado governando não conhece da missa um terço.

Para Bresser-pereira (2008) o mercado é o mecanismo de alocação eficiente de recursos por excelência, mas o vemos falhar muitas vezes nessa tarefa, dada a existência de monopólios e economias externas que escapam ao mecanismo da formação de preços, “o Estado moderno é anterior ao mercado capitalista porque é o Estado que garantirá os direitos de propriedade e a execução dos contratos, sem o que o mercado não poderá se constituir” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.2).

E se esse mesmo Estado entra em crise, de um lado é devido ao caráter cíclico da intervenção estatal, e de outro, ao processo de globalização, que encurta a autonomia das políticas econômicas e sociais dos Estados nacionais. No fim dos anos 90, ao perceberem esses fatos, políticos e classes dirigentes a nível mundial começam a abandonar a idéia do Estado mínimo e a concentrar sua atenção na reforma do estado. “Já que a causa fundamental da grande Crise econômica dos anos 80 foi a crise do Estado, o mais acertado é reconstruí-lo ao invés de destruí-lo” (Bresser-pereira 2008, p.20).

2.4 GLOBALIZAÇÃO E ESTADO

Durante as décadas de 1980 e 1990 as recomendações que os países ricos e as instituições financeiras internacionais deram aos países em desenvolvimento foram apresentadas como uma fórmula prioritária e necessária à adaptação frente a nova ordem mundial que se formava. O desenvolvimento econômico só seria alcançado pelos países emergentes caso adotassem uma agenda pública, imposta mediante pressão, e em sua maioria prescritas pelo Consenso de Washington, pautada em políticas restritivas, que favorecessem a privatização, a desregulamentação e a liberalização do comércio internacional e dos investimentos.

A crença em um Estado com governança empresarial e orientado para o mercado não conseguiu gerar o prometido dinamismo do crescimento nos países em desenvolvimento e a suposta agenda inquestionável acentuou o efeito devastador que a globalização pode ter sobre países em crescimento.

A era das chamadas reformas orientadas para o mercado deixou de ser considerada inquestionável e a reflexão internacional alcançou um novo patamar, abandonando a uniformidade anterior e abrindo-se ao confronto com idéias e paradigmas. A agenda que se tornara hegemônica nos anos 1990 deixou de ser consensual, passando a ser objeto de crítica acirrada e constante (DINIZ, 2007, p.8).

As políticas até então impostas a estes países passaram a ser repensadas. Alternativas próprias que respeitassem interesses e especificidades históricas e culturais ganham corpo frente a atuação das agências multilaterais que pregavam receitas liberais e passividade dos países em desenvolvimento. Um novo debate é feito sobre as estratégias nacionais para o desenvolvimento e a inserção destes mercados em um mundo globalizado.

Cabe ressaltar que é exatamente o reconhecimento do teor multidimensional do processo de globalização, incluindo seus aspectos políticos, a rejeição da visão determinista, economicista e idealizada predominante no passado recente, a aceitação de que não se trata de um fenômeno monolítico, e, sim, de um processo submetido à interferência de uma pluralidade de fatores, o que caracteriza a atual geração de interpretações sobre a globalização e seus impactos nas economias periféricas (DINIZ, 2007, p.10).

A guinada à esquerda por via eleitoral em muitos países da América Latina nos últimos anos, pode ser vista também como um reflexo dos fracos resultados da agenda neoliberal implantada nestes países e uma aspiração por mudanças. A globalização passa a exigir dos Estados nacionais estratégias mais igualitárias e menos excludentes. Esta nova agenda é deflagrada, buscando não somente a estabilização e rigidez fiscal, mas também a redefinição de prioridades. Estes Estados passam a discutir reformas sociais e aprofundam temas como: a busca por autonomia e integração regional, a inconformidade da posição periférica no cenário mundial despertando anseios por mudanças na geopolítica global, diversificação de parcerias comerciais e novas alianças com o fito de transformar a sua inserção externa.

Esta formulação de vias alternativas de desenvolvimento e o novo papel do Estado nesta etapa da globalização priorizam novos regimes produtivos e uma estratégia nacional formulada de maneira mais autônoma, buscando os seus próprios interesses.

2.4.1 Fatores Externos e Internos da Agenda Neoliberal

As duas últimas décadas do século XX foram importantes no processo de ruptura com o antigo modelo nacional de desenvolvimento, que entre 1930 e 1980, nos países latino-americanos, foi baseada em uma estrutura de industrialização por substituição de importações. As mudanças para uma política neoliberal foram causadas por fatores externos e internos. As restrições externas desempenharam uma forte influência na determinação de uma nova agenda para os países em desenvolvimento.

As sucessivas crises internacionais, a partir de meados dos anos 1980; a pressão das agências multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial; os avanços do processo de globalização; o colapso do socialismo; e o fim da Guerra Fria foram os mais importantes. Tais fatores determinaram uma drástica redefinição da agenda pública, especialmente no que se refere às características políticas e econômicas da ordem anterior. Reformas políticas para a construção de regimes democráticos, programas de estabilização econômica, reformas orientadas para o mercado, notadamente a privatização e a abertura externa da economia, bem como a integração na ordem mundial globalizada, converteram-se nas novas prioridades consagradas internacionalmente, traduzindo-se numa reorientação das políticas públicas que foram postas em prática pelos governantes (EVANS, 2003 apud DINIZ, 2007, p. 20).

Estas transformações deixaram de lado a agenda desenvolvimentista dos Estados e as metas sociais, priorizando políticas monetaristas ortodoxas, metas de estabilização e ajuste fiscal.

Paralelamente a isto, fatores internos tiveram um papel determinante nas transformações do Estado. O comportamento dos atores estratégicos, como trabalhadores organizados e empresários, e das elites dirigentes nacionais agiram de maneira decisiva na definição de políticas que consideravam prioritárias a cada momento. Sendo assim, a complexidade das transformações ocorridas nos Estados não pode ser considerada apenas como resultado do frenético processo de globalização ou ditadas por critérios exclusivamente técnicos. Engana-se a tendência natural de desconsiderarmos os traços históricos como importantes variáveis, pois através desta trajetória é possível explicar as diferenças de desempenho entre os diversos países.

Mesmo com a profundidade das transformações no modelo vigente, capazes de desmontar a antiga ordem e não permitir o seu regresso, a nova política nacional de desenvolvimento nas décadas de 1980 e 1990 continuou a apresentar graves problemas de desigualdade e exclusão. As reformas realizadas não foram suficientes para acelerar e promover o crescimento dos Estados e a degradação social se agravou.

2.4.2 Implicações da Globalização

Ao analisarmos pelo prisma político, as transformações efetuadas após longas décadas de instabilidade, crises sucessórias e intervenções das Forças Armadas (muito comuns na América Latina), permitiram reformas que conduziram as sociedades a romperem com regimes autoritários de governo.

A ruptura com a tradição golpista, o consenso em torno das regras do jogo democrático, a capacidade de lidar com o grau de indeterminação típico da democracia pelo acatamento dos resultados eleitorais, a tolerância do dissenso e o respeito à gestão negociada dos conflitos abriram uma nova etapa do aperfeiçoamento da ordem política dessas sociedades (DINIZ, 2007, p. 23).

Mas a questão democrática vai além da consolidação das regras formais, pois para que os Estados alcancem a estabilidade a longo prazo é necessário a redução das desigualdades sociais, capacidade de implementação do Estado de políticas desejadas pela população e tornar efetivo os mecanismos de controle das ações governamentais praticadas. O impacto da hegemonia das políticas neoliberais durante os anos 1990 aguçou o déficit historicamente acumulado destas necessidades nos países em desenvolvimento implicando no não alcance destes objetivos.

O processo de globalização presente na economia internacional é um fenômeno multidimensional, pois expressa uma lógica econômica e também decisões de natureza política. Não tem propriedade a idéia de que o processo de globalização está submetido a uma lógica férrea, independente da intervenção humana e de que adaptar-se a ela de forma imperativa e passiva é o que cabe aos Estados.

A economia não se move mecanicamente, independente da complexa relação de forças políticas que se estruturam em âmbito internacional, pela qual se dá a tecedura dos vínculos entre economia mundial e economias nacionais. Portanto, um dos efeitos da visão economicista é obscurecer o papel da política. A globalização e a pressão das agências internacionais exerceram, e seguem exercendo, forte influência na definição das agendas dos diferentes países, mas não o fazem de modo mecânico e determinista. Tais influências são mediatizadas pelas instituições e pelas elites responsáveis pelos governos domésticos (CHESNAIS, 1996 apud Diniz, 2007, p. 25).

Pela ótica liberal, a globalização foi apresentada como um fenômeno em que países em desenvolvimento são submetidos ao determinismo das leis econômicas, apresentando-se passivos e vítimas de forças externas que não podem controlar. A ação política é anulada, restando-lhes a impotência e eximindo a responsabilidade dos governantes pelos erros em suas políticas.

Os resultados dessas primeiras sequências de reformas implicariam uma profunda reestruturação produtiva dessas economias, levando ao desaparecimento de grande número de empresas, impulsionando fusões e incorporações, provocando, ainda, uma nova modalidade de inserção no sistema internacional, pela desregulamentação dos mercados de produtos, financeiros e de trabalho (LEYS, 2004 apud Diniz, 2007, p. 30).

Vale destacar que a globalização está também sujeita a uma lógica política e não apenas a critérios técnicos ou econômicos. As opções políticas mais comprometidas com a soberania e que buscam o fortalecimento do poder de negociação dos Estados nacionais, permitem maior autonomia quando estes se inserem no mercado internacional. A alta capacidade de gestão dos governos possibilita uma estratégia nacional e autônoma de desenvolvimento, pois permite reverter uma posição subordinada, reduzir situações de vulnerabilidade externa ou mesmo frear o capital especulativo. Deste modo, o Estado comporta-se como mediador dos impactos da globalização, ao adotar estratégias específicas que desafiem ou aliviem os imperativos deste fenômeno.

No fim da década de 1990, as críticas à postura passiva dos países em desenvolvimento ganha força, visto o fracasso das políticas norteadas pelo Consenso de Washington e da concepção minimalista do Estado. Uma ação governamental mais incisiva passa a ser vista como um fator preponderante no êxito da modernização e desenvolvimento almejado. Neste momento, modernas economias de mercado exigem esforços de Estados capazes e ativos, onde a superação de dificuldades passa por ações focadas em soluções próprias.

2.4.3 Enfraquecimento da Ótica Neoliberal

A falência da hegemonia neoliberal, principalmente nos países menos desenvolvidos, se deu, em grande parte, pelo fato destes países experimentarem a mais longa estagnação econômica recente, causada em sua maioria pela adesão incondicional aos princípios do Consenso de Washington. Uma mínima margem de ação foi dada aos governos nacionais, submetendo-se à restrições impostas pelas empresas transnacionais sobre as suas políticas industriais nacionais. Nações em desenvolvimento tornaram-se atores passivos neste processo, permitindo ações liberais em relação aos investimentos diretos externos em todos os setores de suas economias.

Desde o início do século XXI, uma visível mudança de rumo nos países da América do Sul foi percebida, quando convicções fiéis às receitas econômicas arraigadas foram aos poucos sendo postas de lado. Apesar das grandes transformações no antigo padrão de desenvolvimento, as políticas de internacionalização do Estado

apontaram para uma configuração marcada por expressivos contrastes e polaridades. A posição entre os países ricos e os menos desenvolvidos se distanciou ressaltando ainda mais os desequilíbrios preexistentes.

O alcance da governabilidade dos Estados nacionais exige a capacidade do governo de identificar problemas críticos e elaborar políticas de enfrentamento, passando pelo potencial de tomada de decisões e implementação dessas estratégias. O comportamento e a atuação do Estado durante a execução dessas decisões, determinará a eficácia na condução dos problemas internos. A agenda neoliberal pode ser necessária, mas não suficiente para alcançar a governabilidade, pontuando que cada país busque administrar o seu processo de inserção no mercado internacional e não somente garantir internamente as suas metas de estabilidade econômica.

As inconsistências de uma política macroeconômica fundada no cálculo de curto prazo, dissociada de uma visão estratégica independente, tornam a economia em questão particularmente vulnerável às oscilações na conjuntura internacional, aprofundando as causas de sua desvantagem relativa, num círculo vicioso de efeitos perversos. É preciso lembrar que a montagem da arquitetura do sistema financeiro em âmbito internacional transcende as fronteiras dos Estados nacionais, o que é particularmente marcante no caso dos países periféricos, que têm reduzida margem de influência na formulação e implementação dos acordos de reordenamento (DINIZ, 2007, p.32).

Após a década de 1990, surge fortemente a tendência de estratégias nacionais concertadas, buscando reverter posições de desvantagem relativa no qual países menos desenvolvidos se encontravam. O Estado passa a agir de maneira mais incisiva na busca da redução das restrições e condicionalidades impostas por organismos multilaterais, com o intuito de obter melhorias das condições de governabilidade. Essas políticas de enfrentamento de seus desafios internos é antagônico à visão economicista da agenda pública, pois dá ênfase na reconstrução do Estado como agente indutor e regulador e fortalece a idéia de que o crescimento econômico não é produzido espontaneamente, mas sim conquistado através de políticas deliberadas e desenvolvimentistas.

2.5 RECUPERAÇÃO E O NOVO PAPEL DO ESTADO

Após o fracasso do projeto neoliberal, que não conseguiu promover a estabilidade macroeconômica e o desenvolvimento conforme suas políticas prometiam, a confiança cega no mercado revelou-se insustentável. O desafio com que nos deparamos agora é “superar as antigas polaridades Estado x mercado, Estado intervencionista x Estado mínimo, racionalidade governativa x imperativos democráticos em benefício de uma engenharia institucional que reconheça o papel central do estado” (DINIZ, 2007, p. 55).

Compreendemos que o debate agora não se trata de mercado versus Estado, mas recuperar os mecanismos institucionais aptos para proporcionar aos mais diversos agentes da economia, inclusive o Estado, os incentivos para se alcançar o verdadeiro desenvolvimento econômico, do crescimento sustentado da renda em prol do interesse coletivo.

Cabe, portanto, ressaltar a oportunidade de implantar um arcabouço institucional que confira ao Estado um papel mais dinâmico nas áreas sociais e de planejamento, maior capacidade de ação das atividades exclusivas do Estado, como defesa, segurança e serviços públicos essenciais, (...) [além de] garantir direitos sociais elementares, como é o caso das áreas de saúde, educação e infra-estrutura (DINIZ, 2007, p.55).

Em um contexto de economia globalizada, marcada por um novo paradigma tecnológico e predomínio do capital financeiro, a competição entre os Estados-nação é massacrante, tornando-se de vital importância a capacidade dos governos domésticos em equilibrar os ajustes internos necessários e a inserção no sistema internacional, pois quando compreendemos a afirmação de (DINIZ, 2007, p.55) em que “uma forma inadequada de inserção constitui uma permanente fonte externa de ingovernabilidade, sob a ameaça de colapso econômico, e, portanto de ingovernabilidade.” Percebemos que sob a égide da “globalização das finanças” a posição externa de uma economia se tornou condicionante-chave para a determinação de seu regime macroeconômico:

Economias com posição externa sólida tanto em termos de estoque (posição credora quanto em termos de fluxo, superávit em conta corrente), situam-se bem em termos de raio-de-manobra para as políticas de taxas de juros/taxas de cambio. [decorrendo o inverso] em economias com posição externa frágil,

tanto em termos de estoque (posição devedora) quanto em termo de fluxo (déficit em conta corrente), posicionam-se mal em termos de margem de manobra para as políticas de taxas de juro/taxas de câmbio (COUTINHO, 2002, p.194).

Então qual o caminho a seguir, quando para se conviver bem com a globalização é preciso não depender dela, e quando as estratégias de desenvolvimento recomendadas pelos países ricos falham? Bresser-Pereira nos afirma que há hoje na América Latina um claro movimento de rejeição da “ortodoxia convencional” representada pelo consenso de Washington, e analisando a importância da recuperação do Estado aliada a idéia de nação e da instituição “estratégia nacional de desenvolvimento” nos apresenta o que seria chamado de “novo desenvolvimentismo” como um terceiro discurso entre o populismo da esquerda burocrática e o neoliberalismo da ortodoxia convencional.

O novo desenvolvimentismo, como o nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950, ao mesmo tempo supõe a existência e implica a formação de uma verdadeira nação, capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento informal, aberta, como é próprio de sociedades democráticas cujas economias são coordenadas pelo mercado (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.76).

Ainda nas palavras do autor, a “nação é uma sociedade de pessoas ou famílias que, compartilhando um destino político comum, logra se organizar na forma de um Estado com soberania sobre um determinado território” (2008, p.76).

O Estado-nação, que, como sua própria denominação sugere, tem o Estado como seu elemento constituinte fundamental, é o principal resultado político da revolução capitalista, Bresser-Pereira ainda ressalta que para que a nação possa compartilhar de um destino comum, ela deve ter objetivos também similares, sendo o mais importante o desenvolvimento.

Na sua forma mais desenvolvida – a da globalização dos dias atuais – o capitalismo não tem como unidades econômicas constitutivas apenas as empresas que operam em nível internacional, mas também, senão principalmente os Estados-nação ou Estados nacionais. Não são apenas as empresas que competem em nível mundial nos mercados, como pretende a teoria econômica convencional, os Estados-nação são também competidores fundamentais (BRESSER-PEREIRA, 2008,p.76).

A sociedade deve ser dotada de um Estado capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento. “Para que uma nação exista de fato é necessário que as diversas classes sociais, não obstante os conflitos que as separam, sejam solidárias quando se trata de competir internacionalmente, e que usem critérios nacionais para decidir sobre suas políticas, principalmente sobre a sua política econômica e sobre a reforma de suas instituições” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.78).

Em um artigo que nos apresenta as principais perspectivas analítico-políticas de desenvolvimento industrial, os autores Erber e Cassiolato (1997) compartilham da visão de Bresser-pereira, nos apresentando a chamada “agenda neo-desenvolvimentista”, que baseia-se na visão histórica de que o mercado é apenas uma das formas pelas quais as sociedades capitalistas estabelecem suas relações econômicas, “a perspectiva evolucionista, que enfatiza a natureza cumulativa, mas sujeita a rupturas, do processo de desenvolvimento, onde fatores institucionais desempenham um papel muito importante; as teses neo-schumpeterianas sobre a importância da inovação e difusão do progresso técnico” (ERBER; CASSIOLATO,1997, p.36).

São idéias assinaladas pela preocupação com a soberania nacional, que permitem uma atualização da agenda desenvolvimentista, recuperando a força do Estado, que terá como função constituir novas forças produtivas que alterem a estrutura industrial e tecnológica, em setores que incorporem os novos paradigmas tecnológicos (eletrônicos, biotecnologias e novos materiais), através da composição de mecanismos eficazes que promovam a pesquisa e educação científica, cujos resultados são a principal matriz dos sistemas nacionais de inovação.

Ao Estado cabem, dentro desta perspectiva, papéis da maior importância, seja como agente estruturante das novas forças produtivas, seja como propulsor da sua difusão através da sociedade. A inserção internacional da indústria é também fortemente afetada pelo Estado, tanto pelos efeitos indiretos das ações voltadas para o mercado interno como, diretamente, por ações dirigidas ao comércio e investimento internacional (ERBER; CASSIOLATO,1997, p.37).

Como já reiterado anteriormente, é necessário uma nação coesa em sua estratégia de desenvolvimento, em outras palavras, que haja forte apoio e articulação dos vários segmentos da sociedade civil às ações iniciadas pelo Estado, e não o domínio do conjunto de capitalistas, banqueiros e industriais, menos interessados em liderar o desenvolvimento econômico do país e mais interessados em tirar proveito da ação do

Estado e da atuação da grande empresa multinacional. A nação envolve uma solidariedade básica entre as classes quando se trata de competir internacionalmente, e isso se dá através de objetivos e compromissos definidos de forma explícita para que se atinja a uma trajetória sustentada de desenvolvimento. Retornemos as palavras de Bresser-Pereira (2008, p.77):

Empresários, trabalhadores, burocratas do Estado, classe média, profissionais e intelectuais podem entrar em conflito entre si, mas sabem que tem um destino comum e que esse destino depende do êxito em particular de forma competitiva do mundo dos Estados-nação. Envolve, portanto, um acordo nacional, que é o contrato social básico que dá origem à nação e que a mantém forte ou coesa; é o grande acordo entre as classes sociais de uma sociedade moderna que permite que essa sociedade se transforme em uma verdadeira nação, ou seja, em uma sociedade dotada de um Estado capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Explicitando de maneira mais concreta o seu esforço teórico em busca de uma formulação para essa estratégia nacional de desenvolvimento, Bresser-Pereira (2008, p.79) é incisivo: “é um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas com as quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos.” Baseia-se principalmente, na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica de desenvolvimento, sobretudo refletindo as preocupações e os interesses nacionais.

É mister acrescentar, que no “Novo desenvolvimentismo” apresentado por Bresser-Pereira (2008), o mercado joga em uma posição fundamental, não obstante ser o Estado a instituição a garantir o seu bom funcionamento, anestesiando suas falhas, complementando a coordenação do mercado de modo a promover o desenvolvimento econômico e a equidade. É o Estado também a força motriz que irá gerar as condições gerais de acumulação de capital, como educação, saúde e infra-estrutura de transportes, comunicações e energia. “A idéia geral é que somente um Estado forte, capaz, pode garantir um mercado forte” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 84).

A política industrial deve ser essencialmente estratégica ou oportunista em vez de sistêmica. Em outras palavras: “O Estado ainda pode e deve promover poupança forçada e investir em certos setores estratégicos, mas agora o setor privado nacional tem recursos e capacidade empresarial para realizar boa parte dos investimentos necessários.” Entendemos que em setores que haja uma razoável competição, não

convém mais ao Estado interferir como investidor e sim tratar de defender e garantir a concorrência.

O novo desenvolvimentismo não é protecionista, apenas enfatiza a necessidade de uma taxa de câmbio competitiva. Hoje, já não se trata mais de defender a indústria como antigamente (vide o modelo de substituição de importações² entre os anos 1930 e 1960 que foi efetivo para estabelecer as bases industriais nos países da América Latina), pois ela não é mais nascente e sim madura, além do que “insumos ou componentes com proteção tarifária elevada podem gerar preços relativos inadequados a uma estrutura competitiva de custos do bem final. [vale dizer que hoje também] precisam atender a requisitos de qualidade e preços, dentro do padrão mundial” (COUTINHO, 2002, p.203).

Deste modo, é apropriado afirmar que “o novo desenvolvimentismo não quer basear seu crescimento na exportação de produtos primários de baixo valor agregado, mas aposta na possibilidade de os países em desenvolvimento exportarem manufaturados ou produtos primários de alto valor agregado, e define essa estratégia como central” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 86).

O Estado deve prover incentivos fiscais e garantir a eficácia das políticas de financiamento – componente chave das políticas industriais contemporâneas – contemplando as empresas que tem planos de investir com inovação, em P&D, ou seja, em áreas de maior dinamismo e uso intensivo de tecnologia de ponta. É essencial que haja uma aproximação entre as políticas industriais e tecnológicas. (COUTINHO, 2002).

Claro que isso não significa uma abertura indiscriminada, é essencial que os Estados negociem insistentemente no âmbito da Organização Nacional do Comércio e dos acordos regionais, aberturas com contrapartida. Coutinho (2002) nos dá maiores pistas sobre a orientação básica da política de comércio exterior que deve:

concentrar as ações de abertura e acesso a mercados, promoção e expansão das vendas nos mercados externos. A política industrial deve dar suporte à capitalização e a internacionalização das empresas brasileiras, especialmente nos setores em que o investimento direto no exterior é indispensável ao aumento das exportações (COUTINHO, 2002, p.200).

² Processo instrumentalizado através de alta proteção tarifária que, num primeiro estágio gravava a importação do bem final, facilitando a importação dos insumos e componentes com tarifas baixas.

Arienti (2003) sinaliza que as reformas em direção a este tipo ideal de Estado pós-fordista contribuam para a formação de um regime de acumulação e modo de regulação que articule estes novos elementos de forma economicamente mais dinâmica e estável e socialmente menos tensa. Cabe ainda ao Estado Schumpeteriano não somente criar condições para uma melhoria da competitividade sistêmica, mas também dar apoio à competitividade setorial e empresarial. Ainda segundo o autor, as políticas tipicamente schumpeterianas seriam aquelas que atuariam pelo lado da oferta para promover a ampliação da capacidade inovativa das empresas e sua difusão para as cadeias de produção, e conseqüentemente, aumentar seu poder competitivo em mercados de grande concorrência.

São políticas de oferta diferentes das políticas fordistas desenvolvimentistas, que estavam relacionadas à formação da infra-estrutura na cadeia de produção e circulação, pois visam dar maior competitividade a toda a cadeia de produção ao capacitar seus vários elos para inovações tecnológicas e organizacionais, flexibilidade de produção e diversificação de produtos. Os fatores sistêmicos de competitividade estão também relacionados à formação e desenvolvimento de um sistema nacional de inovações e formação de parcerias entre organizações estatais e privadas para aproveitar e desenvolver vantagens comparativas regionais e locais. Para cumprir este papel, há necessidade de formulação e implementação de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico (ARIENTI, 2003, p. 105).

Outras políticas de Estado de caráter schumpeteriano abrangem reformas sobre a reprodução da força de trabalho, “não apenas para lhe dar qualificação adequada às novas tecnologias, mas também para dar maior flexibilidade e menor custo para as empresas.” (ARIENTI, 2003, p. 105). É buscado uma força de trabalho e um mercado de trabalho mais flexível, reduzindo assim, os custos indiretos da mão-de-obra.

Não resta dúvida que o aperfeiçoamento do Estado e de suas instituições são condições imprescindíveis à implantação de uma política industrial contemporânea que vise o desenvolvimento sustentável da nação. Assinale-se especialmente “o uso de poder de compra governamental, o uso dos instrumentos de defesa comercial, e concorrência, a coordenação do crédito e dos investidores institucionais, através da liderança de bancos públicos” (COUTINHO, 2002, p.209).

2.6 SÍNTESE CONCLUSIVA

As políticas Schumpeterianas estariam mais adaptadas à real necessidade dos Estados em desenvolvimento, visto que carecem de políticas de demanda mais acentuadas para superarem os atrasos econômicos. Políticas nacionais que promovam o investimento e canalizem a setores importantes para o crescimento futuro da economia exigem autonomia e flexibilidade para que sejam eficientes. É necessário que o Estado utilize proteção para criar um conjunto de setores com capacidade competitiva internacional e cumpra também um papel de oferecer incentivos ao investimento privado, eliminando pontos de estrangulamento.

Quadro 1- Avaliação geral do capítulo – Função do Estado, crise e Estado Schumpeteriano

Função do Estado	Crise	Estado Schumpeteriano
1- Intervir dentro do processo de valorização do capital;	1-Crise do sistema de produção capitalista;	1- Estados nacionais também competem a nível mundial;
2- Agente representativo do interesse nacional;	2- Estagnação de economias desenvolvidas;	2- Nova estrutura industrial e tecnológica;
3- Agente do processo produtivo, opera no nível infra-estrutural;	3- Crise do modo de intervenção estatal;	3- Somente Estado forte garante um mercado forte;
4- Garantidor da propriedade privada, dos bens públicos;	4- Crise fiscal do Estado e desequilíbrios macroeconômicos	4- Agenda desenvolvimentista, sistema nacional de inovação;
5- Garantidor da eficiência e do equilíbrio entre interesses públicos e privados;	5- Esgotamento do padrão de acumulação fordista de produção;	5- Estado capaz de formular estratégia nacional de desenvolvimento;
6- Ampliar e fortalecer aparato estatal;	6- Busca por critérios de eficiência e redução de gastos na área social;	6- Estado com um papel mais dinâmico nas áreas sociais e de planejamento;
7- Planejador e promotor de uma vontade representativa do corpo social;	7- Rompimento dos pontos centrais do acordo internacional de Bretton Woods;	7- Aproximação de políticas industriais e tecnológicas, mercado de trabalho flexível;
8- Propulsor do desenvolvimento econômico e social e coordenador do sistema econômico.	8- Reduzida capacidade de investimentos do governo causada pelo descontrole inflacionário.	8- Propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas.

Fonte: elaboração própria

O Estado deve ser o agente representativo do interesse nacional na busca de um consenso sobre os objetivos da sociedade em termos econômicos, devendo adotar mecanismos políticos e técnicos que busquem aumentar a eficiência dessa ação.

CAPÍTULO 3 – BANCO DO BRASIL S.A.: PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM SUA TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO – 1808 A 1994

3.1 INTRODUÇÃO

O Banco do Brasil S.A. (BB) foi o primeiro banco a operar no país e encontra-se hoje entre as maiores instituições financeiras do Brasil. Constituída na forma de sociedade de economia mista, com participação da União em 68,7% das ações, o Banco opera hoje com 17.929 postos de atendimento distribuídos pelo país, entre agências e postos de atendimento diversos. Está presente em 23 países, e segundo dados do próprio banco, apresenta mais de 100 mil funcionários. Ocupa atual posição de destaque no sistema financeiro nacional atingindo no primeiro semestre de 2009 o valor de mercado de R\$ 54,4 bilhões e 34,9 milhões de correntistas. Estes bons resultados foram impulsionados pela expansão do crédito, tendo um aumento de 41,7% de sua receita financeira em comparação ao ano anterior. Ao fim do ano de 2009, o banco registrou lucro líquido de R\$ 10,1 bilhões, apresentando um crescimento de 15,3% em relação ao mesmo período de 2008, alcançando assim, a sétima posição entre os bancos mais lucrativos das Américas.

Atualmente, o Banco possui importante presença no agronegócio do país, financiando igualmente grande parte das exportações e contribuindo para o desenvolvimento de micro e pequenas empresas por meio de linhas de financiamento. Em seus mais de 200 anos de existência acumulou experiências e pioneirismos, tornando-se uma das marcas mais conhecidas e valiosas do país e encerrando o primeiro semestre de 2009 como a maior empresa listada no Novo Mercado da Bovespa, segmento que reúne as empresas com as mais rigorosas práticas de governança corporativa.

Realiza-se, a seguir, uma abordagem do processo histórico e do desenvolvimento do Banco do Brasil desde o período de sua fundação em 1808 até a década de 1990, analisando-se o perfil e o comportamento do Banco dentro de intervalos selecionados. Um relato dos principais acontecimentos da trajetória da instituição servirá de base para uma posterior análise comparativa entre períodos distintos ao que o presente trabalho

propõe. Este capítulo será dividido em quatro seções, sendo que na seção 3.1 faz-se a introdução, na seção 3.2 discute-se a trajetória do Banco de sua fundação à 1930, na seção 3.3 analisa-se o desenvolvimento da instituição de 1930 à década de 90 e na seção 3.4 faz-se uma síntese conclusiva.

3.2 BANCO DO BRASIL: DE SUA FUNDAÇÃO EM 1808 À 1930

3.2.1 A criação do Banco do Brasil

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808, por pressão da invasão francesa, trouxe inevitável repercussão política e a necessidade de algumas providências para viabilizar a gestão do Reino e oferecer aos cerca de 15 mil imigrantes, condições de sobrevivência em sua nova sede. Foi inaugurado no Brasil o ensino superior, museus foram fundados, estímulos às atividades comerciais e manufatureiras tornaram-se prioridades trazendo novos hábitos à cidade do Rio de Janeiro. O aumento das demandas financeiras foi um breve reflexo do incremento do comércio, que por si só, já tornou vital um aumento da quantidade de moeda na economia. Vale ressaltar também, que o estabelecimento da Corte na capital da colônia implicava no agravamento da situação das finanças públicas, pois era preciso manter os gastos da Corte e pagar os salários na nova burocracia que se formava. A necessidade de financiar o setor público, a inadequação do meio circulante juntamente com ações que visavam a criação de indústrias manufatureiras e o estímulo da indústria nacional culminaram, em 12 de outubro de 1808, na criação do Banco do Brasil, através de um alvará do príncipe regente D. João.

Havia apenas três bancos emissores no mundo – na Suécia, na França e na Inglaterra -, quando o príncipe D. João, recém-chegado ao Brasil, obrigado a deixar repentinamente Portugal, invadido pelas tropas de Napoleão, decidiu criar, em 1808, o Banco do Brasil. As condições, afinal, apontavam para essa necessidade: o processo de mineração entrava em declínio, era grande a escassez de moedas e tanto a intensificação das atividades comerciais com a abertura dos portos quanto as despesas com a família real e sua corte exigiam que se aumentasse o numerário existente. Os estatutos que vinham em anexo ao alvará, extensos e minuciosos, desdobravam-se em providências para a organização do Banco e suas operações. O estabelecimento era denominado

Banco do Brasil e a duração de seus privilégios estava fixada em vinte anos, findos os quais, ou se dissolveria, ou novamente se constituiria, se o governo assim entendesse. O capital inicial era de 1.200 contos de réis, dividido em 1.200 ações de um conto de réis cada uma, podendo ser aumentado através de novas ações (MAGALHÃES, 1988, p. 17).

As operações que o Banco estava autorizado a realizar eram típicas dos bancos nacionais estabelecidos em outros países, tendo autonomia para atuar ao mesmo tempo como banco de desconto, de depósitos, de emissão de câmbio, podendo ainda receber depósitos de qualquer coisa de prata, ouro, diamante ou dinheiro. Segundo Cavicchini (2007) era caracterizado também como um banco de emissão, pois estaria autorizado a emitir letras ou bilhetes pagáveis ao portador e à vista, ou a um certo prazo de tempo, com a necessária cautela, para que jamais estas letras, ou bilhetes, deixassem de ser pagos no ato da apresentação. Eram efetuadas operações de desconto mercantil de letras de câmbio sacadas ou aceitas por negociantes de crédito, nacionais ou estrangeiros; cômputos arrecadados de particulares ou estabelecimentos públicos, ou adiantados através de hipotecas. O Banco não podia descontar ou receber, por comissão ou prêmio, frutos de operações que pudessem ser consideradas contrárias à segurança do Estado, assim como de contrabando ou operações que levantassem suspeitas.

O Brasil experimentava um momento histórico que, do ponto de vista econômico, costuma ser comparado com o que representou a sua independência política, fato ocorrido 14 anos mais tarde. Franco (1973) sinaliza que a história do Banco do Brasil é, até certo ponto, a história financeira do Brasil, pois esteve no centro das mudanças ocorridas no país. O historiador Franco analisa, com uma visão abrangente, o processo da fundação e do início do funcionamento do banco:

A criação de um Banco de depósito e de circulação podia ser útil no Brasil no momento em que a abertura dos portos tornava os negócios mais ou menos ativos, os produtos da agricultura chegavam em abundância e vinham fornecer carregamento aos navios que começavam a entrar sob todas as bandeiras. Havia necessidade de uma massa maior do agente intermediário das permutações: assim é que os bilhetes do Banco entraram facilmente e percorreram a circulação, encheram mesmo um vazio no comércio do país (FRANCO, 1973, p. 86).

A assembléia geral do Banco era integrada por quarenta dos seus maiores acionistas, a junta por dez e a diretoria por quatro. Os integrantes da assembléia geral deveriam ser portugueses. Para direito a voto nas sessões do banco exigia-se que o

acionista tivesse o mínimo de cinco ações, e a cada lote de cinco ações o acionista podia exercer o direito a mais um voto, até o limite de quatro votos. Segundo a obra de Franco (1973), cabia à junta administrar os fundos e, aos quatro diretores, fiscalizar as transações e operações do Banco em geral. Mas mesmo com inúmeros benefícios concedidos aos acionistas do Banco pelo período de 20 anos, poucos se prontificaram a se tornar acionistas.

Conceder privilégios a bancos nacionais era prática comum na Europa, e não seria diferente no caso do Banco do Brasil. Havia privilégios quanto à exclusividade no recebimento de certos recursos: o banco receberia comissão pela venda de produtos cuja negociação era exclusiva da Fazenda Real, como diamantes e pau-brasil; receberia todos os depósitos judiciais de prata, ouro, jóias e dinheiro; e receberia todos os empréstimos feitos pelo cofre dos órfãos e ordens terceiras e irmandades que até então eram feitos a particulares, vantagem considerável levando-se em conta que essas instituições eram praticamente as únicas que concediam empréstimos (CAVICCHINI, 2007, p. 33).

Uma outra espécie de privilégio concedido pelo Banco do Brasil era relacionada a aceitação de suas notas, ou seja, as notas emitidas pelo Banco teriam curso legal no âmbito do setor público e, portanto, sua demanda estava inicialmente garantida. Outras garantias dadas aos acionistas consistiam em que toda penhora ou execução, fiscal ou civil, sobre as ações do banco seria nula e proibida. Cabe destacar que falsificadores de letras, bilhetes, cédulas, firmas ou mandatos do banco seriam castigados, sendo sujeitos à pena de morte. O lançamento das ações do Banco do Brasil foi a primeira e mais longa das operações desse tipo no mercado brasileiro de capitais.

Dentre os favores que nessa oportunidade foram concedidas ao BB, destacam-se a exclusividade emissão de notas bancárias que constituiriam o meio circulante do país, a isenção de quaisquer tributos e o monopólio sobre a comercialização de produtos, tais quais diamantes e pau-brasil. Esta instituição deveria ter vida curta, tendo sido liquidada em 1829 (COSTA NETO, 2004, p. 13).

Quando o Banco abriu suas portas em, em 11 de dezembro de 1809, instalado inicialmente na Rua Direita, esquina com Rua de São Pedro, no Rio de Janeiro, apenas 100 ações haviam sido subscritas. Tudo indica que os seus primeiros anos não foram prósperos, mostrando dificuldades na captação de capital e demora no seu

funcionamento. Em janeiro de 1809, D. João buscou apoio junto aos governos das capitanias, determinando que o auxiliassem na busca por novos acionistas. O desenvolvimento dos portos e do mercado de produtos agrícolas foi, na verdade, lento e difícil. Diante deste ambiente, o governo resolveu tomar novas medidas em favor do Banco do Brasil e baixou o alvará de 20 de outubro de 1812, ordenando que a Real Fazenda entrasse como acionista nos cofres do banco com o produto de novas imposições e impostos, pelo espaço de 10 anos consecutivos, e abrindo mão, durante cinco anos, de qualquer lucro proveniente de suas ações. Os novos impostos cobrados eram das mais variadas formas: sobre o uso de carruagens de quatro rodas, por cada loja, armazém ou sobrado em que se venda por varejo ou atacado, pagos também por cada proprietário navio de três mastros. Estas medidas não só miravam o aumento da arrecadação, mas também buscavam incentivar a participação de acionistas privados.

O lançamento do novo imposto, como ficou conhecido, era feito no Rio de Janeiro e em todas as capitanias, e era de 12\$000 anuais sobre o comércio, indústria e profissões. Mas ficava isento as lojas, botequins e tavernas estabelecidos nas estradas, arraiais e capelas, e nas pequenas povoações em que não houvesse magistratura de vara branca. O capital do banco consolidou-se através dessa arrecadação e, posteriormente, pela própria fluência de capital particular. Uma das medidas que mais contribuíram para esse crescimento foi a concessão de títulos e comendas aos capitalistas que subscrevessem ações (MAGALHÃES, 1988, p. 19).

Pouco tempo antes da independência, já era notório as queixas quanto à falta de moeda metálica e à existência de deságio nas notas, causado pelo excesso de emissões. Oficialmente, as notas tinham o mesmo valor das moedas metálicas, mas a balança comercial brasileira apresentando crescente déficit, contribuía para esta falta de moeda em meados de 1814, visto que os fornecedores estrangeiros não aceitavam notas do Banco do Brasil como pagamento por seus produtos, apenas moedas e letras de câmbio. Após a independência, as emissões do Banco vieram pelas necessidades financeiras do governo decorrentes das despesas com as lutas separatistas, primeiramente reprimidas no Norte e Nordeste (1823), mas que se alastraram pelo Sul do país, e que resultaram na separação da Cisplatina em 1828.

Depois de capitalizado e de uma tumultuada atuação e grandes deficiências, em 1821, D. João ao regressar a Portugal sacou todos os haveres e o Banco com suas dificuldades agravadas, veio a falir em 1829, precedido de calorosas discussões no

Parlamento e grande repercussão na imprensa. Os debates políticos começaram em 1826, tão logo o Parlamento foi aberto. Os que se opunham à renovação do alvará de funcionamento do Banco eram os mesmos que se opunham à D. Pedro.

O encerramento das atividades do Banco do Brasil não interferiu na estrutura de crédito direcionado ao setor privado, já que era inexpressiva a atividade do Banco no desconto de letras privadas, razão esta de ter havido pouca oposição, por parte da opinião pública, à decisão de liquidar o banco.

Após o fechamento do primeiro Banco do Brasil, o país ficou alguns anos sem qualquer banco. Em 1833, o governo tentou criar uma instituição, mas não houve interessados em subscrever as ações. Apenas no final da década 1830 começou a criação de bancos, a partir de iniciativas privadas, embora muitas vezes contando com o apoio do Governo (CAVICCHINI, 2007, p. 37).

O vácuo de suporte bancário resultante da dissolução do Banco do Brasil não só provocou críticas como também motivou sugestões de criação de um novo banco de iniciativa governamental. Com nove anos sem qualquer estabelecimento bancário, em 1838, formou-se o Banco Comercial do Rio de Janeiro, para satisfazer às exigências gerais do comércio das províncias, mas os seus estatutos só foram aprovados em 1842, quando começou a funcionar. Durante mais de uma década, exerceu importantes funções bancárias praticamente sem concorrência na praça.

O novo ambiente econômico apresentado por Cavicchini (2007), resultante do fim do tráfico negreiro internacional assim como do fim da instabilidade política no sul do país, proporcionaram ao país uma certa euforia econômica. O preço internacional do café e as importações legais cresceram, o que permitiu maior receita com os impostos. Grande parte do capital até então destinado a financiar, diretamente ou através de quotas, a importação de escravos africanos, passaram a buscar fontes alternativas de rendimento. A atividade bancária passou novamente a despertar atenção. Um quadro econômico-financeiro, que se tornava gradualmente fértil, favoreceu a criação dos bancos.

Outros trechos ferroviários foram construídos e postos em funcionamento. Desenvolveu-se a navegação a vapor, ligando o Brasil à Europa e o Rio de Janeiro aos portos nacionais do Norte e do Sul. Continuava, no plano social e econômico, a negra marcha da escravidão, mas já surgiam tentativas de importar mão-de-obra livre, através da vinda para o Brasil de imigrantes europeus (MAGALHÃES, 1988, p. 33).

Em 21 de agosto de 1851, no Rio de Janeiro, Irineu Evangelhista de Souza, que viria a ser Barão e Visconde de Mauá, criou o seu primeiro banco denominado Banco do Brasil. Também nascido de um lançamento público, o capital do Banco foi fixado em 10.000 contos de réis, valor expressivo para a época. Metade foi integralizada logo no primeiro ano, a outra metade no ano seguinte. Fundou-se o maior e mais poderoso banco da Província, marcado por forte carga simbólica de suas ligações permanentes com o mercado de capitais.

Em 1853, José Joaquim Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí, assumiu o Ministério da Fazenda associando a abundância de crédito e a prática de juros baixo, resultantes da concorrência entre os bancos, com especulação e agitação. Neste mesmo ano, encaminhou um projeto que criava um novo Banco do Brasil, a ser formado a partir da fusão dos dois grandes bancos então existentes no Rio de Janeiro, o Banco Comercial e o Banco do Brasil de Mauá. A disputa entre ambos acabou servindo de pretexto para a fusão. Ele próprio, considerado o fundador do Banco de hoje, conduziu as negociações que levaram a fusão, incorporando-os, com todo o seu acervo, ao novo Banco do Brasil, propiciando um aumento de capital para 30.000 mil contos de réis e autorização para funcionar durante 30 anos. Esta fusão foi responsável pela conversão dos bancos emissores das províncias em caixas filiais do novo banco que se formava.

Alguns autores têm considerado o estabelecimento fundado por iniciativa do barão de Mauá como o segundo Banco do Brasil, portanto, um elo da série de bancos com este nome, de 1808 até os nossos dias. Mas, como se tratou de uma instituição exclusivamente particular, sem qualquer iniciativa, ligação ou participação do governo, convém considerá-lo estranho à continuidade da série. Assim, o verdadeiro segundo Banco do Brasil foi criado em 1853, por lei, sob a iniciativa de José Joaquim Rodrigues Torres, mas conhecido como visconde de Itaboraí, que, por mais de uma vez, exerceu a presidência do estabelecimento, transformando-se numa espécie de seu patrono (MAGALHÃES, 1988, p. 34).

O novo Banco do Brasil iniciou as suas operações em 1854, sem a interferência do governo na condução das operações comerciais. Segundo dados do próprio Banco, neste mesmo ano, a diretoria da instituição resolveu que, para a nomeação de novos empregados, era necessário a abertura de concurso para a escolha das vagas dos novos escriturários. Manteve-se como único banco emissor até 1857, ano da reforma bancária realizada pelo então ministro da Fazenda Souza Franco. Argumentava que, em todo o Império, se fazia necessário o estabelecimento de novos bancos para a promoção da indústria nacional, sugerindo então, a criação de bancos em todas as províncias que

pudessem sustentar-se. Com a fundação de seis novos bancos emissores em 1857, o Banco do Brasil perdia a sua maior vantagem, ou seja, a exclusividade do seu poder de emissão. Destituído de seus privilégios, o Banco do Brasil entrou no processo comum de competição com os outros bancos, mas conservou o prestígio, a capacidade monetária e patrimônio, realmente vantajoso, que adquirira nos anos em que funcionou com as vantagens de sua posição monopolística.

Durante o Segundo Império, severas crises financeiras foram enfrentadas pelos bancos brasileiros em três ocasiões: 1857, 1864 e 1875. As crises de 1857 e de 1875 foram motivadas por razões externas, enquanto a de 1864 foi causada pela política econômica extremamente recessiva adota pelo governo. O Banco do Brasil teve um papel de destaque nessas três crises, através de operações de redesconto, sendo que, em cada uma delas, a relação entre o Banco do Brasil e os bancos privados variou de acordo com as condições políticas e econômicas.

Uma das conseqüências da crise de 1857 foi o crescimento do “metalismo”, pois muitos consideravam que os problemas cambiais tinham sido decorrentes do grande número de emissões causadas pela pluralidade emissora. As casas bancárias endividaram-se com o Banco do Brasil e disputaram depósitos oferecendo juros altos. O problema de liquidez no país foi agravado pelo fato de muitas das aplicações feitas pelas instituições bancárias serem de longo prazo e de retorno duvidoso. Uma conjuntura econômica que favorecia a eclosão da crise de 1864, agravada pela falta de mecanismos administrativos de defesa do abuso generalizado de crédito levou o Banco do Brasil, principal provedor de crédito, a se conter no limite estatutário da sua emissão e a manter a rotina do troco de suas notas por ouro. Em 1863, tornou-se, o único órgão emissor do país. No entanto, o banco não conseguiu sanar o problema estrutural de insuficiência de fundo disponível para garantir o volume de emissão necessário aos financiamentos demandados para projetos de desenvolvimento.

Em setembro de 1864, pelo impacto devastador da crise de 1864, a maior instituição bancária do Rio de Janeiro, a A.J.A. Souto, fechou as portas, provocando uma corrida de credores e depositantes aos estabelecimentos bancários.

A reação do Banco do Brasil, dessa vez, foi imediata. Três dias após a quebra da Casa Souto, o banco suspendeu a conversibilidade e foi generoso na concessão de redesconto. Mesmo os maiores bancos – inclusive o de Mauá e o Banco Rural Hipotecário – receberam ajuda do Banco do Brasil, que então cumpria uma função que não lhe era atribuída formalmente, a de prestador de última instância. A pronta ação do banco impediu uma quebra

generalizada, mas não a falência da Casa Souto e de mais três outras, cujo passivo total era superior à moeda em circulação. As emissões do Banco do Brasil nas operações de socorro às instituições bancárias representaram um aumento de cerca de 70% do meio circulante (CAVICCHINI, 2007, p.73).

Uma análise do comportamento do Banco, frente a crise de 1864, mostra uma posição contraditória de suas ações. Embora mostrasse manifestações de moderação, o Banco assumiu uma atitude agressiva, procurando conter as concessões de crédito e as emissões. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, o governo exercia pressão sobre o Banco para obter recursos. Autorizou-o, por exemplo, a exceder-se na emissão para auxiliar o London and Brazilian Bank, que entrara em dificuldades. É possível entender que a passividade da diretoria do Banco diante das exigências do governo pudesse ser classificada como patriótica, dentro do princípio de contribuir para aliviar as extremas dificuldades resultantes das grandes despesas para custear a guerra contra o Paraguai. Magalhães (1988) aponta que em várias ocasiões, chegou-se a temer que, ao concentrar-se no atendimento das necessidades do governo, o Banco sacrificasse o apoio às indústrias do país.

Os dois bancos ingleses, que também receberam apoio, embora reduzido, do Banco do Brasil, nada sofreram, chegando mesmo a se beneficiarem com a transferência de depósitos dos correntistas de outros bancos, visto que eram considerados mais seguros. Passada a grande crise bancária de 1864, o Banco do Brasil, que teve importante desempenho para tranquilizar o mercado financeiro e permitir posterior recuperação da economia, assumiu posições mais cautelosas. Reduziu substancialmente as operações de desconto e aumentou as aplicações em apólices do governo. Esta ação foi reforçada com o início da Guerra do Paraguai, em 1866, quando o governo decretou o monopólio da emissão do Tesouro e, com as finanças crescentemente em dificuldades, emitiu considerável soma de títulos para fazer frente aos pesados déficits a que se acometeu oriundos da campanha militar. Cessava então, a faculdade de emissão do Banco do Brasil, tornando-se um instituto de depósitos, descontos e de empréstimos sobre hipotecas.

A crise internacional de 1875 foi agravada pelo aumento da taxa de juros na Inglaterra, visto que causou elevada transferência de divisas para aquele país. A política contracionista do governo brasileiro foi refletida na falência de diversas casas

comerciais no país, enquanto os bancos, por precaução, reduziram os empréstimos. Sem o poder de emissão, o Banco do Brasil nada pode fazer nesta ocasião.

3.2.2 Financiamento agrícola e crise

Em julho de 1871, o Banco propôs a ampliação do crédito agrícola e apresentou um programa que se poderia considerar adiantado e precursor, segundo Magalhães (1988), pois continha idéias básicas ainda hoje julgadas úteis, como as de prazos longos, juros módicos, pauta moderada de amortização por parte dos lavradores e até previsão de perdas de safras.

Sendo a agricultura a principal atividade econômica e o elemento central do padrão de acumulação do país até o início de 1930, o desejo de imprimir maior amplitude ao crédito agrícola e desenvolver a produção nacional, segundo Costa Neto (2004), fez com que o Banco do Brasil, na época instituição privada, cumprisse um contrato firmado com o Tesouro que determinava a aplicação de 25 mil contos de réis em créditos hipotecários à agricultura. Tais créditos tinham prazo médio de quatorze anos para o pagamento e taxa de 6%. Tal contrato, havia permitido o aumento dos recursos destinados a esse fim. O apoio e o incentivo do governo buscavam atender o interesse de prover crédito agrícola e hipotecário às atividades produtivas do país.

A idéia de impulsionar o crédito agrícola, manifestada no relatório apresentado à Assembléia dos Acionistas em 1871, começou a ser agilizada em 10 de abril de 1872, através de uma representação entregue ao governo federal, na qual a diretoria do Banco do Brasil expôs os problemas enfrentados pela lavoura – atividade econômica mais importante do país –, sobrecarregada por dívidas e altos juros e ameaçada com liquidações forçadas (Magalhães, 1988, p. 90).

O propósito de desenvolver os empréstimos à lavoura surgira nessa nova fase de administração do Banco. A diretoria do Banco do Brasil, que pedira inicialmente algumas moderadas concessões em troca de uma simples melhoria do crédito agrícola,

obteve realmente os favores pleiteados, mas acabou obrigado a novas e carregadas condições de uma expansão do crédito rural, para a qual não estava devidamente constituído e nem aparelhado. Somado a este fato, é importante mencionar que a agricultura brasileira ainda não reunia condições suficientes para o recebimento sistemático de financiamentos capazes de impulsionar o setor, em virtude da carência de infra-estrutura ligada a comunicações e transporte. Na narrativa histórica compilada por Pacheco (1979), é mencionado que as primeiras linhas de crédito expressivas foram destinadas em 1888, utilizadas no recrutamento de imigrantes europeus para assentamento em lavouras de café. Mesmo assim, as iniciativas para estabelecer o crédito rural eram prematuras, pois naquele tempo, ainda era fraca e insuficiente a base de garantia indispensável a todo financiamento agrícola: a propriedade rural.

Esses esforços de crédito não parecem ter tomado outro curso senão o financiamento à cafeicultura, haja vista que, ao final do século XIX, os grandes lucros proporcionados pela cultura desviaram imensos recursos da classe agrícola para a produção de café, o que conduziu ao abandono da agricultura de subsistência nas áreas cafeeiras e o aumento acentuado das importações de cereais e de outros gêneros de consumo (DELFIM NETTO, 1979, p. 23).

O movimento abolicionista contribuiu para atenuar as dificuldades do Banco no final do período monárquico, isto porque muitos proprietários que resolviam dar espontaneamente emancipação a escravos que figuravam como garantia de empréstimo, fizeram fortalecer pressões por mudanças na política monetária. A abolição da escravatura provocara retrocesso nas operações do Banco do Brasil. No período de 1887-1888, caiu o movimento de caixa. A administração, embora sem recusar a assistência creditícia, dirigiu as operações de modo cauteloso. O governo mostrou-se incapaz de prevenir as conseqüências sociais e econômicas da abolição. Coube ao Banco do Brasil tomar providências, agindo sobretudo em defesa de seus interesses, buscando sanear as finanças abaladas pela crise do fim da monarquia. Apesar de manter cautela perante esse quadro, o banco, segundo Magalhães (1988), mostrou-se disposto a cooperar na gestão financeira do primeiro governo republicano. Em 1888, foi aprovada uma reforma bancária com o objetivo de descentralizar a emissão, isto é, a criação de bancos emissores na cidade do Rio de Janeiro e em São Paulo.

O governo emprestaria determinada quantia de dinheiro aos bancos, sobre a qual não seriam cobrados juros. Os bancos poderiam repassar esse dinheiro, a juros de 6%, na forma de empréstimos hipotecários aos fazendeiros, desde que entrassem com parte igual no negócio. A reforma consistia, principalmente, numa tentativa de angariar o apoio político dos senhores de escravos do Rio de Janeiro à Monarquia, mas havia duas razões econômicas que as justificavam: por um lado, a economia vinha crescendo, graças principalmente ao aumento da produção e dos preços do café; por outro, crescia a demanda por moeda, não apenas porque os ex-escravos passariam a receber salários, mas também pela rápida expansão da economia paulista (CAVICCHINI, 2007, p. 88).

Em fevereiro de 1893, a assembleias de acionistas aprovaram a fusão do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil com o Banco do Brasil, criando o Banco da República do Brasil, concentrando as atividades de emissão de moeda na área da capital federal e encarregada do serviço da dívida interna nacional. O funcionamento do Banco da República do Brasil foi conduzido de forma a acomodar a crise financeira. Para Jost (2003), “com o capital inteiramente subscrito e os estatutos anteriormente aprovados, o novo Banco do Brasil, passou a funcionar com relevantes serviços aos primeiros dias da República”.

As atividades do Banco do Brasil, então banco privado, a exemplo dos demais bancos, experimentaram largo desenvolvimento nos primeiros anos da República. Seu ativo subiu de 220.196 contos de réis no balanço de 1888-1889, para 422.219 contos no de 1889-1890 (os balanços, então, eram fechados em junho). Em junho de 1891, os ativos já alcançavam 552.042 contos de réis e, em junho de 1892, atingiam 740.815 contos. Em garantia desse surto operacional foram recebidas, em muitos casos, apenas ações de sociedades anônimas de capital ainda não integralizado e debêntures emitidas logo depois da emissão das mesmas ações (PACHECO, 1979, p.326).

Em 1896, o Tesouro assumiu o monopólio da emissão, mas o país enfrentou uma crise econômica provocada pela queda do preço internacional das matérias-primas, inclusive o café. No ano de 1898, foi negociado um funding-loan, renegociando-se a dívida externa em troca de políticas de grande austeridade. O Banco da República do Brasil permaneceu como banco privado, mas sua administração passou às mãos do Estado.

3.2.3 Terceira e atual fase jurídica do Banco do Brasil

Após longa negociação com seus acionistas privados e autorização do Congresso Nacional, em 1905, o governo passou a deter 50% do capital da instituição financeira, que passou a ser chamada novamente de Banco do Brasil, nome que mantém até os dias de hoje. Iniciava-se neste momento, a terceira e atual fase jurídica do Banco do Brasil. Nesse renascimento, havia apreciáveis vantagens para o banco ao optar por uma linha de continuidade, assumindo o que já havia de estrutura, de tradição, de clientela, no Banco da República.

A estatização do Banco do Brasil e sua gradual transformação em banco central – de fato, mas não de direito – trouxeram mais segurança às instituições bancárias, estimulando a criação de novos bancos. Nesse período, começou a emergir um autêntico sistema bancário no Brasil, já que, até então, os bancos atuavam isoladamente e tinham caráter estritamente local, à exceção do Banco do Brasil e dos bancos estrangeiros (CAVICCHINI, 2007, p. 94).

O ingresso do governo como acionista, com metade do capital, reforçava o seu poder de interferência nas assembléias gerais, às quais os acionistas particulares compareciam, geralmente dispersos, com limitado poder de voto. O novo Banco do Brasil, como era de se prever, enfrentou dificuldades, pois o sistema de continuidade ao Banco da República transmitia-lhe o legado de uma crise prolongada. Desde 1906, as ações ordinárias da Empresa são transacionadas publicamente nas bolsas de valores. Passada a crise que culminou no fechamento de diversos bancos em 1900, e a reorganização do Banco do Brasil em 1905, os bancos sobreviventes adotaram posturas mais cautelosas, restringindo suas atividades àquelas típicas de bancos comerciais, concedendo crédito de curto prazo e abandonando suas aplicações em ativos reais e investimentos de longa maturação.

Costa Neto menciona em sua obra o gradual crescimento dos interesses da União em relação à maior instituição bancária do país na época.

Tal processo de conexão, ao passo que correspondeu às ações do governo no sentido de evitar o aprofundamento da crise do sistema bancário, à busca por sua solução e também ao reconhecimento da maior importância de algumas

instituições bancárias frente a outras, evidencia que a decisão pelo controle administrativo e do capital do novo BB, em 1905, correspondeu não só aos declarados interesses pela regulação do câmbio e desenvolvimento do crédito, conforme as justificativas apresentadas pelo governo, como também ao interesse do Estado pela preservação e pelo desenvolvimento sistêmico das instituições de crédito (COSTA NETO, 2004, p. 22).

Nos primeiros anos após a criação do novo Banco do Brasil, agora instituição oficial, as atenções de sua diretoria estavam voltadas para sanear a carteira de ativos (PACHECO, 1979). O Banco recebera o monopólio dos recebimentos e pagamentos do governo no exterior e a exclusividade da conta do Tesouro Nacional. Em 1910, vários bancos já mantinham depósitos voluntários no Banco do Brasil. Neste mesmo ano, por orientação do governo e pressão das Associações Comerciais, o Banco comprometeu-se, no prazo de três anos, a abrir agências em todos os estados. A presença de um banco estatal trouxe também mais segurança aos bancos privados nacionais, o que se refletiu na diminuição gradual da proporção de encaixes mantidos por esses bancos em relação aos depósitos, algo que possibilitou a expansão do crédito nos períodos de normalidade econômica.

A primeira indicação encontrada sobre o comprometimento excessivo de recursos do Banco do Brasil com empréstimos ao Tesouro refere-se à ocasião da crise gerada pela retração do mercado de crédito internacional diante dos primeiros movimentos bélicos na Europa, entre 1913 e 1914, antecedendo a Primeira Guerra Mundial (COSTA NETO, 2004).

Topik (1979) afirma que em 1912, ao Banco do Brasil cabia a participação de 50% sobre o total de depósitos, 40% do total de dinheiro em caixa nas instituições bancárias, 44% sobre o valor total de notas descontadas, mostrando uma posição de supremacia. O Banco alcançava, em 1919, um total de 37 agências no país. Em 1923, já estavam em operação setenta agências em todo o território nacional (PACHECO, 1979).

A partir de 1917, realizaram-se tentativas para restabelecer o crédito agrícola no país. O Banco do Brasil chegou a ser cogitado, graças às suas agências no interior, para se encarregar dessa atividade. Na verdade, antecipava-se o que realmente viria a ocorrer anos depois com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

3.2.4 Aperfeiçoamento do sistema monetário

No ano de 1921, foi criada a Carteira de Redesconto (CARED) e as Câmaras de compensação do Banco do Brasil, o que permitiu a expansão da moeda escritural e a redução dos encaixes, trazendo maior segurança ao sistema. Foram impostas regras claras de acesso a esse recurso, o que significava a oficialização do maior banco público brasileiro como prestador de última instância. A criação do CARED contribuiu para que os bancos de capital nacional, em épocas de normalidade econômica, pudessem manter menor proporção de reserva, sem que isso os tornasse mais frágeis. A Carteira dera ao Banco do Brasil uma certa posição de prestígio e a faculdade para operações de rendimentos considerável, que logo se refletiram nos lucros, elevados a uma soma nunca antes vista.

Depois que começou efetivamente a funcionar a partir de sua instalação em 1º de fevereiro de 1921, a Carteira foi bastante elogiada. Com ela, implantou-se a tranquilidade na vida econômica; dotou-se de maior elasticidade o sistema monetário; tornou-se possível restituir à circulação uma soma calculada em mais de 400 mil contos, que se conservava improdutivo nas caixas do Banco; aumentara a eficiência do capital, preparando-se para mais tarde uma redução considerável na taxa de juros. Conferira-se, por fim, ao governo federal, o poder de influir diretamente na economia nacional, fomentando a produção ou reprimindo a especulação através de modificações oportunas na taxa de juros das quantias que fornecesse (MAGALHÃES, 1988, p. 156).

A criação da Carteira de Redesconto foi influenciada também pela idéia de fortalecer a posição competitiva dos bancos nacionais frente aos estrangeiros. Costa Neto (2004, p. 45) define que “a ausência do redesconto havia sido apontada como causa da vulnerabilidade daqueles às crises monetárias e preferência do público pelos bancos estrangeiros, cujas matrizes os socorriam prontamente durante emergências”.

Outro marco institucional mencionado acima, a criação da Câmara de Compensação de Cheques do banco, começou as operações no Rio de Janeiro e estimulou o uso de cheques e, portanto, a participação dos bancos no sistema de pagamentos. Embora até 1945 não houvesse uma instituição no país que cuidasse da política monetária de modo unificado, o Banco do Brasil operou “frequentemente como importante canal de transmissão das políticas monetária e creditícia, tendo assumido,

intermitentemente, as funções de um verdadeiro banco central” (NEUHAUS, 1975, p. 25).

Em 1922, ao Banco do Brasil foi entregue o monopólio da emissão, mantido até 1926. A Cared foi extinta em 1926 e reaberta em 1930, durante o governo provisório de Getúlio Vargas e em meio à crise de 1929.

3.3 A TRAJETÓRIA DO BANCO DO BRASIL DE 1930 À DÉCADA DE 90

3.3.1 Atuação do Banco no pós-crise

A crise de 1929 teve um impacto devastador no sistema bancário dos países centrais nos primeiros anos da década de 1930. No Brasil, a recessão foi mais branda e durou menos tempo que na maioria dos países, tendo a economia apresentando sinais positivos já em 1932. O sistema monetário e os bancos pouco sofreram com a crise e apresentaram rápida recuperação.

A diretoria do Banco do Brasil, entretanto, apresentou, no relatório anual divulgado em abril de 1930, versão muito auto-elogiativa: o banco teria atuado como autêntico Banco Central ao socorrer os bancos dinheiro e com promessas de mais dinheiro. A atitude das autoridades financeiras brasileiras se encaixava perfeitamente na visão, hoje predominante, de que deve haver um banco central capaz de atuar como emprestador de última instância, ou seja, um banco central preocupado em evitar a conflagração de pânico bancários (CAVICCHINI, 2007, p. 105).

Apesar das dificuldades passageiras de caixa, ocorridas durante a Revolução de 30, mas sanadas no mesmo ano, o banco mantinha consolidado, no início da década de 30, o seu conceito de instituição forte, essencial à economia brasileira. Embora se tenha mantido essencialmente agrária e dependente da produção e exportação de café, a economia brasileira sofreu grandes transformações após a Revolução de 30 e durante todo o regime Vargas. Crescia o sentimento de que o país precisava se industrializar. Foi notado um expressivo crescimento das atividades urbanas, em particular do setor industrial, que recebeu a proteção da desvalorização da moeda na década de 1930. Este

foi um período marcado pela forte presença do Estado na economia, cenário que influenciou a evolução do setor bancário.

A crise de 1930 criou as condições, no plano econômico e político, para a emergência de aparelhos regulatórios específicos de sustentação dos setores agroexportadores, assim como de outros setores econômicos também afetados pela *débacle* econômica de 1929; mas a par desses aparelhos organizados nas estruturas centrais do Estado, e das políticas nacionais que passaram a gestar, foram criadas novas entidades, na esfera da administração direta ou indireta, associadas aos projetos de avanço da acumulação capitalista industrial. O caráter capitalista desse Estado em formação é impresso na sua própria estrutura, na medida em que a nova máquina burocrático-administrativa que emerge a partir de 1930 condensa e exprime, nos seus aspectos propriamente materiais, as relações e contradições básicas da sociedade (DRAIBE, 2004, p.83).

A Carteira de Redesconto do Banco do Brasil foi reaberta em dezembro de 1930, reiniciando as suas operações conforme havia inicialmente sido instituída, tendo suas solicitações de emissões do Tesouro frequentemente ligadas ao financiamento da política cafeeira. Dois anos depois, a CARED passou a dividir o controle sobre a moeda e o crédito com a Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB), de maneira complementar, também administrada pelo Banco do Brasil. O objetivo era obrigar os bancos comerciais a depositarem no Banco do Brasil as reservas que tinham em excesso a 20% dos depósitos. Cavicchini (2007) menciona que esses recursos podiam ser solicitados caso o volume de saques reduzissem os encaixes do Banco a um nível inferior a 15% dos depósitos à vista ou 10% dos depósitos a prazo. Os bancos eram autorizados a oferecer em garantia títulos descontados com prazo entre 5 e 10 anos de vencimento. Por se tratar de títulos de longo prazo, os bancos puderam reduzir os prazos médios de empréstimos, aumentando a liquidez. O efeito mais importante da CAMOB foi ter permitido ao Banco do Brasil maior flexibilidade no atendimento de necessidades do Tesouro e do Departamento Nacional do Café.

A política cafeeira, assumida pelo governo federal em 1931, tendo como base a valorização do café, baseou-se na compra de estoques pelo governo, financiadas pro créditos do Banco do Brasil e por taxaço das exportações e emissão de moeda

Trabalhando conjuntamente com a CARED, a CAMOB fortaleceu a imagem do Banco do Brasil de prestador de última instância.

A CAMOB constituía uma resposta à avaliação feita pelas autoridades de que a capacidade de empréstimo do sistema bancário havia sido comprometida pela grande proporção de reservas mantidas contra as exigibilidades em depósitos e que eram atribuídas tanto à incerteza resultante da depressão mundial quanto ao grande volume de depósitos ociosos de empresas que aguardavam remessa para o exterior devido à política cambial implementada (NEUHAUS, 1975, p. 121).

Em novembro de 1936, Getúlio Vargas solicitou ao Congresso Nacional providências legislativas para tornar efetiva a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e pediu, autorização para a subscrição das ações destinadas à União no total de 100 mil contos de réis. Foi designado a esta Carteira, mantida como departamento do Banco, prestar assistência financeira à agricultura, à pecuária e às indústrias, obtendo recursos necessários a esta assistência através de bônus que o banco era autorizado a emitir. O Banco do Brasil já se tornara responsável pela execução de serviços de interesse público, mas na medida em que se organizava em suas novas funções oficiais, agia também no sentido de preservar o seu patrimônio.

Neste período, o setor industrial registrava taxas de crescimento elevadas e os industrialistas necessitavam dos bancos para financiar os seus empreendimentos, visto que não era possível contar com o mercado de capitais para obter recursos. Na área econômica, o país desenvolveu-se na década de 1930, sob um surto industrial realmente vigoroso. Com a retração do capital estrangeiro e as dificuldades para a importação, a indústria pôde ampliar-se para atender o mercado interno consumidor.

As medidas que expressaram o esforço de mobilização de capitais para a disponibilização de crédito a essas atividades foram as seguintes: a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI) e a flexibilização da legislação referente à aplicação de recursos dos institutos de aposentadorias, permitindo que fossem empregados no financiamento de investimentos com garantia hipotecária. Criada em 1937, à CREAI coube financiar a agropecuária e a criação e ampliação de indústrias, concedendo empréstimos com prazos de até dez anos (COSTA NETO, 2004, p. 70).

A partir de 1940, o Banco do Brasil passou a expandir rapidamente o número total de dependências em funcionamento, aumentando a área do território nacional atendida por seus serviços. Na primeira metade dos anos 1940, seus ativos representavam, em média, entre 40% a 50% do conjunto do sistema bancário. Havia

uma notória divisão de tarefas. Enquanto os bancos comerciais operavam através de descontos de curto prazo, o Banco do Brasil, além de ter operações típicas de banco comercial, oferecia crédito de longo prazo, atuando como um autêntico banco de fomento (CAVICCHINI, 2007).

Os empréstimos à agricultura e à indústria de transformação, a partir de 1943/44, representaram em média, até 1952, mas de dois terços do total de empréstimos do BB às atividades econômicas, a maior parcela sendo canalizada por meio da Creai. O setor agrícola absorveu, em média, quase 40% do total dos empréstimos do Banco do Brasil às atividades econômicas no período 1939/52. Quanto a indústria, o crescimento foi mais representativo em 1943 e 1944, quando o crédito do BB ao setor aumentou em termos reais, em média, 52%, em 1948 e 1949, quando o crescimento real médio anual foi de 23%, e entre 1951 e 1952, quando o crédito real do Banco do Brasil à indústria cresceu, em termos médios, 60% (COSTA NETO, 2004, p. 71).

Tabela 1 - Empréstimos e financiamentos da CREAM do Banco do Brasil S.A.– 1938-1952

Anos	CREAI			
	Recursos			Empréstimos
	Próprios	Da Cared	do BB	
1938	46.000
1939	198.000
1940	435.000
1941	816.000
1942	1.328.000
1943	1.681.000
1944	3.503.000
1945	1.214.000	5.489.000
1946	1.417.000	2.392.000	1.206.000	5.015.000
1947	1.493.000	554.000	2.581.000	4.628.000
1948	1.591.000	1.307.000	1.789.000	4.688.000
1949	1.732.000	2.387.000	1.515.000	5.634.000
1950	1.914.000	4.064.000	635.000	6.613.000
1951	2.225.000	1.143.000	6.071.000	9.439.000
1952	2.470.000	4.821.000	5.942.000	13.233.000

Fonte: Malan, 1977, p. 247

A criação da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, em 1941, trouxe o controle sobre o comércio exterior de forma mais centralizada. A CEXIM tinha como objetivo amparar e estimular as exportações e, também assegurar condições mais favoráveis para o controle das importações. O seu poder regulatório era de certa forma limitado, uma vez que quase se restringia a conceder incentivos, mediante

adiantamentos e crédito aos produtores interessados na exportação. Em dezembro de 1953, foi criada a Carteira de Comércio Exterior (CACEX), em substituição à antiga Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil. Entre outras atribuições, cabia-lhe a emissão de licenças de importação e o estabelecimento de sobretaxas de câmbio.

Ao longo da história financeira do Brasil, foram inúmeras as iniciativas do governo federal em providenciar créditos do Banco do Brasil a governos de estados e municípios, e vários os dispositivos legais que atuaram no sentido de facilitar o acesso do Tesouro a créditos do BB, quer esses recursos tivessem origem na CARED ou na CAMOB, quer se originassem nas carteiras do banco como instituição comercial (COSTA NETO, 2004).

3.3.2 A criação da SUMOC e a política monetária

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a economia brasileira enfrentava um surto inflacionário, cujas origens, segundo a maioria dos economistas da época, foram causadas pela excessiva expansão do crédito. O Banco do Brasil, através de suas carteiras, concedia crédito com liberalidade, apoiado pelo Tesouro Nacional (PACHECO, 1979). Os setores produtivos vinham sendo financiados pelo Banco, cujas operações contavam com o apoio da Carteira de Redesconto (CARED) e da Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB), ambas administradas pelo Banco. A interrupção abrupta desse esquema de financiamento poderia causar a desestruturação da atividade econômica, tanto agrícola quanto industrial, e desestabilizar o sistema bancário. O Banco do Brasil teve um papel fundamental, nesse processo de alargamento das operações creditícias governamentais, como núcleo central do sistema creditício comercial e como caixa do Tesouro, sendo um mecanismo operativo direto das transações, dispêndios e receitas de todo o aparelho governamental (DRAIBE, 2004).

Em 1945, foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), encarada como uma etapa no caminho da criação de um verdadeiro banco central e obtendo o controle do mercado monetário.

Na fase do Estado Novo, a partir do desdobramento das funções que já vinham sendo desenvolvidas dentro da estrutura do banco, solidificou-se a aparelhagem de regulação na área monetário-creditícia e cambial, que se estruturou com maior grau de diferenciação, sem dúvida, com a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC – em 1945 (DRAIBE, 2004, p.88).

A SUMOC assumiu as atribuições das Carteiras de Câmbio e Redesconto do Banco do Brasil e da sua Caixa de Mobilização Bancária, passando a exercer funções atualmente desempenhadas pelo Conselho Monetário Nacional. Cabia-lhe requerer emissões de papel-moeda para o Tesouro; controlar e receber com exclusividade depósitos dos bancos, através do Banco do Brasil; delimitar taxas de juros dos bancos; fixar as taxas de redesconto e juros de empréstimos aos bancos comerciais; fixar os percentuais de reservas obrigatórias dos bancos comerciais; autorizar a compra e venda de ouro e cambiais e orientar a política cambial (DRAIBE, 2004). A execução dos serviços da SUMOC era contratada com o Banco do Brasil. Ditava as normas para as atividades bancárias e representava o país junto a organismos internacionais.

A criação da SUMOC permitia, assim, um avanço mais ordenado da regulação monetário-creditícia, pois suas funções foram diferenciadas e destacadas de dentro do Banco do Brasil e estruturadas numa instância mais elevada de poder, sob o controle do ministro da Fazenda. Entretanto, toda a materialidade operativa da SUMOC (depósitos compulsórios dos bancos comerciais, redescontos, política de juros e intervenção cambial) continuava a efetuar-se no e através do Banco do Brasil, que não perdeu, assim, seu caráter cêntrico e polivalente (DRAIBE, 2004, p. 88).

Durante seus quase 20 anos de existência, as ações da SUMOC não representaram mudança significativa nos resultados da política monetária. A expansão dos meios de pagamentos, de fato, auxiliava a política de crédito do governo (CAVICCHINI, 2007). Até 1950, a Superintendência trabalhou pela promoção da encampação e fusão de bancos, evitando a pura e simples liquidação e oferecendo vantagens consideráveis a eventuais compradores de bancos em falência ou liquidação, tendo sempre em vista o objetivo de concentração da rede bancária (COSTA NETO, 2004). A supervisão bancária foi aprimorada e a fiscalização das instituições financeiras se deu de maneira mais intensa.

Embora a responsabilidade da emissão de moeda fosse oficialmente atribuída ao Tesouro Nacional, a SUMOC dava ao Banco do Brasil o poder de emissão. Ao

considerar o período de 1945-1964 como um todo, a política monetária adotada pela SUMOC acomodou-se às necessidades do setor público e aos interesses de setores econômicos privados beneficiados com a política de crédito direcionado (CAVICCHINI, 2007).

3.3.3 A criação do Banco Central

O golpe militar de 1964, com a derrubada de João Goulart, apressou o processo de modernização do sistema bancário brasileiro. Tornava-se imprescindível, para o financiamento da dívida pública e o crescimento econômico do país, que o mercado financeiro fosse reorganizado e saneado. A reorganização do Sistema Financeiro Nacional (SFN), pretendeu não só instrumentalizar o combate à inflação, como também promover o desenvolvimento socioeconômico do país com base em um mercado de capitais eficiente e um sistema financeiro organizado (COSTA NETO, 2004). A Lei 4.595 – Lei da Reforma Bancária - criou o Banco Central do Brasil, autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional, assumindo as funções da SUMOC, incorporando a Carteira de Redesconto, a CAMOB, e a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. Ao novo Banco Central foram atribuídas as funções de emissor de moeda, execução dos serviços de meio circulante, operações de redesconto, recebimento dos depósitos compulsórios e voluntários dos bancos – exceto Banco do Brasil, depositário das reservas internacionais, entre outras.

A diretoria do Banco do Brasil cedeu inicialmente, no regime de transição, 1.200 funcionários que formaram o corpo embrionário do Banco Central. No mesmo ano, foi criado também o Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão normatizador do sistema financeiro.

O papel de formulador de política monetária e de crédito em geral, antes desempenhado pela SUMOC, foi reservado ao Conselho Monetário Nacional (CMN), então presidido pelo ministro da Fazenda e integrado pelos presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, além de seis representantes do setor privado nomeados pelo Presidente da República. Desde então, a CMN tem sido o órgão responsável pelas decisões relativas à política monetária e cambial, além de normatizador de todo o sistema financeiro. O Banco Central é o órgão executor, que cumpre e faz cumprir as determinações do CMN (CAVICCHINI, 2007, p.147).

No início de 1968, gradativamente, o Banco Central foi tomando suas atribuições legais, restando ao Banco do Brasil a prestação de serviços ligados ao orçamento; realizar operações de câmbio; também por conta própria e controlar os serviços de comércio exterior através da CACEX, que figurou como executivo do Conselho do Comércio Exterior (JOST, 2003). Optou-se pela manutenção de algumas atribuições históricas do Banco do Brasil, a maioria delas só revogada na década de 1980, como agente de financiamento do Tesouro Nacional, principal executor dos serviços bancários de interesse do governo federal, executor dos serviços de compensação de cheques, arrecadador dos depósitos voluntários das instituições financeiras, executor do serviço da dívida pública e financiador do comércio exterior (CAVICCHINI, 2007).

3.3.4 Principais eventos na trajetória do Banco do Brasil após a criação do Banco Central

A partir de 1967, o banco passa a atuar com maior impulso no cenário internacional. Segundo fontes da própria instituição, neste ano, foram abertas agências e escritórios do banco na América Latina. Em 1969, autorizou-se a abertura da filial de Nova Iorque e já em 1971, o Banco do Brasil somava 975 agências em todo o território nacional e 14 no exterior. Em novembro de 1976, o banco inaugura na cidade mato-grossense de Barra dos Bugres, a milésima agência, um marco na expansão da rede bancária nacional. No ano de 1985, é criada a Fundação Banco do Brasil, sem fins lucrativos e patrocinada pelo banco, passa a atuar nos campos educacional, cultural, social, recreativo e esportivo.

Um dos principais acontecimentos na história recente do banco deu-se em 1986, quando o Tesouro resolve extinguir a conta movimento mantida pelo Banco Central, instrumento que assegurava ao Banco do Brasil suprimento automático de recursos para as operações permitidas aos demais intermediários financeiros. Na mesma decisão, o Banco foi autorizado a atuar em todos os segmentos de mercado franqueados às demais instituições financeiras. Neste ano, o Banco constituiu a BB Distribuidora de Títulos e

Valores Mobiliários S.A, iniciando a transformação do Banco em conglomerado financeiro. O ano seguinte foi marcado por importantes realizações. Quatro subsidiárias passaram a integrar o conjunto de empresas vinculadas ao Banco: a BB Financeira S.A. , a BB Leasing S.A. , a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. e BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. O ano de 1988 foi marcado por realizações no campo mercadológico do banco, trazendo novos serviços e produtos, como as operações de leasing financeiro, a criação, em outubro, do BB Banco de Investimento S.A. e do primeiro cartão de múltiplo uso do mercado, o Ourocard.

3.3.5 Análise da participação do Banco do Brasil nos créditos totais e no crédito ao setor público.

Para o encerramento deste capítulo, será feito uma análise sobre a participação do Banco do Brasil e dos demais bancos comerciais, dentro de um intervalo de tempo, nos créditos totais dos bancos comerciais e nos créditos ao setor público, buscando visualizar a participação do Banco, através do crédito, como instrumento do governo na indução do desenvolvimento econômico do país.

Os dados da Tabela 2 demonstram que a participação do Banco do Brasil no total de créditos fornecidos ao setor público, entre 1951 e 1970, sempre foi superior à sua participação relativa nos créditos totais dos bancos comerciais no mesmo período, o que cabe afirmar a maior propensão do banco federal ao financiamento público. As informações visualizadas, entre 1951 e 1970, trazem a percepção da participação, quase que absoluta, da instituição nos créditos totais fornecidos pelos bancos comerciais ao Tesouro, sendo que os créditos aos estados e municípios e às autarquias teve uma participação menor.

Tabela 2 - Participação do Banco do Brasil S.A. e dos demais bancos comerciais nos créditos totais dos bancos comerciais e nos créditos ao setor público – Brasil - 1936-1970 - %

Ano	Créditos totais dos bancos comerciais		Créditos ao setor público		Créditos à União		Créditos aos estados e municípios		Créditos às autarquias	
	Banco do Brasil	Demais bancos	Banco do Brasil	Demais bancos	Banco do Brasil	Demais bancos	Banco do Brasil	Demais bancos	Banco do Brasil	Demais bancos
1936	37,1%	62,9%	-	-	-	-	-	-	-	-
1937	29,1%	70,9%	-	-	-	-	-	-	-	-
1938	38,5%	61,5%	-	-	-	-	-	-	-	-
1939	36,1%	63,9%	-	-	-	-	-	-	-	-
1940	31,3%	68,7%	-	-	-	-	-	-	-	-
1941	36,5%	63,5%	-	-	-	-	-	-	-	-
1942	38,8%	61,2%	-	-	-	-	-	-	-	-
1943	37,9%	62,1%	-	-	-	-	-	-	-	-
1944	38,2%	61,8%	-	-	-	-	-	-	-	-
1945	33,9%	66,1%	-	-	-	-	-	-	-	-
1946	44,0%	56,0%	-	-	-	-	-	-	-	-
1947	44,6%	55,4%	-	-	-	-	-	-	-	-
1948	44,6%	55,4%	-	-	-	-	-	-	-	-
1949	47,0%	53,0%	-	-	-	-	-	-	-	-
1950	42,2%	57,8%	-	-	-	-	-	-	-	-
1951	42,8%	57,2%	90,0%	10,0%	93,4%	6,6%	74,0%	26,0%	81,8%	18,2%
1952	46,6%	53,4%	83,5%	16,5%	93,9%	6,1%	52,7%	47,3%	87,4%	12,6%
1953	47,0%	53,0%	83,8%	16,2%	95,0%	5,0%	55,2%	44,8%	82,3%	17,7%
1954	50,0%	50,0%	87,7%	12,3%	97,0%	3,0%	71,5%	28,5%	87,5%	12,5%
1955	51,0%	49,0%	90,0%	10,0%	99,0%	1,0%	77,6%	22,4%	82,2%	17,8%
1956	52,5%	47,5%	93,1%	6,9%	98,9%	1,1%	81,9%	18,1%	83,5%	16,5%
1957	54,5%	45,5%	94,2%	5,8%	98,6%	1,4%	79,6%	20,4%	85,6%	14,4%
1958	53,1%	46,9%	89,4%	10,6%	93,5%	6,5%	72,9%	27,1%	80,7%	19,3%
1959	50,8%	49,2%	88,3%	11,7%	91,6%	8,4%	72,3%	27,7%	82,7%	17,3%
1960	51,2%	48,8%	90,7%	9,3%	93,9%	6,1%	68,9%	31,1%	88,5%	11,5%
1961	57,1%	42,9%	94,2%	5,8%	97,1%	2,9%	65,7%	34,3%	85,3%	14,7%
1962	56,4%	43,6%	92,0%	8,0%	94,8%	5,2%	58,4%	41,6%	80,3%	19,7%
1963	55,9%	44,1%	93,3%	6,7%	96,9%	3,1%	39,5%	60,5%	85,5%	14,5%
1964	58,9%	41,1%	97,0%	3,0%	99,9%	0,1%	30,5%	69,5%	77,6%	22,4%
1965	54,8%	45,2%	95,3%	4,7%	98,9%	1,1%	20,7%	79,3%	81,2%	18,8%
1966	54,9%	45,1%	89,6%	10,4%	95,2%	4,8%	8,3%	91,7%	63,4%	36,6%
1967	47,0%	53,0%	81,7%	18,3%	89,2%	10,8%	3,9%	96,1%	64,0%	36,0%
1968	49,2%	50,8%	80,1%	19,9%	92,2%	7,8%	4,9%	95,1%	51,0%	49,0%
1969	52,1%	47,9%	78,1%	21,9%	90,7%	9,3%	3,1%	96,9%	34,0%	66,0%
1970	50,4%	49,6%	74,3%	25,7%	86,7%	13,3%	2,2%	97,8%	48,5%	51,5%

Fonte: Banco Central do Brasil, última consulta em 20.01.2010

Visualizamos que à partir do ano de 1961, o Banco do Brasil teve uma decrescente participação do financiamento bancário nos créditos fornecidos aos estados e aos municípios, registrando em média, entre 1965 e 1970, uma participação de somente 7,2%. Em contrapartida, os demais bancos comerciais passaram a ter uma participação quase que única no financiamento àqueles níveis de governo.

3.4 SÍNTESE CONCLUSIVA

A moderna concepção de intervenção do Estado na economia e da nova relação entre Governo e Banco do Brasil tornaram a empresa no principal banco brasileiro a participar das emissões do Tesouro Nacional e de suas empresas no mercado financeiro internacional e peça-chave na implementação da política agrícola do País.

Quadro 2 – Acontecimentos importantes do Banco do Brasil S.A.– 1808/1994

Período	Fatos importantes na série histórica do Banco do Brasil
1808	Criação do Banco do Brasil através de um alvará do príncipe regente D. João;
1809	O Banco abre suas portas em 11 de dezembro no Rio de Janeiro;
1821	D. João, ao regressar a Portugal, sacou todos os haveres do Banco;
1829	Com dificuldades agravadas, o Banco veio a falir;
1838	Formou-se o Banco Comercial do RJ, mas passa a funcionar em 1842;
1851	Irineu Evangelhista de Souza criou o seu primeiro banco chamado Banco do Brasil
1853	Fusão entre o Banco Comercial e o Banco do Brasil, Visconde de Mauá é considerado o fundador do banco de hoje: o novo Banco do Brasil
1864	Durante a crise de 1864, o Banco teve papel de destaque ao ajudar bancos privados;
1866	Com a guerra do Paraguai, o Banco assume monopólio da emissão do Tesouro para financiar déficits da campanha militar;
1871	Banco propõe ampliação do crédito agrícola com programa precursor;
1893	Aprovado pelos acionistas a fusão do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil com o Banco do Brasil, criando o Banco da República do Brasil;
1898	Banco permanece privado, mas sua administração passou para as mãos do Estado;
1905	Governo passou a deter 50% do capital da instituição, que passou a se chamar Banco do Brasil, nome que mantém até os dias de hoje;
1906	Banco detém o monopólio dos recebimentos e pagamentos do governo e a exclusividade da conta do Tesouro Nacional;
1921	Criada a CARED (Câmara de Compensação do Banco do Brasil);
1932	Criação da Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB);
1941	Criação da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM);
1945	Criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC);
1953	Criação da Carteira de Comércio Exterior (CACEX);
1964	Criação do Banco Central do Brasil, assumindo as funções da SUMOC;
1976	Inaugurado a milésima agência em Barra do Bugres em MT;
1986	Tesouro resolve extinguir a conta movimento mantida pelo Banco Central;
1988	Banco apresenta novos produtos: operações de leasing financeiro e primeiro cartão de múltiplo uso do mercado, o Ourocard; criação do BB Banco de Investimento.

Fonte: Elaboração própria.

Em suma, pode-se dizer que a história do Banco do Brasil é, até certo ponto, a história financeira do Brasil, pois esteve no centro das mudanças ocorridas no país desde sua fundação. Carregado de forte carga simbólica, o Banco teve papel central em diversos episódios históricos, como a abolição, Guerra do Paraguai, crise de 1929, dando apoio às atividades produtivas e ao financiamento agrícola. Durante os anos analisados, o Banco operou frequentemente como importante canal de transmissão das políticas monetária e creditícia, adquirindo muitas vezes a imagem de prestador de última instância no País. A gradual expansão da rede de agências ao longo do século lhe dá grande vantagem competitiva nos dias de hoje.

CAPÍTULO 4 – PADRÃO DE COMPORTAMENTO DO BANCO DO BRASIL NO PERÍODO 1995-2009

4.1 INTRODUÇÃO

O destino dado aos bancos federais é tema recorrente nas discussões sobre a organização institucional e a condução da política econômica no país. São variadas as abordagens dispensadas ao tema. Quanto ao estímulo ao desenvolvimento por meio da expansão de seus créditos, do ponto de vista econômico, este capítulo tem por objetivo apresentar o padrão de comportamento do Banco do Brasil no financiamento a Pessoa Física, Pessoa Jurídica e no financiamento agrícola do país.

A análise concentra-se sobre o período 1995/2002, anos governados pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, adepto de um modelo de política em que o Estado mínimo é valorizado; e entre o intervalo 2003/2009, liderado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, trazendo o ressurgimento do pensamento desenvolvimentista do Estado brasileiro. O período analisado busca mencionar as atividades desenvolvidas pelo Banco do Brasil, sociedade de economia mista, fixando as atenções na avaliação da participação da instituição nas políticas de crédito e financiamento e o seu papel na estrutura econômica e financeira do país. Este capítulo está dividido em sete seções, sendo que na seção 4.1 faz-se a introdução, na seção 4.2 apresenta-se uma contextualização do Sistema Financeiro Nacional na década de 1990, na seção 4.3 busca-se detalhar a atuação do Banco do Brasil no crédito Rural e Agronegócios, na seção 4.4 averigua-se o crédito à Pessoa Física, na seção 4.5 analisa-se as linhas de ação do crédito à Pessoa Jurídica, na seção 4.6 busca-se averiguar o crescimento da Rede de agências e postos de atendimento e na seção 4.7 faz-se as considerações finais.

4.2 A CONTEXTUALIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL NA DÉCADA DE 1990

O Sistema Financeiro Nacional sofreu na década de 1990 mudanças institucionais significativas, verificando-se uma redução da participação dos bancos públicos e um crescimento na participação dos bancos estrangeiros. Ocorreram fusões e aquisições entre instituições financeiras e não-financeiras, dentro e fora do território nacional, fazendo com que os bancos se defrontassem com o fato de que foram reduzidas as barreiras que contrapunham as operações de mercado de crédito e de capitais. A análise dessas mudanças no Sistema Financeiro Internacional, bem como do movimento concorrencial dos grandes bancos internacionais em resposta ao novo cenário, constituíram-se como elementos que influenciaram nas mudanças sofridas pelo nosso Sistema Financeiro, na medida em que a concorrência levou bancos internacionais a se dirigirem ao Brasil na busca de novos mercados. A abertura comercial e financeira do país e a queda da inflação foram os fatores internos que levaram às transformações no Sistema Financeiro doméstico.

Em novembro de 1995, medidas do Banco Central foram tomadas com o intuito de auxiliar o saneamento do sistema financeiro. Uma delas permitiu que atuasse preventivamente, exigindo de instituições financeiras sua capitalização ou mesmo incorporação por outra, permitindo assim uma “solução de mercado” para instituições bancárias em dificuldade. A outra medida autorizou o Banco Central a proceder à cisão dos bancos sob intervenção: a “parte boa” do banco era transferida para outra instituição e a “parte ruim” era liquidada. Com isso, surgiu o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), que foi usado para o saneamento dos bancos privados e encerrado só em 2001, quando seus créditos foram transferidos para o Tesouro Nacional (CAVICCHINI, 2007).

O crescimento repentino das carteiras de crédito dos bancos sofreu brusca interrupção a partir de 1995, em decorrência de aumento generalizado da inadimplência, fato este resultado da redução da taxa de crescimento econômico, aumento do desemprego, redução da taxa de investimento e consolidação da abertura comercial, tudo isto combinado com política de crédito restritiva. Esse revés acertou em cheio boa parte do sistema bancário, especialmente os bancos alavancados em operações de crédito e acabou acentuando ou revelando problemas antigos das suas carteiras de crédito, a exemplo do Banco Nacional. Com a quebra deste banco, para evitar possível ruptura do sistema financeiro brasileiro, as autoridades monetárias utilizaram

o PROER, programa recém-criado e voltado para socorrer bancos em dificuldades (MICCA, 2003, p.3).

A entrada de bancos estrangeiros se deu de forma articulada a estas ocorrências, através de brechas legais na legislação vigente. Esta medida veio para responder à nova realidade advinda com o Plano Real e promover o enxugamento do sistema financeiro através de fusões entre bancos, bem como aquisições, reorganizações societárias, e reestruturação de instituições. O volume financeiro das operações PROER somou R\$ 20,4 bilhões, aproximadamente 2,7% do PIB médio do triênio 95-96-97. O PROER criou uma linha especial de assistência financeira, lastreada na emissão de títulos públicos federais, para financiar a reestruturação das instituições bancárias privadas em dificuldades financeiras. Para tanto, o PROER baseou-se em dois princípios gerais: a preservação da estabilidade do sistema de pagamentos, via garantia dos depósitos dos aplicadores; e a penalização de más políticas bancárias, via transferência do controle acionário das instituições socorridas pelo programa (MAIA, 2003).

No ano de 1996, o governo criou o Programa de Estímulo à Redução do Setor Público na Atividade Bancária, o PROES (Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Estadual) com o objetivo de financiar o saneamento desses bancos, preparando-os para a sua posterior privatização, extinção ou transformação em agência de fomento. O PROES buscou resolver, ao seu modo, os problemas de liquidez e a deterioração patrimonial observada nos bancos estaduais.

Foi visível o processo de mudança da composição da estrutura de propriedade do sistema bancário. Conforme os dados da Tabela 3, os processos de fusões foram acompanhados por uma diminuição da participação dos bancos públicos, especialmente os bancos estaduais.

Tabela 3 - Participação das instituições no patrimônio da área bancária no Brasil – 1994/2000 (%)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Bcos com Controle Estrangeiro	9,57	13,08	10,29	14,29	21,86	25,46	28,31
Bcos Privados Nacionais	55,63	49,21	55,32	51,82	49,75	46,69	50,33
Bcos Públicos (+ Caixa Estadual)	11,06	12,41	12,40	11,49	11,35	11,10	5,66
C.E.F.	5,27	12,04	8,85	9,09	5,42	5,22	3,82
Banco do Brasil	17,76	11,82	11,87	11,76	10,03	9,73	9,89
Cooperativas de Crédito	0,71	1,44	1,27	1,55	1,59	1,80	1,99

Fonte: Banco Central do Brasil, última consulta em 20.02.2010

No que diz respeito ao patrimônio das instituições sobre o total da área bancária, pode-se verificar que os bancos estrangeiros, dentro do intervalo avaliado, mantiveram um crescimento constante. Paralelamente, os bancos públicos perdem participação, na medida em que houve um forte movimento de privatização e de encerramento de bancos estaduais. No caso dos bancos federais, o Banco do Brasil vê cair a sua participação no patrimônio da área bancária. Em 1994 sua participação era a de 17,7% e em dezembro de 2000 apontava para 9,89%. Esta mudança na estrutura do sistema bancário, observada na série histórica acima, é um dos fatores que indicam a existência de alterações na estrutura do Sistema Financeiro Nacional.

Logo após o início do Plano Real, de fato as operações de crédito cresceram rapidamente, de forma pouco criteriosa, porém com altos spreads. Utiliza-se nesse estudo uma periodização que possibilita uma melhor verificação do comportamento do Banco do Brasil nas operações de crédito. Neste período, tivemos o câmbio sobrevalorizado, que passa a ser controlado pelo Banco Central pelo sistema de bandas cambiais por um tempo determinado e flexibilidade posterior; controle da inflação e, portanto, queda dos ganhos inflacionários; utilização de altas taxas de juros; entrada de capitais externos, com forte aumento de reservas.

4.2.1 O PROES e o Banco do Brasil

O PROES permitiu que fosse construída uma saída para a crise dos bancos estaduais. Teve como meta, não explícita, provocar o aumento da concentração bancária com objetivo de fortalecer o sistema bancário nacional, observado nas aquisições realizadas de bancos estaduais pelos bancos privados nacionais. Outro objetivo foi protagonizar um novo ciclo de abertura do Sistema Financeiro Nacional (SFN) ao capital externo através de sua participação nos leilões de privatização dos bancos estaduais, autorizados por decreto presidencial. O consenso formado na década de 1990 partia da constatação de que os bancos estaduais foram utilizados desde o início da década de 1980 como instrumentos para amenizar as crises das finanças estaduais, através da realização de empréstimos ou na colocação de títulos da dívida estadual. A

partir dessa observação, os setores contrários à continuidade dos bancos estaduais públicos concluíam que os governos estaduais não podiam controlar instituições financeiras estaduais, pois sempre os estados iriam utilizar os bancos como apêndices de seus tesouros (GUTIERREZ, 2006).

Os governos estaduais tinham dois caminhos para receber recursos federais para a reestruturação dos bancos estaduais. Primeiro, optar por ter acesso a 100% do financiamento de suas dívidas com os bancos estaduais, mediante a perda do controle acionário de suas instituições, que seriam extintas, liquidadas, federalizadas, ou ainda, transformadas em Agências de Fomento. Outra saída consistia no aporte de 50% do total da dívida à vista, recebendo financiamento federal de 50% da dívida restante, garantindo assim o controle da instituição saneada. Os dados históricos disponíveis no Banco Central.

É importante destacar que essa renegociação das dívidas estaduais estava focada na renegociação de suas dívidas mobiliárias, que atingiam em cheio os estados de maior poder econômico. Os estados de SP, RJ, MG, RS, juntos responderam por 90% do saldo financiado. A renegociação das dívidas conseguiu impor limites ao processo de endividamento dos estados, que junto às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabeleceram um conjunto de regras de ordem fiscal a que os estados tem que respeitar, caso contrário os entes sub-nacionais e seus administradores estariam sujeitos a sofrer sanções de ordem econômica e penal (GUTIERREZ, 2006, p. 44).

Pelo fato de ligar-se intimamente aos problemas financeiros dos estados, a crise dos bancos estaduais teve que ser resolvida em duas frentes simultâneas. O governo federal propôs a renegociação das dívidas estaduais em conjunto com um programa de recuperação dos bancos estaduais, transferindo as dívidas das instituições financeiras estaduais para a dívida consolidada dos estados com a União. Ainda segundo Gutierrez, esse programa alcançou a quantia de R\$ 61 bilhões envolvidos no processo de saneamento dos bancos estaduais, até maio de 2001, em valores históricos.

O resultado claro deste programa foi a acentuada redução do número de instituições públicas estaduais em atuação e a respectiva redução da participação relativa dos bancos estaduais no total do sistema financeiro nacional sob qualquer critério de análise.

Tabela 4 – Participação dos bancos no patrimônio, ativos, créditos e depósitos no Brasil – (%)

Participação dos Bancos 1994-2002								
Tipo de Instituição	Patrimônio		Ativos		Créditos		Depósitos	
	1994	2002	1994	2002	1994	2002	1994	2002
A) Públicos	34,3%	16,4%	51,5%	33,3%	59,3%	28,1%	56,0%	43,4%
B) Privados	65,7%	83,6%	48,5%	66,7%	40,7%	71,9%	44,0%	56,6%
Nacionais	56,1%	50,4%	41,3%	36,3%	35,5%	41,3%	39,4%	36,1%
Estrangeiros	9,6%	33,2%	7,2%	30,4%	5,2%	30,6%	4,6%	20,5%

Fonte: Banco Central do Brasil, última consulta em 15.03.2010

Em 2008, o Banco do Brasil efetivou a incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) e do Banco do Estado do Piauí (BEP), terminando assim o programa criado em 1996. De lá para cá, das 32 instituições financeiras estaduais em operação, restaram cinco. Os bancos públicos que restaram tiveram que se submeter à reestruturações administrativas e à reorientação das políticas de crédito. No governo Lula, o PROES andou num ritmo mais lento. Os estados de Santa Catarina e do Piauí impuseram forte oposição à venda dos bancos. A incorporação pelo Banco do Brasil foge do figurino original do programa, que previa a privatização ou extinção dos bancos em dificuldade.

4.3 CRÉDITO RURAL E AGRONEGÓCIOS

Os créditos bancários à agropecuária apresentam características específicas entre as operações do Sistema Financeiro Nacional. Os financiamentos são concedidos de acordo com as normas e encargos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Os bancos oficiais, principalmente o Banco do Brasil, canalizam a maioria dos empréstimos, e as fontes de recursos são em grande parte de parcela obrigatória de depósitos bancários ou de repasses de fundos oficiais. O crédito rural difere de outros tipos de financiamento na origem dos recursos, participação de entidades financeiras públicas e privadas e encargos cobrados dos tomadores de empréstimos. Os mecanismos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foram estabelecidos por legislações que se incorporaram a regulamentações anteriores. Dentre algumas características, podemos destacar: o papel atribuído principalmente aos bancos oficiais, especialmente o Banco do Brasil nos financiamentos, taxas de juros abaixo das praticadas no mercado e controladas, isto é, fixadas por normas do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, e origem obrigatória de maior parte dos recursos.

A justificativa para as condições específicas dos financiamentos rurais são a existência de “falhas de mercado” que inviabilizam a concessão de crédito aos agricultores nas condições normais do sistema financeiro, considerando a instabilidade do retorno dos investimentos agropecuários e o alto risco de suas operações. O Banco do Brasil é o principal agente financeiro da agricultura nacional. A ação do banco se dá, principalmente, pelo financiamento das lavouras, mas também alcança a fase de comercialização dos produtos e o aprimoramento tecnológico das práticas e dos sistemas de produção, com o financiamento de máquinas e implementos mais modernos e o estabelecimento de parcerias e convênios entre produtores e fornecedores. A atuação do Banco no agronegócio estende-se ao longo de toda a cadeia produtiva desse segmento.

Além da experiência em operar com o setor, o Banco do Brasil possui estrutura e mecanismos que conferem ao banco vantagem competitiva no agronegócio: a carteira de produtores rurais possui baixa rotatividade e o banco possui profundo conhecimento desses clientes; vasta e disseminada rede de dependências que trabalham com o agronegócio; sistema informatizado de aferição de riscos dos empreendimentos

agrícolas que leva em consideração variáveis como tecnologia empregada, produtividade, mercado, etc, e é composto por mais de 100 mil planilhas regionais de produção.

Os recursos disponibilizados pelo banco são obtidos através dos depósitos de poupança (MCR 6-4), depósitos à vista (MCR 6-2), Programa de Geração de Emprego e Renda da Área Rural (PROGER Rural), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (PRONAF), Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dentre outros. Quanto à finalidade, o Crédito Rural pode ser agrupado em: custeio, quando atende às despesas do ciclo produtivo; investimento, quando é destinado a inversões em bens e serviços que gerem benefícios por mais de um ciclo de produção; e comercialização, quando atende às despesas de pós-produção.

4.3.1 Período 1995/2002 – Postura criteriosa e conservadora de crédito

Em 1995, o Banco do Brasil conviveu com uma política monetária restritiva, com o crescimento da inadimplência e o descompasso entre ativos em dólar e passivos em real. Esses fatores, alinhados a redução dos ganhos inflacionários, causaram forte impacto no desempenho financeiro do banco e contribuíram para o resultado negativo de R\$ 4,2 bilhões no exercício. Neste ano, o Banco do Brasil criou a Central de Leilão Eletrônico, que interliga as bolsas de mercadorias do País, realizando 124 leilões, em que foram vendidos mais de 8 milhões de toneladas de produtos vinculados a empréstimos do Governo Federal e cerca de 2 milhões de toneladas de produtos ligados a aquisições do Governo Federal. No mesmo ano, visando manter o Sistema Nacional de Crédito Rural adequado à realidade da agropecuária nacional, foi criado pelo governo federal o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e no ano seguinte, foi estabelecido o Programa de Securitização das dívidas dos agricultores, permitindo o reescalonamento do vencimento das operações a taxas de juros compatíveis com a atividade agropecuária. A securitização das dívidas foi

necessária, pois nas tentativas de estabilização da economia que se sucederam no Brasil, diversos desencontros entre a correção das dívidas e dos preços mínimos foram muito desfavoráveis aos agropecuaristas. Em 1995, o Banco do Brasil tomou decisões importantes que lhe garantiram a posição de liderança no mercado do agronegócio. Algumas dessas ações que merecem destaque foram: o aperfeiçoamento do modelo de relacionamento negocial com os agentes das mais diversas cadeias produtivas, implementação de novas modalidades de financiamento, estímulo à prática de proteção de preços pelos produtores, reformulação do processo de concessão de crédito e de definição de risco dos empreendimentos agropecuários e implementação de programas de renegociação das dívidas anteriores a 1995.

No ano de 1996, a Central de Leilão Eletrônico realizou 441 leilões de produtos vinculados ou não a financiamentos do Banco. Esses leilões revestem-se de importância para o Banco, na medida em que viabilizam o escoamento da produção, diluindo, assim, o risco de crédito. Os negócios com a BB-CPR (Cédula de Produto Rural do Banco do Brasil) se consolidaram como alternativa moderna e versátil de financiamento agrícola, além de atrair agentes de mercado, especialmente os fundos de investimento. Em 1996, foram negociadas 499 CPR, num total de R\$ 37,6 milhões. No primeiro semestre de 1996, o Banco expôs a grave situação em que se encontrava. Com a adoção de medidas saneadoras e de regularização de antigas pendências de crédito, fechou o ano com prejuízo de R\$ 7,6 bilhões. Neste mesmo ano, o banco realizou chamada de capital no valor de R\$ 8 bilhões. No ano seguinte, medidas rigorosas foram adotadas para conter despesas e ampliar receitas, e ajustada a estrutura operacional e administrativa, o banco voltou a apresentar lucro, de R\$ 573,8 milhões.

A crise internacional iniciada na Ásia em outubro de 1997 pode ser considerada o principal motivo para a instabilidade econômica que persistiu durante todo o ano de 1998, ocasionando maior seletividade nos mercados de capitais e dos fluxos financeiros mundiais, particularmente nos países emergentes. No Brasil, os reflexos foram sentidos especialmente na diminuição da entrada de capitais externos e na brusca redução das reservas internacionais, sugerindo a necessidade da adoção de medidas para se evitar que a crise de confiança nos mercados emergentes prejudicasse a continuidade da estabilização econômica. A elevação da taxa de juros (41,58% ao ano), ajustes fiscais e reformas administrativas, o abandono da política de bandas cambiais pelo Banco Central em 1999, foram algumas das medidas que contribuíram para a retração

do PIB nos últimos anos da década de 1990. Os reflexos dos ajustes foram sentidos principalmente durante o ano de 1999.

Apesar destas ações, de 1995 a 1998, o crédito rural do Banco do Brasil atingiu apenas uma minoria dos produtores rurais, estimado em cerca de 25% do total levantado pelo Censo Agrícola. Além disso, a distribuição do crédito foi muito concentrada, beneficiando principalmente os grandes produtores, apesar da criação, em 1996, de programas específicos dirigidos à agricultura familiar (PRONAF). Segundo dados do departamento econômico do Banco Central, no ano de 1995, cerca de 6% dos maiores clientes absorveram 73% dos saldos de créditos agrícolas. É criado, em 1997, o Programa “Garantia de Preços Agropecuários”, que possibilita a utilização dos mercados futuros e de opções como mecanismos de proteção de preços, propiciando ganhos ao produtor e minimizando os riscos a que o banco está sujeito.

No ano de 1998, o Banco do Brasil desenvolveu uma metodologia e iniciou a criação de um sistema corporativo para a precificação do risco de crédito com o objetivo de melhorar a formação de taxas de empréstimos e ofertar aos clientes taxas diferenciadas. O Banco priorizou a concessão de crédito para os produtores que trabalhavam em regime de integração rural e para operações massificadas e automatizadas, com o objetivo de reduzir os custos e riscos para a instituição e desburocratizar o crédito rural.

Neste mesmo ano, as linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) mostraram melhoras nos objetivos propostos, a julgar pelo significativo número de produtores atendidos em 1998 – 463.588 contratos correspondendo ao montante aplicado de R\$966,1 milhões. Foi criado o BB Rural Rápido, uma linha de acesso ao PRONAF de crédito rotativo que propicia a contratação de operações de forma ágil e simplificada, buscando facilitar o acesso de mini e pequenos produtores aos recursos do Programa. Em 1998, foram realizadas 207 mil operações, o que representou 56% do volume de recursos do PRONAF. Outra estratégia adotada pelo banco neste setor foi a criação de 34 Salas de Agronegócios em oito Estados. Estas Salas são ambientes instalados dentro de agências do banco localizadas em praças com potencial para o *agribusiness*, onde o produtor rural tem acesso, através de terminais eletrônicos, a informações sobre tendências, cotações de preços futuros e produtos e serviços destinados ao mercado agropecuário.

Em 1999, o banco formalizou 720 mil contratações de operações de crédito rural, mas demonstrou leve redução no montante total dos financiamentos rurais e agroindustriais. O cenário nacional era turbulento e de previsões pessimistas de inflação alta e recessão profunda, reflexos da adoção de um regime de flutuação cambial e desvalorização do real. Esse cenário restritivo teve reflexos importantes na indústria financeira. As altas taxas de juros elevaram o risco de crédito e aumentaram os spreads das operações com títulos e valores mobiliários vinculados à Taxa Média Selic, o que levou os bancos, inclusive o Banco do Brasil, a rever o *mix* de suas aplicações, restringindo as operações de crédito e priorizando as operações de tesouraria. Neste ano, o Banco atendeu 1.626 produtores através da concessão de aval em Cédula de Produto Rural – CPR, num total de 2.315 Cédulas. Com este novo instrumento de comercialização, foi injetado no setor, recursos na ordem de R\$ 144,3 milhões, principalmente nas culturas de café, soja, algodão e milho.

O Banco do Brasil atingiu posição de destaque no ano 2000 no varejo bancário, no mercado de capitais, na agricultura e no comércio exterior, constituindo-se no maior grupo financeiro da América Latina com cerca de 12,6 milhões de clientes. É lançado o site *agronegócios-e.com.br*, com 31,4 mil clientes habilitados e volume ofertado de R\$ 4,7 bilhões, consolidando-se como o banco brasileiro com maior presença na internet. Neste ano, a estratégia do Banco para a carteira de crédito consistiu em destinar recursos para operações massificadas e com base em recebíveis, que têm maior rentabilidade e menor risco de crédito. O foco do Banco se manteve, neste ano, no crescimento do desempenho da Carteira de Crédito Direto ao Consumidor, mostrando variação positiva de 114% em relação ao ano anterior.

No encerramento do exercício, a carteira de crédito do Banco do Brasil apresentou equilíbrio entre os volumes emprestados para negócios rurais e agroindustriais, com 41% do total. Em 2000, foi lançado o BB CPR Financeira, modalidade de Cédula de Produto Rural que permite ao produtor captar recursos no mercado, mediante compromisso de resgatar o título financeiramente. O lançamento da modalidade incrementou em 468,2% o volume de Cédulas avalizadas pelo banco, totalizando R\$ 594 milhões no ano. Esse desempenho consolidou a CPR como fonte alternativa de financiamento do setor rural com recursos do mercado. No setor agrícola, foram vinculados 863 mil contratos, com média de R\$ 7 mil por operação, numa estratégia de pulverização do crédito rural e do risco dessas operações.

No conjunto dos saldos bancários no final de 2000, o Banco do Brasil ficou com 62% dos créditos, os bancos privados com 35% e outros bancos públicos com 3%. Como visto anteriormente, o crédito rural é aplicado para três finalidades: custeio, investimento e comercialização. Essas aplicações são muito diferenciadas conforme as instituições: o Banco do Brasil aplicou, em 2000, 79% dos créditos em custeio, 16% no investimento e 5% na sua comercialização. Apesar do leve crescimento em relação ao ano anterior, conforme Tabela 5, o crédito agrícola ainda se mostrou insuficiente e passível de crítica, visto a pequena amplitude do programa, que beneficiou com empréstimos subsidiados a uma minoria, especialmente de grandes proprietários rurais. A dificuldade de incluir no sistema a parcela majoritária de produtores continuou sendo um dos maiores desafios do setor.

No ano seguinte, 2001, o aumento da taxa Selic para 19% e o racionamento energético contribuíram para a desaceleração da economia. A carteira rural registrou diminuição de 25,6% sobre o volume de 2000. A partir de diretrizes estratégicas, o Banco aumentou o peso das carteiras de varejo e comercial no total das operações. Ao fim deste ano, elas respondiam por 54% do total, contra 41,5% em dezembro de 2000, ocupando o espaço cedido pela carteira rural que, em 2000, detinha 41,8% de participação, reduzida para 28,4% ao final do exercício de 2001. Programas do Banco vinculados a cooperativas (BB COOP) serviram como instrumentos de parceria com empresas do setor, obtendo a função de alavancar negócios e reduzir riscos. No ano de 2001, o Banco atingiu o número de 3 mil convênios.

Neste ano, o Banco do Brasil adotou a configuração de Banco Múltiplo, trazendo vantagens como redução dos custos, racionalização de processos e otimização da gestão financeira. A política de crédito mostra uma expansão equilibrada com direcionamento de recursos para operações com risco pulverizado e baixo custo operacional, mas a carteira de financiamentos rurais e agroindustriais são reduzidas.

Tabela 5 - Financiamentos rurais e agroindustriais do Banco do Brasil S.A., Brasil - 1995/2002

Saldo em R\$ Mil

MÊS/ ANO	FINANCIAMENTOS RURAI E AGROINDUSTRIAIS	MÊS/ ANO	FINANCIAMENTOS RURAI E AGROINDUSTRIAIS
mar/95	12.780.143	mar/99	12.575.521
jun/95	13.870.694	jun/99	11.388.924
set/95	15.431.606	set/99	11.705.314
dez/95	16.111.640	dez/99	12.844.525
mar/96	16.364.561	mar/00	13.371.900
jun/96	15.777.826	jun/00	13.521.091
set/96	12.086.843	set/00	14.596.510
dez/96	12.218.283	dez/00	15.490.389
mar/97	12.760.706	mar/01	16.064.084
jun/97	12.078.900	jun/01	10.827.022
set/97	12.390.668	set/01	11.598.623
dez/97	13.694.728	dez/01	12.005.651
mar/98	14.467.455	mar/02	12.728.357
jun/98	14.337.809	jun/02	13.430.110
set/98	14.822.034	set/02	14.110.865
dez/98	14.753.315	dez/02	17.011.129

Fonte: Banco Central do Brasil, última consulta em 20.02.2010

Como principal executor do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco formalizou, em 2002, 646 mil contratos, incremento de 8% em relação a 2001. Responsável por 47% do saldo total de financiamentos rurais e agroindustriais aplicados pelas instituições financeiras, desembolsou, em 2002, R\$ 13,5 bilhões, 37% acima do ano anterior. Este ano foi caracterizado pela volatilidade de importantes variáveis macroeconômicas resultante de um cenário externo adverso e de incertezas inerentes ao ciclo político doméstico. Tais eventos produziram condições restritivas à concessão de crédito em todo o Brasil. O direcionamento estratégico do Banco mostrou-se mais evidente na predominância de operações Comerciais e de Varejo. Ao final de dezembro de 2002, essas carteiras respondiam por 50,4% das operações de crédito do Banco no país. Neste ano, especialmente após setembro, início da safra 2002-2003, o crédito relacionado ao agronegócio apresentou significativa evolução, aumentando sua participação no total de operações de 28,4% em 2001 para 31,9% em 2002. Destacam-se nesta carteira as linhas de crédito destinadas ao custeio e à comercialização, as quais participaram, em dezembro de 2002, com 49,5% do total da carteira de agronegócios.

Quadro 3 - Carteira rural do Banco do Brasil S.A – Principais acontecimentos – 1995-2002

Banco do Brasil	Acontecimentos importantes na série histórica
1995	BB começa a operar novas modalidades de financiamento, reformulação do processo de concessão de crédito, renegociação das dívidas anteriores a 1995, criação da Central de Leilão Eletrônico.
1996	Banco expõe grave situação financeira, começa a operar linhas para o PRONAF, programa específico para a agricultura familiar, consolidação da Cédula de Produto Rural do BB.
1997	Criado o programa Garantia de Preços Agropecuários, possibilitando a utilização dos mercados futuros e de opções como mecanismo de proteção de preços.
1998	PRONAF expande crédito; criação de 34 salas de agronegócios; BB desenvolve sistema corporativo para a precificação do risco de crédito com o objetivo de melhorar a formação de taxas e empréstimos e ofertar taxas diferenciadas.
1999	Abandono político de bandas cambiais causa retração do PIB; redução no montante total dos financiamentos rurais e agroindustriais no BB, cenário restritivo
2000	BB constitui-se no maior grupo financeiro da América Latina; consolida-se como o banco brasileiro com maior presença na internet; lançamento da Cédula de Produto Rural incrementa liberação de crédito.
2001	Racionamento energético desacelera economia; carteira rural registrou queda de 25,6% em relação ao ano anterior.
2002	Incertezas inerentes ao ciclo político doméstico produz condições restritivas à concessão de crédito. Operações mostram recuperação a partir de setembro.

Fonte: Elaboração própria

Considerando os anos apontados, podemos considerar como dificuldades para o crescimento do crédito neste setor: a dispersão do público alvo, os altos custos de transação e gestão, as deficiências cadastrais e as dificuldades de obter e executar garantias patrimoniais. Tudo isto, aliado a uma política conservadora de estímulo ao setor, resultou em uma participação quase que estagnada no intervalo que compreende os anos de 1995-2002, não demonstrando crescimento neste forte segmento dinamizador da economia, apresentando uma postura criteriosa e conservadora de crédito. As operações de crédito perdem participação a partir de 1996, e nos anos seguintes, após a deflagração da crise da Ásia, se verifica uma manutenção de performance dessas operações.

4.3.2 Período 2003/2009 – Crescimento constante da carteira

A gestão das políticas fiscal e monetária pelo novo Governo, buscando garantir os objetivos de estabilidade econômica de longo prazo, refletiu na redução do risco-país, na valorização do Real frente ao dólar e no bom desempenho nas contas externas, influenciado pelos sucessivos superávits na balança comercial.

A carteira de agronegócios do Banco do Brasil alcançou saldo de R\$ 26,9 bilhões ao término de 2003, valor 58% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior. Esse crescimento acompanhou o aumento de 33% nos recursos destinados pelo Governo para a Safra 2003/2004. Essa atuação fortaleceu a vocação do Banco como importante promotor do desenvolvimento no país. As operações de custeio e comercialização, que compreendem o financiamento de bens e serviços necessários para a produção agrícola e pecuária, movimentaram R\$ 6,2 bilhões no primeiro semestre de 2003. Essa modalidade de crédito tem prazo médio inferior a 360 dias e representa 62% da carteira de crédito rural. Neste mesmo ano, foi desembolsado R\$ 1,4 bilhão para a modernização da atividade produtiva e aumento de competitividade. No âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER Rural), o Banco realizou 13 mil contratos no montante de R\$ 147 milhões. Como agente financeiro do Programa Banco da Terra – instrumento de reordenação fundiária do Governo Federal, o Banco aplicou, no primeiro semestre, R\$93 milhões, beneficiando 3.840 famílias.

Os recursos destinados aos programas PROGER Rural – que oferece crédito fixo para custeio agrícola e pecuário, além de suporte financeiro para investimentos fixos – e PRONAF atingiram crescimento de 28,1% em relação ao ano de 2002. Outros componentes da carteira de crédito rural do Banco do Brasil são:

- FCO – nessa modalidade rural existe suplemento financeiro para capital de giro e custeio para o produtor rural da Região Centro-Oeste. Apresentou saldo de R\$ 2.127 milhões em junho de 2003, contra R\$ 1.128 milhões no mesmo período no ano anterior, apresentando crescimento de 88,6%;
- BNDES/FINAME – através desses programas o Banco do Brasil atua no aumento da produtividade no campo, especialmente com o financiamento de máquinas e equipamentos. Essas operações também mostraram crescimento, variando positivamente 45,5% em relação ao ano anterior.

Tabela 6 - Contratações por produto pelo Banco do Brasil S.A.– Safra 2002/2003

	R\$ milhões
Soja	2.756
Milho	1.882
Bovinocultura	1.471
Máquinas e Equipamentos - Agrícola	796
Melhoramento das Exportações - Agrícola	519
Trigo	516
Arroz	488
Melhoramento das Exportações - Pecuária	429
Fumo	338
Café	336
Algodão	304
Feijão	175
Avicultura	174
Cana	167
Suinocultura	142
Laranja	118
Fertilizantes e Defensivos	99
Pecuária - Demais	265
Agrícola - Demais	1.101
Total	12.076

Fonte: Banco do Brasil, última consulta em 20.02.2010

Em 2004, a carteira de crédito do Banco apresentou crescimento de 14,1% em relação a 2003. Esse resultado consolidou a liderança absoluta do Banco do Brasil na concessão de crédito no país, com 18,3% de participação no mercado. Manteve-se líder também no financiamento ao agronegócio brasileiro, cuja carteira totalizou R\$30 bilhões em dezembro de 2004, crescimento de 12,2% em relação ao mesmo período de 2003. Neste ano, o Banco do Brasil apresentou expressivo crescimento no Sistema BNDES/FINAME Rural em recursos liberados acumulados. Com o apoio do Governo Federal, o Banco reforçou a automação do recebimento e a formalização das propostas de crédito dos agricultores familiares. Com isto, em 2004, o volume de recursos liberados para a agricultura familiar atingiu o montante de R\$ 3,8 bilhões.

O dinamismo da economia favoreceu a expansão significativa do volume de crédito. As operações de investimento, destinadas à modernização da atividade produtiva, representavam em 2004, 44,1% dessa carteira de crédito. A Tabela 7 detalha o saldo das operações de crédito destinadas ao agronegócio por item financiado.

Tabela 7 – Carteira de crédito de agronegócios por item financiado do Banco do Brasil S.A. - 2004

Itens Financiados	R\$ milhões		Var.%				
	Jun/04	Part. %	Set/04	Part. %	Dez/04	Part. % s/Set/04	
Soja	2.932	11,5	2.966	11,6	4.942	16,1	66,6
Bovinocultura	1.662	6,5	2.946	11,5	3.187	10,4	8,2
Máquinas e Equipamentos	2.448	9,6	2.581	10,1	2.849	9,3	10,4
Milho	2.704	10,6	2.303	9,0	2.621	8,5	13,8
Melhor. Explorações Pecuárias	1.466	5,7	1.470	5,7	1.545	5,0	5,1
Melhor. Explorações Agrícolas	1.283	5,0	1.315	5,1	1.395	4,5	6,1
Algodão	769	3,0	884	3,4	1.039	3,4	17,5
Arroz	922	3,6	846	3,3	1.028	3,3	21,5
Fertilizantes e Defensivos	609	2,4	659	2,6	879	2,9	33,4
Café	647	2,5	720	2,8	746	2,4	3,6
Trigo	660	2,6	657	2,6	728	2,4	10,8
Cana	332	1,3	375	1,5	357	1,2	(4,8)
Mandioca	266	1,0	271	1,1	352	1,1	29,9
Laranja	148	0,6	166	0,6	205	0,7	23,5
Avicultura	136	0,5	149	0,6	199	0,6	33,6
Fumo	96	0,4	157	0,6	182	0,6	15,9
Cacau	158	0,6	158	0,6	163	0,5	3,2
Feijão	183	0,7	171	0,7	148	0,5	(13,5)
Suinocultura	146	0,6	134	0,5	106	0,3	(20,9)
Outros	8.006	31,3	6.738	26,3	7.365	26,4	20,5
Total	25.573	100,0	25.666	100,0	30.036	100,0	20,0

Fonte: Banco do Brasil, última consulta em 05/03/2010

Em sua atuação no financiamento do agronegócio brasileiro, o Banco do Brasil atingiu todos os segmentos, desde o pequeno produtor às grandes empresas agroindustriais. A tabela abaixo revela essa atuação, mostrando que, enquanto o financiamento aos mini e pequenos produtores responde por 78,2% do total de contratos, as operações com os demais agentes apresentam 80,5% de participação no valor financiado.

Tabela 8 - Recursos liberados pelo Banco do Brasil S.A. na Safra 2004/2005 por segmento

	R\$ milhões			
	Qtde. Contratos	Qtde. Contratos - %	Valor Contratado	Valor Contratado - %
Mini	446.190	43,4	1.288	7,4
Pequeno	357.721	34,8	2.127	12,2
Médio e Grande	224.004	21,8	13.363	76,4
Cooperativas	699	0,1	709	4,1
Total	1.028.614	100,0	17.487	100,0

Fonte: Banco do Brasil, última consulta em 05/03/2010

No ano de 2005, a evolução do crédito no Sistema Financeiro Nacional foi de 12,6% (dez/2004- dez/2005), enquanto o Banco cresceu 16,4% no mesmo período. As operações de agronegócios foram 18,9% superiores a dezembro de 2004. Contribuíram para o aumento das operações, as renegociações de dívidas provenientes de problemas

ocasionados pela seca no centro-sul, a perda de renda em decorrência da queda dos preços das commodities no mercado internacional e a valorização do Real frente ao dólar.

As operações de custeio e comercialização, destinadas ao financiamento de bens e serviços necessários à produção agrícola e pecuária, responderam por 53,9% da carteira de agronegócios. As operações de investimento, destinadas à modernização da atividade produtiva, representou 43,3% dessa carteira. Neste ano, as linhas do PROGER Rural, PRONAF, FCO Rural e BNDES/FINAME também apresentaram crescimento no fornecimento de crédito.

Em 2006, o Banco do Brasil registrou lucro líquido de R\$ 6,044 bilhões, valor 45,5% superior ao observado no ano anterior. Este resultado foi influenciado, sobretudo, pelo crescimento de 30,8% da carteira de crédito do banco, que superou o desempenho da indústria financeira. No final de 2006, o Banco apresentou saldo de R\$ 42,8 bilhões em sua carteira de agronegócios. As operações para agroindústrias registraram saldo de R\$ 7,1 bilhões, incremento de R\$ 108,8 milhões. Esse constante crescimento pode ser visto também na safra 2006/2007, com a liberação de R\$ 33 bilhões. Desse montante, R\$ 27 bilhões foram destinados à agricultura empresarial e R\$ 6 bilhões à agricultura familiar. O crescimento da carteira deveu-se às novas contratações da safra 2006/2007 e parte do processo de renegociação de operações com agricultores atingidos pela estiagem em 2005. As operações de custeio e comercialização, destinadas ao financiamento de bens e serviços necessários à produção agrícola e pecuária, continuaram sendo foco das linhas de financiamento desta carteira.

Tabela 9 - Financiamentos rurais e agroindustriais do Banco do Brasil S.A. 2003/2009

Saldo em R\$ Mil

MÊS/ ANO	FINANCIAMENTOS RURAIS E AGROINDUSTRIAIS	MÊS/ ANO	FINANCIAMENTOS RURAIS E AGROINDUSTRIAIS
mar/03	18.706.391	mar/07	44.050.089
jun/03	22.017.551	jun/07	46.011.002
set/03	24.622.964	set/07	45.692.828
dez/03	26.978.344	dez/07	49.340.487
mar/04	26.116.602	mar/08	54.558.170
jun/04	25.833.290	jun/08	59.704.290
set/04	25.909.347	set/08	60.524.081
dez/04	30.322.265	dez/08	63.690.917
mar/05	31.082.770	mar/09	63.492.543
jun/05	32.379.781	jun/09	66.775.918
set/05	31.493.240	set/09	68.038.932
dez/05	35.533.594	dez/09	66.434.926
mar/06	36.898.815		
jun/06	39.892.718		
set/06	39.617.933		
dez/06	42.815.322		

Fonte: Banco Central do Brasil, última consulta em 05/03/2010

O saldo da carteira de agronegócios manteve a tendência de crescimento no ano de 2007, com acréscimo de 15,1%. O crescimento foi inferior ao das carteiras de Pessoa Física e Jurídica devido ao processo de recuperação da renda em curso no setor produtivo rural. A evolução da carteira de crédito do Banco, inferior ao Sistema Financeiro Nacional, justificou-se pela redução no ritmo de crescimento, durante o ano, da carteira de agronegócios e comércio exterior, e decréscimo das operações realizadas no exterior em função da valorização do Real frente ao Dólar. Do total das operações de crédito, 33,2% foram operações com o segmento de varejo, 18,4% com o segmento comercial, 32,3% com o setor de agronegócios e 7,4% com o segmento de comércio exterior. A carteira no exterior participa com 7,1% do total. A Figura 1 mostra a distribuição da composição da carteira de crédito do banco por segmento no período de 12 meses.

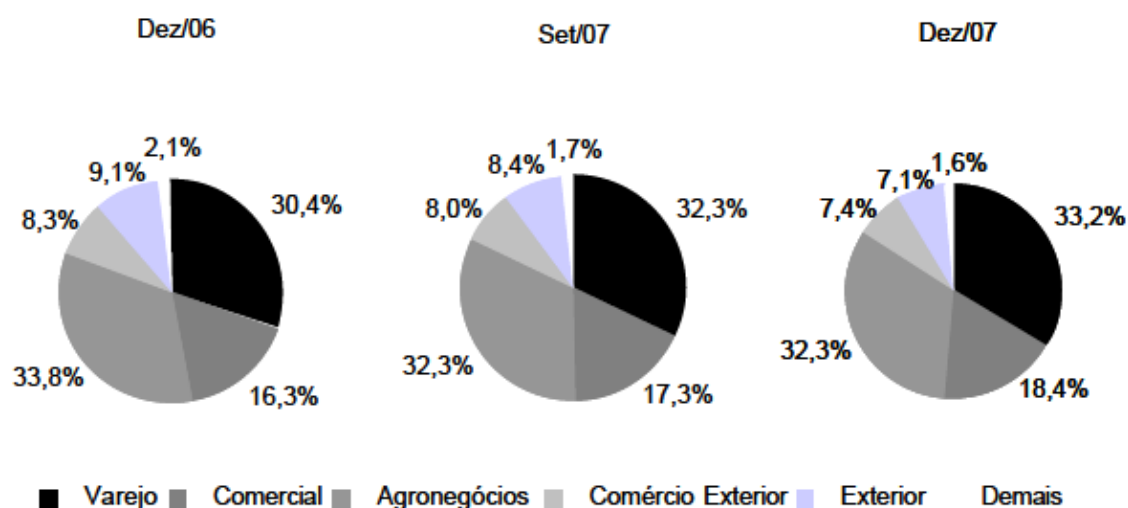


Figura 1: Composição da carteira de crédito do Banco do Brasil S.A. – 2006/2007

Fonte: Banco do Brasil, última consulta em 20.02.2010

Com relação à distribuição das operações de agronegócios por região do País, em dezembro de 2007, verifica-se uma maior concentração na Região Sul.

Tabela 10 – Carteira de crédito de agronegócios do Banco do Brasil S.A. por região - 2007

Região	Participação - %
Norte	3,4
Nordeste	6,0
Centro-Oeste	25,1
Sudeste	27,9
Sul	37,6

Fonte: Banco do Brasil

A participação da carteira rural no total do crédito do SFN era de 10,6% em dez/2006 reduzindo para 9,6% em dez/2007. No Banco, a carteira rural participava com 37,4% da carteira doméstica em dez/2006, alcançando 34,8% em dez/2007. Por sua relevância na carteira do Banco, o menor crescimento do crédito rural em 2007 contribuiu na perda de participação de mercado do Banco do Brasil.

Cabe destacar que no quarto trimestre de 2008 intensificou-se no Banco do Brasil o processo de aquisições de carteiras de crédito de outras instituições financeiras, sobretudo em Crédito Consignado e Financiamento de Veículos. Com o início da

contratação da safra 2008/2009, a carteira de agronegócios voltou a apresentar crescimento, com incremento de 22,8% na comparação ao ano anterior. No ano de 2008, o desempenho da economia brasileira, apesar de afastada a hipótese de deslocamento completo em relação à dinâmica dos países avançados, destacou-se no cenário de crise financeira mundial, mas precisamente no quarto trimestre.

No Banco do Brasil, o saldo da carteira de agronegócios atingiu R\$ 63,6 bilhões, expansão de 22,8% em relação ao ano de 2007. O PROGER Rural e o PRONAF totalizaram R\$ 15 bilhões em dezembro de 2008, um crescimento de 17,1% em relação ao ano anterior, o que mostra um maior foco do Banco nas políticas agrícolas destinadas à agricultura familiar.

A Tabela 11 revela a atuação do banco por segmentos, mostrando que, enquanto o financiamento aos mini e pequenos produtores responde por 88,2% do total de contratos, as operações com os demais agentes apresentaram 66,9% de participação no valor contratado. Estes dados permitem visualizarmos um pequeno avanço na pulverização dos valores emprestados pelo Banco do Brasil entre os diversos produtores, antes mais concentrados com os maiores tomadores. Neste ano, a principal fonte de recursos para a carteira de agronegócios continuou com a poupança, atingindo, ao término do ano, o montante de R\$ 31,8 bilhões.

Tabela 11 – Recursos liberados na safra 2008/2009 pelo Banco do Brasil S.A. por porte de cliente
R\$ milhões

	Qtde. Contratos (unid)	Qtde. Contratos - %	Valor Contratado	Valor Contratado - %
Mini Produtor	303.436	39,3	1.666	9,1
Pequeno Produtor	376.802	48,8	4.404	24,0
Médio e Grande Produtor	90.667	11,8	11.064	60,3
Cooperativas Agropecuárias	436	0,1	1.212	6,6
Total	771.341	100,0	18.346	100,0

Fonte: Banco do Brasil, última consulta em 05.04.2010

No último ano analisado, 2009, o Banco do Brasil registrou lucro líquido histórico de R\$ 10,1 bilhões. Vale ressaltar que neste exercício, o Banco incorporou o Banco Nossa Caixa e concluiu a parceria estratégica com o Banco Votorantim.

Tabela 12 – Carteira de crédito do Banco do Brasil S.A. (conglomerado) 2008/2009

R\$ milhões

Segmentos	Dez/08	Set/09	Dez/09
Carteira Total	224.808	285.517	300.829
País	209.693	270.748	283.560
Pessoa Física	48.811	85.717	91.791
CDC Consignação	17.626	33.973	36.514
Financiamento a Veículos	6.694	19.255	20.738
Pessoa Jurídica	97.192	116.994	125.336
MPE	34.900	41.159	44.920
Demais	62.292	75.834	80.416
Agronegócio	63.690	68.038	66.434
Exterior	15.115	14.769	17.268

Fonte: Banco do Brasil, última consulta em 05.04.2010

O comércio exterior brasileiro, afetado pela crise econômica mundial, encerrou 2009 em queda. Entretanto, com comportamento crescente ao longo do ano, acompanhando a recuperação da economia mundial. No Banco do Brasil, o saldo da carteira de agronegócios atingiu R\$ 66,434 milhões, expansão de 4,3% em doze meses. A Tabela 13 mostra a destinação da carteira de agronegócio do Banco segmentada em linhas de custeio, investimento e comercialização. Destaque para a linha de custeio que representou 41,3% do total.

Tabela 13 – Carteira de crédito de agronegócios do Banco do Brasil S.A. por destinação 2008/2009

R\$ milhões

Linhas	Set/08	Dez/08	Mar/09	Jun/09	Set/09	Dez/09
Custeio	21.751	24.257	24.389	24.667	24.484	27.478
Investimento	21.419	20.135	20.587	21.497	22.098	21.965
Comercialização	16.248	17.474	16.629	18.738	18.802	14.403
Demais	1.106	1.824	1.887	1.873	2.655	2.589
Total	60.524	63.690	63.492	66.775	68.038	66.434

Fonte: Banco do Brasil, última consulta em 05.03.2010

Quadro 4 – Síntese dos principais acontecimentos na carteira de agronegócios do Banco do Brasil S.A. – 2003/2009

Banco do Brasil	Acontecimentos importantes na série histórica
2003	Expressivo crescimento de 58% na carteira de agronegócios; PROGER Rural e PRONAF crescem 28%; Programa de Geração de Emprego e Programa da terra expandem crédito.
2004	Crescimento dos recursos liberados nas linhas Sistema BNDES/FINAME Rural; aumento dos recursos para a agricultura familiar.
2005	Renegociações de dívidas ocasionadas pelas secas no centro-sul, queda dos preços nas commodities no mercado internacional e valorização do Real frente ao dólar contribuem para o aumento das operações.
2006	Aumento do crédito para agroindústrias. Agricultura empresarial continua recebendo mais recursos do que a familiar.
2007	Por sua relevância na carteira do BB, o menor crescimento do crédito rural neste ano contribuiu na perda de participação de mercado do banco.
2008	Aquisições de carteiras de crédito de outras instituições financeiras. Carteira de agronegócios cresce 22,8%; maior foco nas políticas da agricultura familiar.
2009	Lucro líquido histórico, menor crescimento da carteira de crédito agrícola.

Fonte: Elaboração própria

Segundo o quadro, o Banco do Brasil acentuou recentemente a sua característica histórica de ser a maior fonte de recursos do setor rural. Segundo a mensagem da Diretoria do Banco, continuará assistindo essa área, em nível que permita assegurar o papel de agente de fomento que o Governo lhe confiou, sem perder de vista que existe premissa inequívoca de que os acionistas precisam ter seus recursos adequadamente remunerados.

Além disso, o crescimento constante da carteira de crédito de agronegócios do Banco implicou no favorecimento dos recursos liberados para a agricultura familiar e agroindústrias, mantendo-se líder no fornecimento de crédito desse setor no País.

4.4 CRÉDITO PESSOA FÍSICA

A Carteira de Crédito de Varejo do Banco do Brasil compreende operações destinadas a pessoas físicas e micro e pequenas empresas, sendo consideradas nesta categoria as empresas com faturamento anual de até R\$ 10 milhões. O atendimento das necessidades de crédito das pessoas físicas é realizado de forma massificada. O sistema de *credit scoring* do Banco conjuga informações cadastrais como renda, patrimônio e profissão e pré-aprova limites para CDC (Crédito Direto ao Consumidor), Conta Especial e Cartão de Crédito de forma integrada. Será feito a seguir, uma análise da oferta de linhas de crédito CDC, cheque especial e cartão de crédito pelo Banco do Brasil, principal agente financeiro da União, dentro dos intervalos selecionados.

4.4.1 Período 1995/2002 – Foco na diversificação de risco do Banco

Em 1995, a distribuição de um milhão de cartões internacionais, no prazo de cem dias, colocou o banco no primeiro lugar do ranking das administradoras de cartões de crédito de bandeira Visa no País. O número de possuidores de Ourocard (cartão de crédito do Banco do Brasil) elevou-se a 1,7 milhão. No ano de 1996, o Banco do Brasil priorizou o segmento de varejo, em razão de sua melhor rentabilidade para o Conglomerado, dos efeitos positivos da maior diversificação de risco e da otimização do aproveitamento da rede de atendimento. Nesse sentido, o banco lançou uma nova modalidade de cheque especial, o *Classic*, destinado às pessoas físicas de menor poder de consumo, aumentando o número de produtos oferecidos a essa clientela. No mesmo ano, foi lançado o CDC Automático – Cheque Financiado, destinado a clientes detentores de cheques especiais. O valor médio das operações contratadas foi de R\$ 2,1 mil em dez/96. A carteira de crédito direto ao consumidor atingiu o montante de R\$ 1,1 bilhão, crescendo 334% no ano de 1996.

Neste período, a estratégia adotada pelo Banco ampliou o foco no varejo, com aumento da base de clientes, e reduziu as despesas de pessoal em 9,8%, que passaram

de R\$ 6,3 bilhões em 1997 para R\$ 5,7 bilhões em 1998. As operações de crédito totalizaram R\$ 40,3 bilhões, registrando crescimento de 9% em relação a 1997. O Banco do Brasil desenvolveu uma metodologia e iniciou, em 1998, a criação de um sistema corporativo para a precificação do risco de crédito, com o objetivo de melhorar a formação de taxas de empréstimos, ofertando aos clientes taxas diferenciadas.

Com a efetivação de convênios de folha de pagamento com empresas atendidas pelo Banco, encerraram o ano com 9,4 milhões de contas correntes de pessoas físicas. Ainda em 1998, foram contratados 1,5 milhão de novos empréstimos através do Crédito Direto ao Consumidor (CDC), envolvendo recursos da ordem de R\$ 2,4 bilhões. O Banco continuou sua estratégia de assistência creditícia automatizada ao segmento de pessoas físicas, priorizando os clientes detentores de contas especiais e aqueles que recebem proventos pelo Banco do Brasil.

Tabela 14 – Operações de crédito na carteira Varejo do Banco do Brasil S.A. – 1995/2002

	R\$ milhões							
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Crédito Varejo	5.758	5.985	6.262	6.873	7.050	9.306	10.149	12.569

Fonte: Banco do Brasil, última consulta em 05.04.2010

De 1995 a 1997 percebemos uma diminuição nas operações totais de crédito do Banco do Brasil, o que também se refletiu na oferta de crédito às pessoas físicas, algo que contribuiu para uma maior escassez de crédito e um cenário restritivo no país, visto que o banco é um indispensável instrumento de implantação de políticas públicas.

O aperto da liquidez da indústria bancária teve uma leve melhora em 1999, com o crescimento da carteira de CDC em 55% no ano, totalizando cerca de 1,9 milhão de contratos e recursos na ordem de R\$ 3,6 bilhões. Houve uma forte estratégia de investimentos em tecnologia nos últimos anos da década de 1990, R\$ 264 milhões gastos somente em 1999, atingindo a maior rede de auto-atendimento da América Latina.

A desvalorização do real em 1999, em aproximadamente 50%, e a adoção de um regime de flutuação cambial trouxeram um cenário turbulento e previsões pessimistas de inflação e recessão profunda para o restante do ano. O Banco encerrou o ano com

um total de R\$ 10,1 milhões de contas correntes pessoa física. Neste mesmo ano, foram lançadas novas modalidades de Crédito Direto ao Consumidor, entre as quais o CDC Imposto de Renda, destinado à antecipação da restituição do Imposto de Renda; o CDC Benefício, desenvolvido para atender os 4,2 milhões de clientes que recebiam benefícios do INSS pelo BB; e o CDC Salário, direcionado aos clientes que recebiam proventos pelo Banco do Brasil.

Em 1999, o Banco registrou 1,9 milhão de portadores de cartões de crédito, representando um crescimento de 18,7% em relação ao ano anterior. Contribuíram para esse crescimento as diversas ações promocionais implementadas neste ano, tais como descontos no valor das anuidades, carência para o pagamento da anuidade e a concessão de números para o sorteio do Clube Ouro.

O ano 2000 foi marcado pela expansão do Banco na Internet, com 2,6 milhões de correntistas habilitados a acessar os produtos e serviços oferecidos por intermédio de seu portal. Foi um ano em que o Banco buscou a expansão dos negócios, racionalização dos processos, investimentos em tecnologia, uma melhor gestão de risco e controle de custos operacionais. Segundo relatórios da própria instituição, neste ano, o Banco do Brasil priorizou recursos para operações de crédito, expandindo em 24,2% a sua carteira de crédito e totalizando R\$ 36 bilhões. Destaque para a carteira de Crédito Direto ao Consumidor, que cresceu 113,8% em relação a 1999 e atingiu saldo de R\$ 4,7 bilhões.

A estratégia do Banco para a carteira de crédito no ano 2000 consistiu em destinar recursos para as operações massificadas e com base em recebíveis, que têm maior rentabilidade e menor risco de crédito. A participação das operações com pessoas físicas (carteira Varejo) evoluiu 32%. A base de cartões de crédito emitidos aumentou 72,9%, equivalente a 1,4 milhão de cartões novos. O Banco encerrou o ano com 11,8 milhões de clientes pessoa física, dos quais 5,6 milhões recebiam proventos pela instituição.

Em 2001, com o aumento da taxa Selic de 15,25% no início do ano para 19% ao seu término e o racionamento energético contribuíram para a desaceleração da economia. Neste ano, o Banco do Brasil continuou a direcionar recursos para operações de crédito de risco pulverizado e baixo custo operacional. As operações de crédito apresentaram expansão de 12% no ano, evolução impulsionada pelos incrementos de 36,2% no Crédito Direto ao Consumidor – CDC. O Banco encerrou o ano de 2001 com R\$ 40.225 milhões em operações de crédito. A utilização de limite de Contas

Especiais evoluiu 20%, crescimento superior à expansão de 9,3% da base de clientes pessoa física.

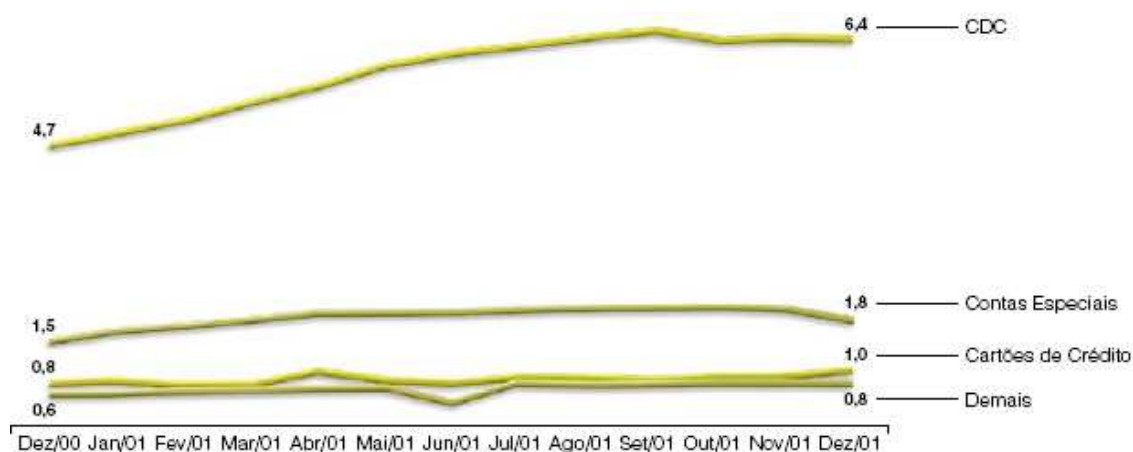


Figura 2 – Evolução das Operações de Varejo do Banco do Brasil S.A. / R\$ bilhões 2000/2001.

Fonte Banco do Brasil, última consulta em 05.04.2010

O destaque da carteira de Varejo foi o Crédito Direto ao Consumidor. Em dezembro de 2000 a carteira de CDC totalizava R\$ 4,7 bilhões, crescendo para R\$ 6,4 bilhões no final do ano de 2001, respondendo por 64,2% da carteira de Varejo.

No ano seguinte, a estratégia de segmentação dos clientes contribuiu para a expansão da venda de produtos, mas as incertezas do ciclo político doméstico fomentaram expectativas negativas no cenário interno. Desde a implementação das medidas do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, a carteira de operações de crédito do Banco apresentou uma configuração mais competitiva em relação aos outros bancos nacionais.

Durante o ano de 2002, o Banco do Brasil cresceu as suas operações de crédito Varejo em 11%, encerrando o exercício com saldo de R\$ 12.569 milhões. O CDC, ainda como o principal produto de Varejo do Banco, encerrou o ano com saldo de R\$ 6.736 milhões, mostrando uma inexpressiva evolução de um ano para outro. Em junho de 2002, o Banco disponibilizou uma nova linha de CDC voltada à antecipação do décimo terceiro salário para clientes recebedores de proventos na instituição. No fim do ano, essa modalidade já contava com 26.914 contratos que totalizavam R\$ 17,9 milhões. O saldo das operações de Cheque Especial também apresentou pequeno crescimento de 5,5%.

4.4.2 Período 2003/2009 – Foco no cliente de menor renda

No primeiro semestre de 2003, a economia brasileira destacou-se pelo bom desempenho das contas externas, aliadas a uma gestão das políticas monetária e fiscal coerentes com os objetivos de garantir a estabilidade econômica de longo prazo. Nesse contexto, o Banco do Brasil manteve a maior carteira de crédito do país, com R\$ 68,691 milhões, crescimento de 20,4% em relação a junho de 2002. As operações de crédito de varejo finalizaram junho de 2003 com saldo de R\$ 15.602 milhões, 17,2% superior ao mesmo período de 2002. O principal produto de crédito do Banco do Brasil neste ano para pessoa física foi o Crédito Direto ao Consumidor, que ao final do primeiro semestre já apresentava saldo de R\$ 7.165 milhões, equivalentes a 50,2% da carteira de varejo. Esse produto apresenta risco de crédito pulverizado e baixo custo operacional. O saldo das Contas Especiais apresentou evolução de 16,4% em 2003. Ao final do ano, 69,8% dos clientes do Banco possuíam contas com limite de crédito, contra 64,8% em 2002. No mesmo ano, 11,1 milhões de clientes possuíam limite de crédito pré-aprovado, que pôde ser utilizado por meios dos terminais de auto-atendimento e pela internet. O saldo de operações com cartão de crédito também mostrou evolução, de 59,6% em relação ao ano anterior, aumentando a base de cartões de crédito para 4,9 milhões de unidades.

Como parte de uma série de iniciativas governamentais para democratizar o acesso crédito e ao Sistema Financeiro do país, em 26 de junho de 2003, foi publicada a medida provisória n.º 121/03, que autorizou o Banco do Brasil a criar duas subsidiárias integrais – um banco múltiplo para atuar em microfinanças e uma administradora de consórcios, para facilitar o acesso a bens duráveis e de consumo. O Banco Popular do Brasil S.A. passaria a atuar em microfinanças e a atender a população de menor renda e microempresários do setor informal, o que permitiu o acesso destas pessoas ao Sistema Financeiro. Têm sido oferecido produtos e serviços específicos para este público, como cartão eletrônico, conta corrente simplificada, seguros, poupança, pagamentos de conta e linhas de crédito. O atendimento passou a ocorrer exclusivamente por rede complementar de correspondentes bancários. O Banco do Brasil, como parceiro do Governo Federal no programa Fome Zero, criou um núcleo específico para estruturar a

atuação da Empresa no programa, acompanhar o desenvolvimento das ações propostas e buscar a integração entre elas.

Em 2004, o crédito destinado às operações de varejo alcançou R\$ 20,416 milhões, o que representou um aumento de 30,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. O saldo das operações de Crédito Direto ao Consumidor, principal produto destinado para o segmento, encerrou o período em R\$ 9,6 bilhões, correspondendo a 7,8 milhões de operações e crescimento de 26,4%. O Banco Popular do Brasil, subsidiária integral, iniciou suas operações em âmbito nacional no segundo semestre de 2004. Até dezembro, o Banco Popular conquistou 1,1 milhão de correntistas em mais de 5,5 mil pontos de atendimento, espalhados por 1.540 municípios. O volume de operações de crédito realizadas no período foi de R\$ 21,3 milhões em créditos concedidos para 197 mil clientes.

Outra estratégia adotada pelo Banco com o intuito de expandir o crédito foi o lançamento do BB Crédito Pronto em junho de 2004, linha de microcrédito direcionada às pessoas físicas de menor renda. Ela reúne as condições adequadas às necessidades de crédito do público alvo, tais como encargos financeiros mais acessíveis: menor taxa de juros ao mês e prazos maiores. Foram contratadas, em 2004, 490 mil operações, totalizando R\$ 241 milhões de recursos aplicados.

Tabela 15 – Operações de crédito para PF do Banco do Brasil S.A. – 2003/2009 – R\$ milhões

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Crédito Varejo	15.602	20.416	30.987	40.435	53.407	73.131	91.791

Fonte: Banco do Brasil, última consulta em 20.02.2010

Destaque também para o crescimento de 1,6 milhão de cartões de crédito, cuja base encerrou o ano com 6,9 milhões de cartões, mantendo o Banco do Brasil na liderança do mercado de cartões, com 19,7% da participação no mercado. O ambiente interno foi marcado pela retomada da atividade econômica e o dinamismo da economia favoreceu esta expansão do volume de crédito.

Tabela 16 – Evolução da carteira de crédito de varejo do Banco do Brasil S.A. -2003/2004

	Mar/03	Jun/03	Set/03	Dez/03	Mar/04	Jun/04	Set/04	Dez/04
CDC	6.885	7.165	7.302	7.666	8.534	9.251	9.590	9.688
Cheque Especial	2.192	2.339	2.451	2.048	2.559	2.605	2.679	2.237
BB Giro Rápido	1.789	2.076	2.410	2.701	2.984	3.173	3.373	3.433
Cartão de Crédito	1.402	1.541	1.451	1.620	1.650	1.742	1.842	1.994
Demais	1.071	1.153	1.368	1.568	2.072	2.314	2.743	3.065
Total	13.340	14.275	14.982	15.602	17.798	19.086	20.227	20.416

Fonte: Banco do Brasil, última consulta em 20.02.2010

Este aumento observado no crédito à pessoa física deveu-se, fundamentalmente, ao crescimento das operações de CDC Crédito em Consignação, que saiu de R\$ 548 milhões em dezembro de 2003 para R\$ 1.470 milhões em dezembro de 2004, e ao CDC Crédito Material de Construção, lançado no quarto trimestre de 2003. As linhas de Cheque Especial cresceram 9,2% entre dezembro de 2003 à dezembro de 2004 e o saldo das operações com Cartão de Crédito apresentou evolução de 23,1% no mesmo intervalo.

No ano de 2005, as operações com pessoas físicas cresceram 12,7% (dez/2004 – dez/2005). A carteira de crédito alcançou saldo de R\$ 30.987 milhões e as operações de CDC apresentaram crescimento de 23,7% em relação a dezembro de 2004, atingindo o saldo de R\$ 11.981 milhões. Um produto foco do Banco neste ano foi o Crédito em Consignação, que saiu de R\$ 1.477 milhões em dezembro de 2004 para R\$ 3.810 milhões em dezembro de 2005, evolução de 158% no período.

Ainda neste ano, as operações com Cheque Especial finalizaram dezembro de 2005 com saldo de R\$ 2.227 milhões e o saldo das operações com Cartão de Crédito apresentou evolução de 24,8%, tendo a quantidade de cartões gerados aumentado 34,2%, passando de 6.919 mil para 9.282 mil.

Em relação ao crédito para a população de menor renda, o Banco Popular do Brasil encerrou 2005 com uma base de 1,6 milhão de clientes. Foram realizadas mais de 1,6 milhão de operações de crédito desde o início do ano.

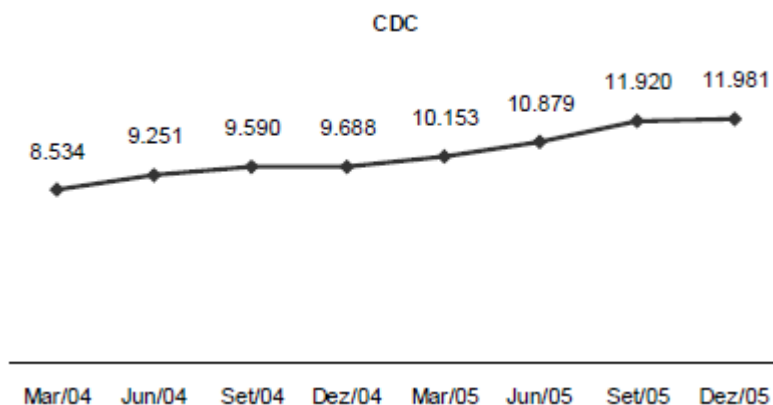


Figura 3– Evolução Produto Carteira Varejo do Banco do Brasil S.A – 2004/2005.

Fonte: Banco do Brasil, última consulta em 20.02.2010

Em 2006, o Banco aderiu ao Novo Mercado da Bovespa, segmento que reúne as empresas com as práticas mais rigorosas de governança corporativa e comemorou 100 anos de listagem em bolsa de valores, e os papéis do Banco do Brasil registraram uma valorização de 65,8% no exercício, contra 32,9% do Ibovespa. A carteira de crédito do Banco continuou a mostrar significativo crescimento, atingindo a marca de R\$ 133,2 bilhões, crescimento de 30,8% em relação ao ano de 2005, mantendo a liderança na concessão de crédito no país com 16,5% de participação no sistema financeiro. O crédito pessoa física respondeu por 18% da carteira do Banco e cresceu 30,4% (dez/2005 – dez/2006). Mereceu destaque o crédito consignado que, ao final de 2006, atingiu R\$ 8,3 bilhões, crescimento de 117,7% em relação ao mesmo período do ano anterior e as operações de financiamento de veículos. O Banco reestruturou sua carteira de financiamento de veículos e apresentou expressivo crescimento de 375,5%. A base de Cartões de Crédito cresceu 51,6% em 2006, chegando a 14,1 milhões de plásticos.

Tabela 17 – Carteira de crédito de varejo do Banco do Brasil S.A. - 2006

	R\$ milhões							
	Mar/05	Jun/05	Set/05	Dez/05	Mar/06	Jun/06	Set/06	Dez/06
CDC	10.153	10.879	11.920	11.981	12.839	14.468	15.968	16.909
CDC Crédito em Consignação	1.770	2.558	3.286	3.810	4.695	6.040	7.356	8.296
CDC Veículo	340	277	202	188	247	426	635	894
Recebíveis	6.720	6.887	6.842	6.922	6.657	6.804	6.946	7.235
BB Giro Rápido	3.705	3.838	3.973	3.893	4.145	4.262	4.266	4.310
Giro	132	148	176	191	300	746	1.649	2.800
Cartão de Crédito	2.074	2.089	2.218	2.489	2.625	2.676	2.836	3.080
Cheque Especial	2.709	2.638	2.666	2.227	2.585	2.572	2.407	2.211
Demais	3.342	3.568	2.904	3.283	3.264	3.327	3.432	3.889
Total	28.835	30.046	30.699	30.987	32.415	34.855	37.504	40.435

Fonte: Banco do Brasil, última consulta em 05.03.2010

As operações de CDC mostraram crescimento de 41,1% em relação a dezembro de 2005, atingindo o saldo de R\$ 16.909 milhões com valor médio por operação de R\$ 2.320,68 ao final de dezembro de 2006. O CDC teve a maior participação relativa na carteira de Varejo, com 41,8% em dezembro de 2006.

Em 2007, a carteira de crédito do Banco do Brasil encerrou o ano superando a marca de R\$ 160 bilhões, crescimento de 20,7% em doze meses. No segmento de pessoas físicas, a carteira de crédito cresceu 33,3% destacando-se o crédito consignado com oferta de crédito de R\$ 11,9% bilhões em dezembro de 2007, crescimento de 43,3% em um ano e liderança nesse segmento com 18,5% do mercado; e o financiamento de veículos, com crescimento de 227,4% em relação a dezembro de 2006.

Do total das operações de crédito do banco, 33,2% foram destinados ao segmento varejo. A Tabela 18 mostra a distribuição da composição da carteira de crédito do Banco do Brasil por segmento nos anos anteriores e comprova o crescimento da participação da carteira pessoa física ao longo do tempo.

Tabela 18 – Composição – Mix das operações de crédito do Banco do Brasil S.A. – 1999/2007 - %

Credito Varejo	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Varejo	15	21,00	24,60	23,80	20,10	23,10	30,40	30,40	33,20
Comercial	17	21,30	29,40	26,60	21,20	21,80	13,60	16,30	18,40
Agronegócios	44	41,80	28,40	27,50	34,50	33,90	35,10	33,80	32,30

Fonte: Banco do Brasil, última consulta em 20.02.2010

As operações de CDC cresceram 41,2% em relação a dezembro de 2006, atingindo saldo de R\$ 23.880 milhões. Esta linha de crédito manteve a maior participação relativa na carteira de Varejo, com 47% em dezembro de 2007.

Tabela 19 –Carteira de crédito de varejo do Banco do Brasil S.A. - 2007

	Mar/06	Jun/06	Set/06	Dez/06	Mar/07	Jun/07	Set/07	Dez/07
	R\$ milhões							
CDC	12.839	14.468	15.968	16.909	18.595	20.275	21.771	23.880
CDC Crédito em Consignação	4.695	6.040	7.356	8.296	9.343	10.173	11.022	11.888
CDC Veículos	247	426	635	894	1.287	1.722	2.228	2.929
Recebíveis	6.657	6.804	6.946	7.235	7.539	7.755	7.836	8.062
BB Giro Rápido	4.145	4.262	4.266	4.310	4.560	4.760	4.864	4.954
Giro	300	746	1.649	2.800	2.850	2.809	3.589	4.835
Cartão de Crédito	2.625	2.676	2.836	3.080	3.198	3.450	3.647	4.297
Cheque Especial	2.585	2.572	2.407	2.211	2.660	2.647	2.593	2.404
Demais	3.264	3.327	3.432	3.889	3.976	4.114	4.276	4.977
Total	32.415	34.855	37.504	40.435	43.378	45.809	48.576	53.407

Fonte: Banco do Brasil, última consulta em 20.02.2010

As operações com Cheque Especial finalizaram 2007 com leve crescimento de 8,7% em relação ao mesmo período do ano anterior e decréscimo de 7,3% em relação a setembro/2007, o que sugere que os tomadores de crédito trocaram dívidas mais caras, como o cheque especial, por crédito mais barato como o CDC Consignação. O saldo das operações com Cartão de Crédito apresentou evolução de 39,5% no ano, fechando o exercício com saldo de R\$ 4.297 milhões. Esta produto destinado a pessoas física, teve a sua base aumentada em 43% em doze meses, fechando o ano com 20,2 milhões de unidades.

Os principais destaques em 2008 continuaram sendo o CDC Consignação e o Financiamento a Veículos, com crescimento em 12 meses de 48,4% e 120,7% respectivamente. Esses valores já consideram os R\$ 713 milhões referentes às carteiras pessoa física do BESC e do BEP. Com saldo de R\$ 17.626 milhões ao final do ano, o crédito consignado se consolidou como o carro-chefe do crédito PF no banco naquele ano.

Tabela 20 – Carteira de crédito Banco do Brasil S.A. – 2008 – R\$ milhões

Linhas	Dez/07	Set/08	Dez/08
Carteira Total	160.739	202.201	224.808
País	149.366	189.301	209.693
Pessoa Física	31.998	43.435	48.811
CDC Consignação	11.878	14.539	17.626
Financiamento a Veículos	33.033	5.607	6.694

Fonte: Banco do Brasil, última consulta em 05.04.2010

Ainda em relação ao crédito consignado, o Banco do Brasil passou a ser a instituição líder em empréstimos, representando 22,4% do total do Sistema Financeiro Nacional. Foram contratados, no quarto trimestre de 2008, 510,9 mil operações de consignado. Refletindo a estratégia do Banco do Brasil em aumentar a participação nos financiamentos de veículos, o saldo da carteira atingiu R\$ 6,6 bilhões. Quanto a carteira incorporada do BESC, o principal produto foi o Crédito Consignado, com saldo de R\$ 338,7 milhões no quarto trimestre de 2008, com participação de 58,3% de toda a carteira da instituição.

Buscando ampliar o foco estratégico no segmento de Microcrédito, bem como uma melhor sinergia na implementação de estratégias definidas para a população de menor renda, em maio de 2008, o Banco do Brasil S.A. aprovou a criação da Diretoria Menor Renda (DIREN), que reuniu, a partir de junho, em estrutura única, a atenção dos clientes com renda de até 1 salário mínimo. A nova Diretoria agregou o Banco Popular do Brasil, a Gerência de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS, a gestão da rede de correspondentes bancários do Banco do Brasil e as carteiras de crédito de clientes desse segmento. Nesse trimestre, foram liberados R\$ 141,9 milhões envolvendo a contratação de 298,8 mil operações.

Finalizando a análise deste intervalo, o crédito destinado às pessoas físicas alcançou R\$ 91.791 milhões ao fim do ano de 2009. O crédito consignado continuou a ganhar espaço no portfólio e passou a representar 39,8% do total da carteira pessoa física do Banco. Outro segmento em que o Banco do Brasil ganhou mercado foi o de veículos. O saldo dessas operações alcançou R\$ 9,425 milhões, incremento de 40,8% em relação ao ano anterior.

Ainda inexpressivo, porém com tendência de crescimento pela estratégia de expansão adotada pelo Banco do Brasil, o saldo das operações de Financiamento

Imobiliário atingiu R\$ 676 milhões em 2009. A Tabela 21 mostra os principais produtos da carteira de crédito destinada às pessoas físicas do Banco do Brasil, do Banco Nossa Caixa e do Banco Votorantim. Importante mencionar que em relação ao Votorantim, o montante apresentado refere-se a 50% daquela carteira.

Tabela 21 – Carteira de crédito pessoa física do Banco do Brasil S.A. - 2009

R\$ milhões	Saldos						Var. %	
	Set/08	Dez/08	Mar/09	Jun/09	Set/09	Dez/09	s/Dez/08	s/Set/09
CDC	23.041	26.491	28.138	30.673	33.574	36.241	36,8	7,9
Crédito Consignado	14.539	17.626	18.411	20.000	21.612	23.516	33,4	8,8
Empréstimo Pessoal	4.515	4.958	5.418	6.035	6.926	7.841	58,1	13,2
CDC Salário	3.986	3.906	4.309	4.639	5.035	4.884	25,1	(3,0)
Financiamento Imobiliário	30	80	167	350	471	676	741,4	43,5
Financiamento a Veículos*	5.607	6.694	7.005	8.180	8.638	9.425	40,8	9,1
Cartão de Crédito	6.564	7.586	7.493	7.830	8.007	9.336	23,1	16,6
Cheque Especial	2.717	2.468	2.822	2.906	2.870	2.434	(1,4)	(15,2)
Microcrédito	535	511	548	519	549	674	31,9	22,9
Demais	4.941	4.981	4.972	4.785	4.639	4.799	(3,7)	3,4
BNC	-	-	9.991	13.224	14.524	15.080	-	3,8
Crédito Consignado	-	-	6.433	9.534	10.672	11.324	-	6,1
Empréstimo Pessoal	-	-	1.835	1.845	1.933	1.905	-	(1,4)
Financiamento Imobiliário	-	-	771	789	819	854	-	4,3
Demais	-	-	953	1.056	1.100	997	-	(9,4)
BV**	-	-	-	-	12.446	13.126	-	5,5
Crédito Consignado	-	-	-	-	1.689	1.674	-	(0,9)
Veículos	-	-	-	-	8.947	9.339	-	4,4
Leasing	-	-	-	-	1.671	1.974	-	18,1
Demais	-	-	-	-	139	139	-	(0,1)
Total	43.435	48.811	61.138	68.467	85.717	91.791	88,1	7,1

(1) Em dez/09, consta saldo de operações de Finame Pro-Caminhoneiro PF no valor de R\$ 115,3 milhões e de R\$ 1.567,8 milhões de leasing.
(2) Montante equivalente a 50% da carteira de crédito do BV

Quadro 5 – Principais acontecimentos na carteira pessoa física do Banco do Brasil S.A. – 2003/2009

Banco do Brasil	Acontecimentos importantes na série histórica
2003	Crédito Direto ao Consumidor torna-se o principal produto de crédito do BB para pessoa física; expansão do saldo de operações com cartões de crédito.
2004	O Banco Popular do Brasil, subsidiária integral, inicia suas operações; lançamento da linha BB Crédito Pronto; assume liderança no mercado de cartões de crédito.
2005	Expressivo crescimento da carteira de Crédito em Consignação; Banco Popular do Brasil atinge 1.6 milhões de clientes.
2006	BB adere ao Novo Mercado da Bovespa; mantém liderança na concessão de crédito no país; reestruturação da carteira de veículos e notável crescimento.
2007	Carteira de crédito PF cresce 33,3%; banco atinge 20 milhões de cartões de crédito; manutenção do alto ritmo de crescimento da carteira de Consignados.
2008	Incorporação das carteiras de crédito PF do BESC e do Banco do Estado do Piauí; criação da Diretoria Menor Renda; financiamento de veículos atinge R\$6,6 bilhões
2009	Adotado estratégias para expansão das operações de financiamento imobiliário.

Fonte: Elaboração própria

Assim sendo, a experiência do Banco do Brasil nesses últimos anos em análise evidencia que é possível atuar como agente de políticas públicas, viabilizando o crédito à atividade exportadora, às pequenas e médias empresas, à atividade rural e às pessoas físicas, sem comprometer a capacidade de geração de lucro e sem ferir o direito dos acionistas minoritários a uma rentabilidade sintonizada com a do mercado. O desempenho do Banco do Brasil ressalta, portanto, a complementariedade de sua função comercial e de seu papel de agente de políticas públicas, mostrando o equilíbrio das diretrizes adotadas para melhor atender às expectativas dos clientes, dos acionistas e da sociedade em geral, que reconhece e aposta na capacidade da Empresa para prestar serviços, dinamizar o capital e empreender a transformação econômica e social do País. Este último intervalo analisado mostra a estratégia e foco do Banco no aumento de crédito aos clientes de menor renda, através de sua subsidiária integral Banco Popular do Brasil.

4.5 CRÉDITO PESSOA JURÍDICA

A condição de principal instrumento financeiro da União significa, no âmbito das atividades do Banco do Brasil, dar curso aos empreendimentos geradores de emprego e renda, incentivando a expansão de pólos de desenvolvimento regional. Esta próxima seção irá analisar o padrão de comportamento do Banco do Brasil em relação às empresas de médio e grande porte e aos clientes *Corporate*, e também às micro e pequenas empresas nas operações de crédito. O Banco do Brasil adota um modelo de segmentação que tem por objetivo aperfeiçoar a gestão dessa base de clientes, dividindo-as nos ramos da Indústria, Comércio e Serviços, nos segmentos Médio, Grande e *Corporate*. O Modelo favorece o melhor conhecimento das necessidades específicas das empresas e busca desenvolver e diversificar os negócios.

4.5.1 Período 1995/2002 – Lançamento de novas linhas e segmentação da carteira

Em 1995, em parceria com o SEBRAE, o Banco lançou o Cartão de Negócios da Pequena Empresa, destinado a substituir a emissão de duplicatas nas negociações entre empresas. Os financiamentos às subsidiárias de empresas brasileiras com atuação no exterior superaram a cifra de US\$ 900 milhões, denotando a importância do Banco do Brasil em promover a internacionalização do segmento produtivo nacional.

É criado pelo Banco, em 1997, o Programa de Geração de Negócios Internacionais – PGNI – com o objetivo de oferecer às pequenas e médias empresas condições para a inserção competitiva no mercado externo, através de recursos, prestação de assessoria nas agências, oferta de produto e busca de parceiros no exterior. No ano seguinte, o Banco do Brasil atingia o montante de US\$ 4,7 bilhões no financiamento às exportações. Além de gestor, o Banco do Brasil atua como banco operador do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX).

Em 1998, o BB *Middle*, forma de composição e gerenciamento de carteiras de pessoas jurídicas com faturamento bruto anual entre R\$ 1,2 milhão e R\$ 100 milhões, contava com cerca de 50.174 clientes. O atendimento aos clientes *Corporate*, empresas

com faturamento anual superior a R\$100 milhões, alcançou 339 grupos empresariais. As operações de crédito com base em recebíveis alcançaram saldo de R\$ 1,1 bilhão em dezembro de 1998. Os negócios com desconto de cheques tiveram um crescimento de 16%, sendo descontados 25,3 milhões de cheques, no valor de R\$ 5,1 bilhões. As operações de Antecipação de Crédito ao Lojista – ACL apresentaram saldo de R\$ 57 milhões, sendo negociados valores da ordem de R\$ 919 milhões, 93% superior a 1997. Destaque para o crescimento de 164% nos negócios com o BB Vendor, linha de financiamento de vendas em que o Banco assegura o recebimento à vista para a empresa vendedora e o pagamento a prazo pela empresa compradora. O saldo de operações dessa linha chegou a R\$ 103,7 milhões ao final do ano, com volume de negócios da ordem de R\$ 1,2 bilhão.

Dentre as opções de crédito rotativo oferecidas pelo Banco, a linha de Cheque Ouro Empresarial apontou crescimento, atingindo o saldo de R\$ 183,3 milhões ao fim do ano. Destaque também para o lançamento da Conta Garantida BB, produto que movimentou R\$ 389,7 milhões em todo o ano, apresentando o saldo de R\$90,8 milhões ao final de 1998. Os negócios com empresas representaram 61,4% do total das operações, com saldo de R\$359,5 milhões e 6.458 contratos em carteira ao final do ano.

O ano de 1999 foi encerrado com um total de 755 mil contas correntes pessoa jurídica, um incremento de 3% em relação a 1998. Com o objetivo de fidelizar os clientes, o Banco do Brasil segmentou novamente esse mercado, dedicando atendimento diferenciado para cada um deles:

- Segmento *Corporate* (empresas com faturamento anual superior a R\$ 100 milhões): atendimento personalizado por intermédio de escritórios de negócios distribuídos estrategicamente por todo o país. Fechou o ano com 281 grupos empresariais, que juntos representavam 927 empresas.
- Segmento *Middle Market* (empresas com faturamento bruto anual acima de R\$ 1,2 milhão até R\$100 milhões): composta em 1999 por 57.468 clientes.
- Segmento *Small Business* (clientes com faturamento anual até R\$ 1,2 milhão): atendimento às necessidades do segmento com produtos e serviços padronizados e automatizados, como o BB Giro Rápido.

Neste mesmo ano, o Banco implementou o projeto “Transformando o Correntista em Cliente”, com a finalidade de preparar a base de clientes pessoa jurídica

para a geração de novos negócios por intermédio da análise de risco e estabelecimento do limite de crédito. As operações de crédito com base em recebíveis alcançaram saldo de R\$ 1,5 bilhão ao final de 1999, valor 36% superior aos números de 1998. Ainda em 1999, 26 milhões de cheques foram descontados, no total de R\$ 4,3 bilhões. O saldo da carteira atingiu R\$ 580 milhões, crescendo 37% em relação ao ano anterior. As operações de Desconto de Títulos apresentaram saldo em dezembro de R\$ 453 milhões, valor que representa 31% do total das operações com recebíveis no ano de 1999.

Lançado no final do primeiro semestre de 1999, o BB Giro Rápido é um programa voltado para o atendimento das necessidades de capital de giro das micro e pequenas empresas, e atingiu R\$ 1,2 bilhão à disposição de 133 mil clientes. O BB Vendor apresentou saldo de R\$ 264,3 milhões ao final do ano e crescimento de 156%, atingindo participação no mercado de 5%. As operações de Antecipação de Crédito ao Lojista (ACL) atingiram, no final de 1999, saldo de R\$ 155 milhões, acréscimo de 172% em relação ao ano anterior. A conta Garantida BB, opção de crédito rotativo para capital de giro das empresas, atingiu R\$ 566,8 milhões em valores contratados.

Com o reaquecimento da economia em 2000, o Banco do Brasil priorizou recursos para operações de crédito. Essa estratégia permitiu expandir em 24,2% a sua carteira total de crédito e 57% da carteira de Crédito Comercial, atingindo nesta última R\$ 7,2 bilhões. Neste ano, o Banco focou atuação na fidelização dos clientes Pessoa Jurídica e encerrou o período com 863 mil contas correntes, incremento de 14% em relação a 1999. As operações de crédito com base em recebíveis apresentaram saldo superior a R\$ 3,2 bilhões, com crescimento de 123% e BB Giro Rápido, crédito automatizado para pessoas jurídicas, cresceu 142,7% perfazendo o saldo de R\$ 847 milhões ao final do exercício. No âmbito do Programa Brasil Empreendedor – voltado para o fortalecimento das micro e pequenas empresas e empreendedores do setor informal da economia – o Banco, alinhado com o Governo Federal, firmou 446 mil operações e finalizou o ano com volume de R\$4,1 bilhões contratados.

Em 2001, o Banco do Brasil continuou a focar recursos para operações de crédito de risco pulverizado e baixo custo operacional. O Banco encerrou o ano de 2001 com um total de R\$ 11,9 bilhões em operações com empresas, crescimento de 51% sobre 2000. A evolução da carteira comercial baseou-se em operações pulverizadas de baixo risco, baseadas em recebíveis. As operações com recebíveis tiveram crescimento de 58,1%, finalizando o ano de 2001 com R\$ 4,9 bilhões. Seguindo a estratégia de concessão de crédito massificado e buscando reforçar sua

atuação junto ao pequeno empresário, o Banco do Brasil continuou priorizando o BB Giro Rápido, registrando aumento de 44,4% nessas operações, finalizando o período com R\$ 1,3 bilhão. As operações de Conta Garantida BB apresentaram evolução de 166,7%, finalizando o ano de 2001 com R\$ 1,6 bilhão. Este produto é direcionado para empresas de médio e grande porte e possui modalidades de taxas de juros pós ou pré-fixadas. Seu crescimento ao longo do ano foi impulsionado pela melhora no nível de tecnologia agregado ao produto.

As operações da Carteira Comercial do Banco do Brasil encerraram o exercício de 2002 com saldo de R\$ 14.012 milhões. Ao fim deste ano, o crédito baseado em recebíveis era responsável por 45,5% do total das operações comerciais. Essa linha de crédito apresentou evolução de 24,7%, encerrando o período com saldo de R\$ 6.374 milhões. Neste ano, o Banco priorizou o crescimento das linhas de recebíveis, devido à natureza de risco reduzido e de curto prazo. O desconto de cheques foi o principal produto de crédito baseado em recebíveis. Durante o ano de 2002 o saldo dessa linha de crédito aumentou 12,8%, totalizando R\$ 2.635 milhões.

A Conta Garantida, linha de crédito rotativo movimentada por intermédio de transferências para conta corrente por solicitação do cliente, possibilita obtenção de recursos de forma simples. Sendo um produto destinado à médias e grandes empresas, a estratégia de atuação do Banco no pilar do atacado possibilitou o incremento de 19,9% nessas operações. As demais operações de capital de giro apresentaram evolução justificadas pelo incremento em duas modalidades de crédito:

- 74% de crescimento nas operações de capital de giro com recursos captados no exterior – evolução explicada pela variação cambial no período. Essas operações atingiram R\$ 776 milhões em dezembro de 2002;
- 54,2% de crescimento nas operações de BB Giro, totalizando R\$ 786 milhões em dezembro de 2002.

4.5.2 Período 2003/2009 – Aumento significativo do volume de crédito

Em busca do aumento dos negócios e de soluções específicas para o segmento de micro e pequenas empresas, o resultado da criação de área dedicada integralmente a esse nicho de mercado foi a conquista de mais de 220 mil novos clientes, com

crescimento de 24,6% no ano de 2003, o que sinaliza o acerto dessa especialização. O ano de 2003 também foi marcado pelo aperfeiçoamento da segmentação do Pilar Atacado, responsável pelo atendimento das médias e grandes empresas. O Banco do Brasil reorganizou a segmentação desse Pilar de acordo com os setores e ramos de atuação e faturamento dos clientes.

O BB Giro Rápido, linha de capital de giro exclusiva para o segmento de micro e pequenas empresas, alcançou volume de crédito contratado de R\$ 6,1 bilhões em 2003, 66,2% superior ao do ano anterior, atendendo 535 mil empresas. O aumento significativo do volume de crédito destinado às micro e pequenas empresas pelo Banco do Brasil foi possível em função da implementação de ações, como a adequação do BB Giro Rápido que ampliou o público alvo da linha, passando a atender empresas com faturamento de até R\$ 5 milhões. Por meio do PROGER Urbano Empresarial, linha do Programa de Emprego e Renda para financiar projetos de investimentos, foram contratadas mais de 19 mil operações, um crescimento de 34,7% em relação a 2002. O saldo das operações atingiu R\$ 876 milhões em 2003, evolução de 73,1%.

Em dezembro de 2004, a carteira alcançou o saldo de R\$ 33.410 milhões, incremento de 17,4% em relação ao ano anterior. As linhas de crédito que obtiveram maior destaque nessa carteira foram os Recebíveis (Desconto de Cheques, Desconto de Títulos e o BB Vendor), tendo 52,5% de participação em dezembro de 2004 e o BB Giro Rápido. Este último produto completou cinco anos no mercado e superou a marca de 660 mil empresas atendidas, ao final do exercício, com volume de crédito contratado de R\$ 8,1 bilhões, valor 32,5% superior ao período anterior. O saldo das operações de recebíveis foi de R\$ 10.141 milhões no fim do ano, o que representou um aumento de 22,4%. As operações de investimento compreendem linhas de crédito destinadas, principalmente, para a ampliação ou modernização da produção via aquisição, de máquinas e equipamentos, incluindo veículos de carga. O saldo dessas operações aumentou 15% em relação ao ano de 2003, atingindo R\$ 3.128 milhões em dezembro de 2004.

O saldo das operações para os clientes Pessoa Jurídica no país atingiu R\$ 38,5 bilhões ao final de 2005, crescimento de 15,3% em relação a 2004. O volume de crédito utilizado pelas micro e pequenas empresas foi de R\$ 15,2 bilhões ao final de 2005, enquanto a carteira de crédito para médias e grandes empresas e segmento *Corporate* atingiu R\$ 22,7 bilhões. Entre as linhas de capital de giro destinadas às

micro e pequenas empresas, destacaram-se o BB Giro Rápido e a Antecipação de Crédito ao Lojista – ACL. Quanto aos financiamentos a investimentos destinados às micro e pequenas empresas, o PROGER Urbano Empresarial, que utiliza recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, se firmou como principal linha de crédito, atingindo R\$2,3 bilhões em operações. O saldo das operações com linhas de capital de giro, incluindo operações baseadas em recebíveis, para médias e grandes empresas, atingiu R\$10,4 bilhões e o saldo das linhas de financiamento a investimentos somou R\$4,9 bilhões. Esses números traduzem crescimento de 24,0% e 69,8% em relação ao ano anterior, respectivamente.

Em 2006, a carteira apresentou crescimento expressivo, algo próximo a 57%. Esta performance deveu-se, principalmente, ao incremento de operações com grandes grupos empresariais. A linha com maior destaque nessa Carteira é a de Capital de Giro, atingindo a participação de 50,9% na carteira, aumento de 151,4% em relação a dezembro de 2005.

A carteira Pessoa Jurídica obteve crescimento de 26,1% em 2007. No segmento de Micro e Pequenas Empresas, a carteira apresentou saldo de R\$ 24,6 bilhões ao término do ano, evolução de 34,4% em relação a dezembro de 2006, com destaque para as operações de capital de giro que tiveram incremento de 32,5% em 12 meses. No entanto, no segmento que atendeu as Grandes e Médias Empresas, o Banco atingiu o saldo de R\$ 40,9 bilhões, evolução de 21,6% no ano. A linha com maior participação nesta carteira, com 54,2%, foi a de Capital de Giro, encerrando o exercício com saldo de R\$ 16.062 milhões, crescimento de 45,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O Banco do Brasil continuou mostrando maior participação no crédito de Operações de Investimento, apontando crescimento na ordem de 48,5% em relação a dezembro de 2006, atingindo saldo de R\$7.095 milhões.

A Tabela 22 demonstra a evolução das operações totais de crédito do Banco do Brasil dentro do período histórico em análise e a participação e igual incremento na carteira Pessoa Jurídica.

Tabela 22 – Carteira pessoa jurídica e operações totais de crédito do Banco do Brasil S.A. – 1995/2009

Saldo em R\$ Milhões					
MÊS/ ANO	CARTEIRA PESSOA JURÍDICA	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	MÊS/ ANO	CARTEIRA PESSOA JURÍDICA	OPERAÇÕES DE CRÉDITO
Dez/1995	4.812	27.682	Dez/2003	27.510	56.641
Dez/1996	5.315	20.396	Dez/2004	33.410	66.142
Dez/1997	5.934	20.117	Dez/2005	38.518	77.021
Dez/1998	6.255	22.485	Dez/2006	51.916	101.915
Dez/1999	6.782	20.495	Dez/2007	65.485	127.704
Dez/2000	7.279	24.870	Dez/2008	97.192	176.086
Dez/2001	11.932	33.169	Dez/2009	125.336	227.318
Dez/2002	14.012	41.759			

Fonte: Banco Central do Brasil, última consulta em 05.04.2010

O Banco do Brasil encerrou dezembro de 2008 com saldo de R\$ 97.192 milhões na oferta de crédito no segmento de pessoas jurídicas, incremento de 48,4% em doze meses. As operações de capital de giro foram as mais representativas, com participação de 46,5% em dezembro de 2008. O agravamento da crise financeira impulsionou as empresas na utilização de linhas de crédito com esse perfil. Quanto aos números sobre crédito para investimento, percebeu-se que o impacto da crise financeira foi mínimo e as taxas de crescimento continuaram crescentes ao longo do ano, mostrando a importante atuação do Banco durante um ano considerado crítico pela economia. Em dezembro de 2008, o montante atingiu R\$ 19.183 milhões, crescimento de 43,4% sobre o igual período de 2007, representando 19,7% do total da carteira pessoa jurídica. No atendimento às micro e pequenas empresas, o Banco do Brasil manteve-se como principal parceiro do segmento.

Ao final de 2008, o Banco do Brasil possuía 1,80 milhão de contas correntes com 1,76 milhão de clientes micro e pequenas empresas. Outra estratégia adotada pelo Banco foi a ampliação de sua participação junto ao segmento cooperativista de crédito, disponibilizando produtos e serviços adequados à necessidade deste mercado. Dentre os produtos, destaca-se o Serviço de Integração à Compe/SPB, por meio da qual as cooperativas de crédito têm acesso ao Sistema de Compensação de Cheques e ao Sistema de Liquidação de Pagamentos e Transferências. Esse serviço permitiu disponibilizar produtos bancários a cerca de 295,1 mil cooperados, vinculados a 320 cooperativas de crédito parceiras do Banco, dada sua integração. O saldo das

operações para micro e pequenas empresas, em dezembro de 2008, foi de R\$ 34,9 bilhões, incremento de 41,74% em relação ao mesmo período de 2007.

Em 2009, o segmento encerrou o ano com saldo de R\$ 125.336 milhões, incremento de 29,0% em doze meses. Esse montante já contempla os valores referentes ao Banco Nossa Caixa e Banco Votorantim. Neste período, as linhas de capital de giro alcançaram saldo de R\$ 59.294 milhões, crescimento de 31,2% no exercício. O Banco do Brasil encerrou 2009 como o banco líder em repasses globais do sistema BNDES/FINAME, com desembolso de R\$ 12.288 milhões e 131.363 operações realizadas. No atendimento às micro e pequenas empresas, o Banco do Brasil manteve-se como principal parceiro do segmento, atingindo 1,85 milhão de clientes ao fim do ano. O saldo das operações neste segmento foi de R\$ 43,3 bilhões, incremento de 24,1% sobre 2008. Somadas, as operações de Capital de Giro e de Financiamentos de Investimentos atingiram R\$ 42,7 bilhões, dos quais R\$ 10,7 bilhões aplicados na indústria (25,2%), R\$ 20,7 bilhões no comércio (48,4%) e R\$ 11,3 bilhões no segmento de serviços (26,4%).

Importante ressaltar que a destinação de R\$ 31,2 bilhões para capital de giro, ao final de dezembro de 2009, representou crescimento de 32,3% em relação ao mesmo período de 2008, com destaques para as linhas de BB Giro rápido e BB Giro Empresa Flex. Em agosto, o Banco do Brasil lançou o Fundo de Garantia de Operações (FGO), mecanismo que completa, em até 80%, as garantias exigidas das pessoas jurídicas em empréstimos e financiamentos bancários e amplia a oferta de crédito às empresas, em especial às de micro e pequeno portes, com taxas mais competitivas. Até o final do quarto trimestre de 2009, foram contratadas 93 mil operações com cobertura FGO, totalizando R\$ 2,74 bilhões. No mês seguinte, foram reabertas as contratações do BB Giro Décimo Terceiro Salário, empréstimo que financia o 13º salário das empresas, incluídos os encargos sociais incidentes, com uma das taxas mais competitivas do mercado, 1,13% ao mês.

Quadro 6- Principais acontecimentos na carteira pessoa jurídica do Banco do Brasil S.A. 2003/2009

Banco do Brasil	Fatos importantes na série histórica – carteira PJ
2003	Criação de área dedicada integralmente ao nicho de micro e pequenas empresas; aperfeiçoamento do Pilar Atacado; aumento volume crédito às MPE.
2004	Destaque para as operações de recebíveis; linha BB Giro Rápido atinge 5 anos superando 660 mil empresas atendidas.
2005	PROGER Urbano Empresarial se firma como principal linha de crédito para financiamentos às micro e pequenas empresas.
2006	Crescimento expressivo da carteira devido ao incremento de operações com grandes grupos empresariais.
2007	As operações de capital de giro foram as mais representativas no atendimento às grandes e médias empresas.
2008	Ampliação da participação do BB junto ao segmento cooperativista de crédito; crescimento das operações apesar da crise, mantendo-se como principal parceiro do segmento micro e pequenas empresas.
2009	BB torna-se líder em repasses do sistema BNDES/Finame; lançamento do Fundo de Garantia de Operações; lançamento da linha BB Giro Décimo Terceiro Salário.

Fonte: Elaboração própria

Desta forma, ao analisarmos esta trajetória recente, observamos um reforço e uma explicitação da dimensão empresarial privada do banco, apesar de manter-se como entidade híbrida e apresentar controle acionário majoritário do Estado brasileiro. Ao mesmo tempo em que as ações de natureza pública e sua atuação como indutor do desenvolvimento estiveram mais presentes, visíveis na ampliação das linhas de fomento e no aumento do crédito de longo prazo para segmentos eleitos como politicamente prioritários, o Banco apontou sucessivos indicadores de expansão de sua carteira de crédito, do retorno sobre o patrimônio líquido e do lucro líquido. Diante disto, podemos constatar uma reafirmação da permanência do setor público federal como participante direto e expressivo no sistema financeiro nacional.

4.6 CAPILARIDADE DOS PONTOS DE ATENDIMENTO

A rede de distribuição do banco está dividida em cinco tipos de pontos de atendimento, além das agências:

- PAA – Posto Avançado de Atendimento: ponto de atendimento destinado a municípios desassistidos de serviços bancários;
- PAB – Posto de Atendimento Bancário: localizado na dependências internas das empresas ou órgãos públicos. Possui a presença de funcionários e de atendimento eletrônico;
- PAE – Posto de Atendimento Eletrônico: estrutura de atendimento exclusivamente eletrônico;
- SAA – Sala de Auto-Atendimento: estrutura de atendimento exclusivamente eletrônica instalada na área principal das agências;
- PAP – Posto de Arrecadação e Pagamentos: localizado principalmente em órgãos públicos para efetuar recebimentos e pagamentos.

4.6.1 Período 1995/2002 – Foco nas regiões com maior potencial de negócios

No princípio do período analisado, em 1995, o Banco do Brasil contando com 4.657 pontos de atendimento em todo o País, sofreu fortes medidas de adequação da rede e do quadro de pessoal, com a adesão de 13.388 funcionários ao Programa de Desligamento Voluntário. Segundo o Banco, tais medidas buscavam a redução de despesas no curto prazo e a modernização da Empresa no longo prazo. No país, 108 agências tiveram suas atividades encerradas. No exterior, das 45 dependências até então existentes, remanesceram 37 unidades em 26 países.

Em 1996, em continuidade ao ajuste iniciado em 1995 com o Programa de Desligamento Voluntário, o banco teve redução de 9.308 empregados e 7.033 estagiários. No país, foram desativadas 76 agências deficitárias e instaladas 8 em novas

praças. Após esses ajustes, o Banco passou a contar com 4.443 pontos de atendimento, dos quais 3.902 integrados ao sistema *on-line*. O ajuste da rede de dependências prosseguiu com o fechamento de agências que se mostraram sem meios para se manter, deixando claro a sua limitada atuação como banco público orientado para o desenvolvimento econômico e social do país.

Durante o ano de 1998, foram registradas 2.951 contratações e a saída de 6.988 pessoas do contingente de funcionários. Ao longo do ano, foram instalados 5.534 terminais de auto-atendimento que, em dezembro, totalizaram 12.456 unidades instaladas. Em todo o país, o Banco do Brasil estava presente em 2.112 cidades. Houve uma ampliação da presença do Banco em capitais das Regiões Sul e Sudeste, onde foram criadas 58 novas agências (32 apenas em São Paulo) e desmembradas 23 grandes agências (aquelas com mais de 50 funcionários), gerando 43 novas dependências. Em 1999, o Banco estava presente em 2.090 cidades, com um total de 7.155 pontos de atendimento, continuando com a estratégia de ampliar sua presença nas regiões com maior potencial de negócios. Do total de 53 agências inaugurada no exercício, 37 se localizavam nas Regiões Sul e Sudeste. Os terminais de auto-atendimento reforçaram a rede de atendimento com a instalação de mais de 12 mil desses terminais, constituindo a maior rede da América Latina, com 24.545 unidades. O Banco do Brasil lançou o acesso ao *BB Personal Banking* por meio de computadores de mão, conhecidos como *Palmtops*, sendo o primeiro banco a oferecer esse tipo de serviço.

O Banco do Brasil passou a atender 2.609 cidades no ano 2000. Nesse mesmo ano, o Banco totalizou 12,6 milhões de clientes, concentrando 55,9% de seus postos de atendimento nas Regiões Sul e Sudeste.

Tabela 23 – Rede de distribuição do Banco do Brasil S.A. no período 1995-2002

BB em grandes números								
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Terminais de Auto-Atendimento	2571	4095	6922	12456	24545	30149	32287	33645
Pontos de Atendimento	4657	4443	4479	5527	7155	7531	8468	9355
Agências	2999	2931	2777	2819	2839	2908	3045	3582
Outros	1658	1512	1668	2673	4316	4590	5392	5741
Exterior	37	37	34	35	35	33	31	32
Clientes (milhões)	-	6,1	7,9	10,4	11,1	12,6	13,8	15,4
Pessoas	115492	99151	88804	83264	81680	90468	90002	88159
Funcionários	94669	85361	76387	72350	69437	78201	78122	78619
Estagiários	20823	13790	12417	10914	12243	12267	11880	9540

Fonte: Banco do Brasil, última consulta em 05.04.2010

Considerando o posicionamento da concorrência, o potencial de mercado e o retorno dos recursos investidos, os pontos de atendimento na Região Sudeste foram incrementados em 20,6% no ano de 2001, contra 9,0% nas demais regiões. A evolução de 30% nas despesas de processamento de dados e comunicações mostrou a estratégia do banco em intensificar o uso de canais alternativos pela base de clientes, mantendo o banco líder na internet e encerrando o ano de 2001 com 4 milhões de clientes habilitados, quantidade 53,8% superior ao total do ano de 2000.

Ao final de dezembro de 2002, o Banco do Brasil possuía 9.355 pontos de atendimento, quantidade 10,5% superior à registrada em dezembro de 2001. Das 3.582 agências, 2.978 contavam com salas de auto-atendimento, estruturas automatizadas que podem ser utilizadas pelos clientes em horário diferenciado. O crescimento dos pontos de atendimento na Região Sudeste foi de 13,8% contra 8,6% ao longo de 2002, no restante do país. Com 33.645 terminais distribuídos por todo o país e exterior, o Banco manteve-se com a maior rede de terminais de auto-atendimento na América Latina.

4.6.2 Período 2003/2009 - Continuidade do crescimento na rede

Em 2003, o Banco do Brasil estava presente em 2.829 municípios do país, atingindo 3.241 agências e 13.220 pontos de atendimento. Possuía ainda, uma rede de atendimento no exterior espalhada por 21 países. O Banco também disponibilizava para seus clientes uma série de canais alternativos – terminais de auto-atendimento, internet, fone/fax e correspondentes bancários. Ao final do ano, as transações nesses canais representaram 85% do total das transações. O portal *bb.com.br* alcançou a marca de 5,3 milhões de clientes pessoas físicas e jurídicas habilitados a realizarem transações via internet. A média mensal de transações realizadas por este canal, pelo segmento pessoa física, foi de 36,3 milhões, o que representa um crescimento de 36% comparado ao mesmo período do exercício anterior.

O Banco ampliou sua presença para 2.984 municípios no ano de 2004. Ao final do ano, a rede de atendimento do Banco compreendia 14.450 pontos, crescimento de 9,3% em relação a 2003. Além da rede própria, o Banco do Brasil manteve uma rede de correspondentes bancários, que ao final de 2004 contava com 2.260 pontos de atendimento e 15.066 caixas para recebimento de carnês, tributos e títulos bancários. Essa rede foi responsável por mais de 67 milhões de transações que totalizara, segundo informações do próprio banco, R\$ 28.019 milhões no ano. A rede de auto-atendimento do Banco do Brasil constituiu-se em um diferencial estratégico, atingindo 39.015 pontos, crescimento de 5,4% em relação ao ano de 2003.

O número de municípios atendidos pelo Banco aumentou para 3.052 em 2005, chegando a atingir 14.804 pontos de atendimento em toda a rede. Além de sua rede própria, o Banco manteve uma rede de correspondentes bancários, que ao final de 2005 contava com 1.694 pontos de atendimento e 14.849 caixas. A estrutura tecnológica encontrada na rede de auto-atendimento apoiou o Banco do Brasil na sua estratégia de controle de custos. Em dezembro de 2005 foram realizadas mais de 557 milhões de transações na rede de terminais de auto-atendimento, incremento de 5,4% se comparado com o mesmo período do ano anterior. Em 2005, o Banco manteve-se líder no atendimento pela internet, atingindo o número de 7,9 milhões de clientes habilitados.

O Banco do Brasil estava presente em 3.138 municípios ao final de 2006, compreendendo uma rede de atendimento com 15.113 pontos e mantendo uma rede distribuída pelas Regiões do Brasil da seguinte forma: 19,2% na Região Sul, 36,1% na

Região Sudeste, 25,6% na Região Nordeste, 11,4% na Região Centro-Oeste e 7,6% de suas agências na Região Norte do país. A rede de correspondentes bancários do Banco contava com 1.862 pontos de atendimento e 15.487 caixas. No exterior, a rede de atendimento atingiu 41 pontos de atendimento. No ano seguinte, no ano de 2007, o Banco continuou a expandir o seu atendimento, ampliando a sua presença para 3.221 municípios em todo o território nacional.

Tabela 24 – Rede de distribuição do Banco do Brasil S.A. no período 2003/2009

BB em grandes números							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Terminais de Auto-Atendimento	37018	39015	40191	39661	39279	39714	45442
Pontos de Atendimento	13220	14450	14804	15113	15297	15964	17929
Agências	3241	3722	3894	3969	4008	4342	4897
Exterior	36	38	40	41	42	42	45
Clientes (milhões)	18,7	21,1	22,9	24,3	26	30,3	34,9
Pessoas	90821	93010	94114	92619	90974	96938	113888
Funcionários	80640	82671	83751	82672	81855	88972	103971
Estagiários	10181	10339	10363	9947	9119	7966	9917

Fonte: Banco do Brasil, última consulta em 05.04.2010

Com abrangência nacional e presença em 3.441 municípios do país, que corresponde a 62% dos municípios brasileiros, além de agências situadas em 23 países, o Banco do Brasil atingiu a maior rede de agências do Brasil no final de 2008. Ao término do exercício, a rede de atendimento do Banco compreendia 15.964 pontos, valendo apontar que 439 pontos de atendimento foram oriundos da rede BESC. No atendimento à pessoa física, houve um destaque para os correspondentes bancários que prestam atendimento aos clientes (5.702 correspondentes em dezembro de 2008) sem utilizar a infra-estrutura do Banco, gerando economia de custo.

Ao final de dezembro de 2009, o Banco do Brasil contava com 113.888 colaboradores, quadro de pessoal 17,5% superior ao verificado no mesmo mês de 2008, em função da incorporação do Banco Nossa Caixa. Neste último ano de análise, o Banco ampliou sua presença para 64% dos municípios brasileiros, atingindo 3.552 cidades. Para melhor atendimento dos clientes, o Banco do Brasil segmenta sua base de

acordo com cada perfil e relacionamento, desenvolvendo estratégias para cada segmento. Na rede de distribuição de varejo, responsável pelo atendimento a pessoas físicas e Micro e Pequenas Empresas (MPE), o Banco encerrou o ano com 4.786 agências, 44% desse total localizado na Região Sudeste. Em relação ao mercado atacado, a rede de atendimento fechou o ano com 82 agências segmentadas de acordo com o faturamento anual, a maior parte localizada nas Regiões Sudeste (56%) e Sul (27%), regiões com as maiores concentrações de grandes empresas.

4.6.3 Processos de aquisições do Banco do Brasil

Em meio à crise financeira global de 2008, foi aprovada a Medida Provisória 443, que autorizou o Banco do Brasil, pela primeira vez em sua história, a comprar participação de bancos e outras instituições financeiras. Em Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 28 de novembro de 2008, os acionistas do Banco do Brasil e do Banco do Estado do Piauí aprovaram a incorporação do BEP pelo BB, assumindo suas agências, sua seguradora e sua financeira, ficando também responsável pelas contas e pelo pagamento dos servidores do governo do Estado do Piauí. O estado de Santa Catarina também optou pelo saneamento do conglomerado BESC e transformação de seu banco de desenvolvimento, BADESC, em Agência de Fomento, por meio de um contrato firmado em 31/05/1998. No entanto, no ano seguinte, uma inspeção geral realizada no Banco demonstrou que a previsão de recursos federais nesse contrato eram insuficientes para tal saneamento. À vista disso, o estado assina em 30/09/1999 um novo contrato, dessa vez prevendo a federalização do Banco. O valor deu um salto: de R\$ 390 milhões no contrato original (incluindo a contrapartida do estado) para R\$ 2,13 bilhões (financiamento integral pela União). A federalização, no entanto, teve que aguardar a emissão dos títulos para capitalização do Banco, consumando-se a transferência de seu controle (SALVIANO Junior, 2004).

Incorporado ao Banco do Brasil em 06 de outubro de 2008, o Banco do Estado de Santa Catarina, na verdade, foi o primeiro banco a ser incorporado pelo Banco do Brasil S.A. A incorporação desses dois bancos estaduais pelo Banco do Brasil possibilitou um novo caminho de crescimento visando defender sua posição competitiva

e a consolidação da posição de liderança do Banco no relacionamento com o setor público, mediante a conquista da condição de agente financeiro de ambos os Estados.

Ao final do quarto trimestre de 2008, o Banco do Brasil contava com 96.938 funcionários, quadro de pessoal 6,6% superior ao de dezembro de 2007. Importante ressaltar que essa elevação está influenciada pela incorporação dos bancos BESC e BEP, que adicionou 3.310 funcionários a base do Banco do Brasil.

No dia 9 de janeiro de 2009, o Banco do Brasil anunciou, por R\$ 4,95 bilhões, a compra de 49,9% das ações ordinárias do Banco Votorantim, mantendo Antônio Ermírio de Moraes no controle acionário do Banco.

Em 30 de novembro de 2009 foi finalizada a incorporação societária, com a absorção de 100% do capital do Banco Nossa Caixa por parte do Banco do Brasil. O CNPJ do banco paulista foi extinto e a Nossa Caixa passou a ser uma unidade de negócios do Banco do Brasil. A rede de distribuição do conglomerado do Banco passou a contemplar os pontos de atendimento do Banco Nossa Caixa já a partir de julho de 2009, entre eles 566 agências. O processo de integração apresenta avanços como compartilhamento de Terminais de auto-atendimento, redução de custos via renegociação de contratos, adoção do modelo do Banco do Brasil para análise de crédito e campanha publicitária institucional conjunta.

O Banco do Brasil informou que em decorrência das aquisições/parcerias realizadas em 2009, foram realizados investimentos da ordem de R\$ 11,9 bilhões, sendo R\$ 7,7 bilhões na Nossa Caixa e R\$ 4,2 bilhões no Banco Votorantim.

4.6.4 Perspectivas de desenvolvimento

As estimativas para 2010 confirmam a confiança do Banco na expansão dos negócios e da rede de agências. Diante do aumento gradual do potencial de crescimento da economia brasileira, está entre as premissas utilizadas na projeção do Banco: melhoria das condições de financiamento de crédito, crescimento da força de vendas adequada à estratégia de rentabilização da base de clientes, alinhamento da estrutura de custos ao crescimento do volume de negócios e a rentabilização da carteira de clientes como forma de potencializar receitas e expandir o crédito.

O Banco do Brasil registrou lucro líquido de R\$ 2.351 milhões no primeiro trimestre de 2010, resultado 41,2% superior ao apurado no mesmo período de 2009. Ainda neste ano, a carteira de crédito pessoa física já supera as estimativas, principalmente em razão do bom desempenho das operações de crédito consignado e financiamento de veículos. O Banco alcançou R\$ 724.881 milhões em ativos totais ao final de março de 2010, crescimento de 22,5% em relação ao mesmo período de 2009. Esses números já consideram a consolidação de todas as participações em empresas financeiras e não financeiras, bem como a aquisição do controle acionário do Banco Nossa Caixa e a efetivação da parceria estratégica firmada com o Banco Votorantim. Além dessas transações societárias, o Banco se destaca com o crescimento das captações no mercado aberto e dos depósitos, que lastrearam a forte expansão da carteira de crédito nos últimos 12 meses.

Segundo relatórios da Diretoria do Banco, a participação do Banco do Brasil no mercado doméstico de crédito atinge atualmente 19,8%. Através da robustez de sua margem financeira e do controle das despesas, a expansão da concessão de crédito é uma das metas da instituição para este ano.

4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou investigar a empresa estatal como instrumento de apoio e promoção do desenvolvimento econômico fazendo-se um estudo de caso do Banco do Brasil S.A., no período 1995 a 2009.

O Estado como promotor do desenvolvimento procura conduzir o país ao crescimento econômico, e para tal, ele assume a função de produtor e protetor da indústria nacional em face da concorrência estrangeira, busca viabilizar e incentivar o crédito à atividade exportadora, às pequenas e médias empresas, à atividade rural e às pessoas físicas, sendo este último, outro importante dinamizador na economia. Em outros tempos, a expectativa das ações do Estado giravam em torno da aceleração da industrialização, modernização da agricultura e infra-estrutura. Neste sentido, hoje espera-se muito mais das estruturas estatais, principalmente em países em desenvolvimento, visto que carecem de políticas peculiares e diferentes de países já desenvolvidos. É preciso uma atuação do Estado mais incisiva nas políticas de demanda e desenvolvimento para que superem sua condição estrutural atrasada.

Garantir o crescimento econômico do país, exige que o Estado se apresente como o agente representativo do interesse nacional na busca de um consenso sobre onde a sociedade quer chegar nos termos econômicos e que coordene as mudanças estruturais características do desenvolvimento. Através de suas instituições, estas ações podem ser tomadas.

O Banco do Brasil S.A. foi o primeiro banco a operar no país e destaca-se hoje como uma das maiores instituições financeiras do país. Fundado em 12 de outubro de 1808 e hoje constituído na forma de sociedade de economia mista, possui participação majoritária nas mãos do Governo e na condição de principal instrumento financeiro da União, o Banco tem dado curso aos empreendimentos geradores de emprego e renda, incentivando a expansão de pólos de desenvolvimento regional. Desde sua fundação, constata-se que o Banco atravessou diversos momentos dos quais buscou sempre se adaptar à conjuntura econômica atual.

No primeiro intervalo analisado, de 1995 a 2002, foi observado no Brasil, a limitação do papel dinâmico das empresas estatais e a captura do Estado por interesses privados. Tendo em vista a importância dos investimentos estatais e dos investimentos públicos em infra-estrutura, a repercussão desses cortes foi decisiva para a estagnação

da economia. Política monetária restritiva alinhada à redução dos ganhos inflacionários, causaram forte impacto no desempenho financeiro do Banco.

Uma política conservadora de estímulo ao setor de agronegócios demonstrou fraco crescimento neste segmento, deixando visível uma postura criteriosa e conservadora de crédito do Banco do Brasil neste período. A estratégia de focar na diversificação de risco e no baixo risco operacional no crédito à pessoa física também se fez visível ao analisar a inexpressiva evolução desta carteira do Banco. Neste mesmo intervalo de tempo, o crescimento e ampliação da rede com foco nas regiões com maior potencial de negócios, deixou escapar a limitada atuação como banco público orientado para o desenvolvimento do país.

No segundo período analisado, de 2003 a 2009, o Banco mostrou crescimento constante nas diversas linhas de crédito apresentados pelo estudo. Manteve-se líder na concessão de crédito no país, e como principal agente financeiro da agricultura nacional, obteve aumento significativo dos recursos liberados para a agricultura familiar e agroindústria, quadruplicando o montante das linhas de crédito. Vistoso crescimento foi visualizado também na carteira Pessoa Física, aumentando seis vezes o volume de crédito concedido. De igual modo, se fez mais presente no crédito destinado às micro e pequenas empresas. Forte crescimento também no número de agências e postos de atendimento. No ano de 2008, o impacto da crise financeira no fornecimento de crédito foi mínimo e as taxas de crescimento continuaram crescentes ao longo do ano, mostrando a importante atuação do Banco do Brasil durante um ano crítico para economia e o seu uso como instrumento de política anticíclica.

O desempenho do Banco do Brasil nesses últimos anos ressalta, portanto, a complementariedade de sua função comercial e de seu papel de agente de políticas públicas, mostrando o equilíbrio das diretrizes adotadas para melhor atender às expectativas dos clientes, dos acionistas e da sociedade em geral, prestando serviços, dinamizando o capital e empreendendo transformação econômica e social.

Assim sendo, com esta investigação pode-se dizer que o Banco do Brasil tem cumprido um papel essencial como financiador da atividade produtiva nacional, auxiliando no crescimento e desenvolvimento da economia do País, contribuindo com a geração de emprego e renda.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Michael. **Capitalismo contra capitalismo**. Barcelona: Paidós, 1991.

ARIENTI, Wagner Leal. Do Estado Keynesiano ao Estado Schumpeteriano. **Revista de Economia Política**, Florianópolis/SC, v. 23, n. 4, p. 97-113, out./dez. 2003.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do Estado**. 2.ed. São Paulo: Globo, 2008. 314p.

_____. (Banco do Brasil) Disponível em <<http://www.bb.com.br/>> acesso em 20 de fevereiro 2010.

_____. (Banco Central do Brasil) Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/>> acesso em 25 de fevereiro 2010.

BOYER, Robert. Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI? **Revista do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas**, Campinas/SP, v.12, n. 20, p. 1-18, jun. 1992.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 45, p.49-95, 1998. Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/fulltex/0030101.html>>. Acesso em: 13 maio 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estratégia Nacional e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.26, n. 2 (102), p.203-230, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000200003>. Acesso em: 13 maio 2009.

CAVICCHINI, Aléxis. **A história dos bancos no Brasil**: das casas bancárias aos conglomerados financeiros. Rio de Janeiro: Cop, 2007. 223 p.

CHANG, Ha-Joon. **The Political Economy of Industrial Policy**. New York: St. Martin's Press, 1994.

COSTA NETO, Yttrio Corrêa. **Bancos oficiais do Brasil**: origem e aspectos do seu desenvolvimento. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004, 82 p.

COUTINHO, Luciano. **Desenvolvimento em Debate**: painéis do desenvolvimento brasileiro. **Rio de Janeiro: BNDES, 2002.**

DATHEIN, Ricardo. Estado e desenvolvimento no Brasil: o novo padrão de ação estatal como determinante da mudança estrutural da economia no último quarto de século. In: Dathein, R. (Org.). **Desenvolvimento brasileiro econômico**: contribuições sobre o período pós-1990. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. p. 41-73.

DELFINO NETO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Unesp, 1979. 290 p.

DINIZ, Eli. O pós-Consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados. In: DINIZ, Eli.(Org.) **Globalização, Estado e desenvolvimento**: Dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro -RJ: FGV, 2007. Cap. 1, p. 19-61.

DINIZ, Eli. Novo desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. In: DINIZ, Eli.(Org.) **Globalização, Estado e desenvolvimento**: dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro -RJ: FGV, 2007. Cap. 2, p. 63-96.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930 - 1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 399 p.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Rumos e metamorfoses**: Estado e industrialização no Brasil 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 318 p.

ERBER, Fabio S.; CASSIOLATO, José Eduardo. Política industrial: teoria e prática no Brasil e na OCDE. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 17, n. 2, p.32-60, abr./jun. 1997. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/66-3.pdf>>. Acesso em: 15 outubro 2009.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A história do Banco do Brasil**. Brasília: Banco do Brasil, 1973. 418 p.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimento no Brasil. **Pesquisa & Debate, São Paulo**., v. 15, n. 2, p.1-22, 10 set. 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/Origens_do_Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 30 outubro 2009.

FURTADO, Celso. **A construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

GENRO, Tarso. A Nova Roupas do Rei. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 50, p. 41-53, mar. 1998.

GOZZI, Gustavo. Estado Contemporâneo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N., PASQUINO, G (Org.). **Dicionário de Política**. 6. Ed. Brasília: UnB; Imprensa Oficial, 2004. p. 355-361. Verbetes.

GUTIÉRREZ, Cláudio Tito. **A reestruturação dos bancos estaduais pós-Proes**. .101 f. Dissertação (Mestrado). Centro de Economia da UFF, RJ. 2006.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 275 p.

IGLESIAS, Enrique V. El papel del Estado y los paradigmas económicos: en América Latina. **Revista de La Cepal**, Santiago do Chile, n. 90, p. 7-15, dez. 2006.

KALECKI, Michal. A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas. In: KALECKI, Michal. **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1983.

LIPIETZ, A. **O mundo do pós-fordismo**, Indicadores Econômicos. Brasília, 1997. 234 p.

MAGALHÃES, Camilo Calazans de. **A história do Banco do Brasil**. Brasília: Ítalo Bianchi, 1988. 153 p.

MAGNOLI, Demétrio. **Globalização: Estado nacional e espaço mundial**. São Paulo. Ed. Moderna, 1997. 96 p.

MAIA, Geraldo Villar Sampaio. Reestruturação bancária do Brasil: o caso do Proer. **Notas Técnicas do Banco Central do Brasil**, Brasília: BCB, jun.2003.

MALAN, Pedro Sampaio; BONELLI, Regis; PEREIRA, José Eduardo. **Política econômica externa e industrialização no Brasil: 1939/1952**. Rio de Janeiro: Coleção Relatórios de Pesquisa IPEA/INPES, 1977.

MICCA, Pedro Miguel. **Observações sobre crédito e preferência por liquidez de grandes bancos no Brasil (1997-2002)**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

MOREIRA, Mauricio Mesquita; GIAMBIAGI, Fábio. **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, c1999. 495p.

NELSON, Richard R. Sistemas nacionais de inovação: Retrospecto de um estudo. In: NELSON, Richard R. **As fontes do crescimento econômico**. Campinas - SP: Unicamp, 2006. cap. 10, p. 3-501.

NESTOR, Jost. O Banco do Brasil (Após a criação do Banco Central). **Carta Mensal**, Rio de Janeiro, v. 49. n. 584, p. 76-79, Nov. 2003.

NEUHAUS, Paulo. **História monetária do Brasil 1900-45**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1975. 292 p.

OLIVEIRA, Francisco de. A derrota da vitória: A contradição do absolutismo de FHC. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.50, p.13-21, mar. 1998.

PACHECO, Cláudio. **História do Banco do Brasil**. Brasília: Banco do Brasil, 1979. 482 p.

PINHEIRO, Armando Castelar. A Experiência brasileira de privatização: O que vem a seguir? In: SEGUNDA CONFERÊNCIA ANUAL DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL, 2000, Tóquio. **Textos para Discussão**. Rio de Janeiro: Ie-UFRJ, 2000. p. 4-36.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 342p.

SALVIANO JUNIOR, Cleofas. **Bancos estaduais**: dos problemas crônicos ao Proes. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004. 152 p.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 12. ed. São Paulo: Best Seller, 2003. 649 p.

SANTOS, Theotônio dos. Em busca de uma nova aliança política para o desenvolvimento. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna. **Estado e gestão pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Cap. 3, p. 31-58.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O conservadorismo obsoleto do status quo. In: CAVALCANTI, Bianor Scelza; RUEDIGER, Marco Aurélio; SOBREIRA, Rogério (Orgs.). **Desenvolvimento e construção nacional**: políticas públicas. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 169 p. (Os economistas).

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; BACHA, Carlos José Caetano. Notas sobre o modelo schumpeteriano e suas principais correntes de pensamento. **Teoria e evidência econômica**, Passo Fundo, v. 5, n. 10, p.107-126, maio 1998.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986. 403 p.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Os fundamentos do Estado desenvolvimentista brasileiro**: a experiência do partido republicano Riograndense (PRR) durante a Primeira República.(2002) Disponível em:
<<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A012.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2009.

TOLEDO, Caio Navarro de. Estado nacional e desenvolvimento capitalista no Brasil. In: COSTA, Sílvio. **Concepções e formação do Estado brasileiro**. São Paulo: Ed. Anita Ltda., 1999. cap. 6, p. 1-127.

TOPIK, Steven. Capital estrangeiro e o Estado no sistema bancário brasileiro, 1889-1930. **Revista Brasileira de Mercado de Capitais**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 32-39, set/dez 1979.